

LEZÍRIA DO TEJO (LT): SITUAÇÃO EDUCATIVA NO TERRITÓRIO [PIICIE LT]

OBSERVATÓRIO
3i DA EDUCAÇÃO
DA LEZÍRIA DO TEJO





FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

FRANCISCO SIMÕES

EQUIPA DO OBSERVATÓRIO 3I DA EDUCAÇÃO DA LEZÍRIA DO TEJO

INÊS ALVES FERREIRA

D'JAMILA GARCIA

FRANCISCO SIMÕES

CECÍLIA AGUIAR

CARLA MOLEIRO

ENTIDADE PARCEIRA

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL – ISCTE-IUL

ENTIDADE PROMOTORA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO – CIMLT

CONCEÇÃO GRÁFICA

NAPPERON

SETEMBRO DE 2020

CONTACTOS

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO – CIMLT

QUINTA DAS CEGONHAS, APARTADO 577, 2001-907 SANTARÉM

TELEFONE: 243 303 240

ÍNDICE

- 1. Introdução**
 - 1.1. Sucesso escolar: Centralidade do tema
 - 1.2. O que é, afinal, o sucesso escolar?
 - 1.3. Como tem sido medido o sucesso escolar?
 - 1.4. Como pode ser explicado o sucesso escolar?

- 2. Nota Metodológica**

- 3. Evolução dos Indicadores Educativos na LT**
 - 3.1. Descrição da Comunidade Educativa da LT**
 - 3.1.1. Como se caracteriza a rede educativa da LT?
 Descrição da oferta educativa (rede de estabelecimentos) existente na LT e diferentes municípios.
 - 3.1.2. Quantos professores ensinam na LT?
 Descrição do número de docentes a leccionar na LT e diferentes municípios desde o início do Séc. XXI.
 - 3.1.3. Quantos funcionários (não docentes) fazem parte da comunidade escolar na LT?
 Descrição do número de funcionários não docentes a trabalhar em estabelecimentos de educação da LT e diferentes municípios desde o início do Séc. XXI.
 - 3.1.4. Quantos alunos estudam na LT?
 Descrição do número de discentes por ciclo de escolaridade a estudar na LT e diferentes municípios desde o início do Séc. XXI.
 - 3.1.4.1. Quantos alunos por docente em Equivalente a Tempo Integral (ETI) existem na LT?
 Descrição do número de discentes por docentes em ETI na LT e seus municípios desde o início do Séc. XXI.

3.2. Qual o nível de (pré)escolarização da população em idade escolar, na LT?

Descrição da evolução da (pré-)escolarização das crianças e jovens residentes na LT desde o início do Séc. XXI.

3.3. Qual a evolução de indicadores de (In)Sucesso escolar dos Alunos na LT?

3.3.1. Qual a evolução das taxas de transição ou conclusão e de retenção e desistência na LT?

Descrição relativa ao (in)sucesso escolar medido com base na transição ou na retenção dos alunos na LT e seus municípios desde o início do Séc. XXI.

3.3.2. Qual a evolução do Aproveitamento Escolar na LT?

Descrição relativa aos resultados escolares (avaliação sumativa interna e avaliação sumativa externa) dos alunos na LT e seus municípios desde o início do Séc. XXI.

3.3.2.1. Avaliação Sumativa Interna

3.3.2.2. Avaliação Sumativa Externa

4. Conclusões e recomendações

Referências Bibliográficas

Anexo I Rede de Estabelecimentos da LT (2019/2020)



ÍNDICE DE GRÁFICOS

- 1.** Corpo Docente – por Vínculo Contratual (Do quadro) (N)
- 1a.** Corpo Docente – por Vínculo Contratual (Contratados) (N)
- 1b.** Corpo Docente – por Nível de Ensino (Educação Pré-escolar) (N)
- 1c.** Corpo Docente – por Nível de Ensino (1º Ciclo do Ensino Básico) (N)
- 1d.** Corpo Docente – por Nível de Ensino (2º Ciclo do Ensino Básico) (N)
- 1e.** Corpo Docente – por Nível de Ensino (3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário) (N)
- 2.** Corpo Não Docente – por Entidade Empregadora (Câmaras Municipais) (N)
- 2a.** Corpo Não Docente – por Entidade Empregadora (Ministério da Educação e Ciência/MEC) (N)
- 2b.** Corpo Não Docente – por Entidade Empregadora (Outro) (N)
- 2c.** Corpo Não Docente – por Vínculo Contratual (Do quadro) (N)
- 2d.** Corpo Não Docente – por Vínculo Contratual (Contrato a termo resolutivo certo) (N)
- 2e.** Corpo Não Docente – por Vínculo Contratual (Outros tipos de contrato) (N)
- 3.** Alunos Matriculados – Total (N)
- 3a.** Alunos Matriculados – por Nível de Ensino (Educação Pré-escolar) (N)
- 3b.** Alunos Matriculados – por Nível de Ensino (1º Ciclo do Ensino Básico) (N)
- 3c.** Alunos Matriculados – por Nível de Ensino (2º Ciclo do Ensino Básico) (N)
- 3d.** Alunos Matriculados – por Nível de Ensino (3º Ciclo do Ensino Básico) (N)
- 3e.** Alunos Matriculados – por Nível de Ensino (Ensino Secundário) (N)
- 3f.** Alunos Matriculados – por Oferta Formativa no Ensino Básico (Ensino Regular) (N)
- 3g.** Alunos Matriculados – por Oferta Formativa no Ensino Básico (Ensino Não Regular) (N)
- 3h.** Alunos Matriculados – por Oferta Formativa no Ensino Secundário (Ensino Regular) (N)
- 3i.** Alunos Matriculados – por Oferta Formativa no Ensino Secundário (Ensino Profissional) (N)
- 3j.** Alunos Matriculados – por Oferta Formativa no Ensino Secundário (Ensino Não Regular) (N)
- 3k.** Rácio Alunos por Docente em ETI (N/ETI)
- 3l.** Rácio Alunos por Docente em ETI – por Nível de Ensino (Educação Pré-escolar) (N)
- 3m.** Rácio Alunos por Docente em ETI – por Nível de Ensino (1º Ciclo do Ensino Básico) (N)
- 3n.** Rácio Alunos por Docente em ETI – por Nível de Ensino (2º Ciclo do Ensino Básico) (N)

- 3o.** Rácio Alunos por Docente em ETI – por Nível de Ensino (3º Ciclo do Ensino Básico) (N)
- 3p.** Rácio Alunos por Docente em ETI – por Nível de Ensino (Ensino Secundário) (N)
- 4.** Taxa Bruta de Pré-Escolarização (%)
- 4a.** Taxa Bruta de Escolarização – Ensino Básico (%)
- 4b.** Taxa Bruta de Escolarização – Ensino Básico, por ciclo (1º Ciclo) (%)
- 4c.** Taxa Bruta de Escolarização – Ensino Básico, por ciclo (2º Ciclo) (%)
- 4d.** Taxa Bruta de Escolarização – Ensino Básico, por ciclo (3º Ciclo) (%)
- 4e.** Taxa Bruta de Escolarização – Ensino Secundário (%)
- 5.** Taxa Real de Pré-Escolarização (%)
- 5a.** Taxa Real de Escolarização – Ensino Básico (%)
- 5b.** Taxa Real de Escolarização – Ensino Básico, por ciclo (1º Ciclo) (%)
- 5c.** Taxa Real de Escolarização – Ensino Básico, por ciclo (2º Ciclo) (%)
- 5d.** Taxa Real de Escolarização – Ensino Básico, por ciclo (3º Ciclo) (%)
- 5e.** Taxa Real de Escolarização – Ensino Secundário (%)
- 6.** Taxa de Retenção e Desistência – Ensino Básico, por ciclo (1º Ciclo) (%)
- 6a.** Taxa de Retenção e Desistência – Ensino Básico, por ciclo (2º Ciclo) (%)
- 6b.** Taxa de Retenção e Desistência – Ensino Básico, por ciclo (3º Ciclo) (%)
- 6c.** Taxa de Retenção e Desistência – Ensino Básico, por ciclo (Ensino Secundário) (%)
- 7.** Taxa de Transição ou Conclusão – Ensino Básico, por ciclo (1º Ciclo) (%)
- 7a.** Taxa de Transição ou Conclusão – Ensino Básico, por ciclo (2º Ciclo) (%)
- 7b.** Taxa de Transição ou Conclusão – Ensino Básico, por ciclo (3º Ciclo) (%)
- 7c.** Taxa de Transição ou Conclusão – Ensino Básico, por ciclo (Ensino Secundário) (%)
- Gráf 8.** Avaliação Interna – Classificações Médias Finais por disciplina de 2º ciclo do Ensino Básico (6º Ano) (Português) (M)
- Gráf 8a.** Avaliação Interna – Classificações Médias Finais por disciplina de 2º ciclo do Ensino Básico (6º Ano) (Matemática) (M)
- Gráf 8b.** Avaliação Interna – Classificações Médias Finais por disciplina de 3º ciclo do Ensino Básico (9º Ano) (Português) (M)
- Gráf 8c.** Avaliação Interna – Classificações Médias Finais por disciplina de 3º ciclo do Ensino Básico (9º Ano) (Matemática) (M)
- Gráf 9.** Avaliação Externa – Classificações Médias em Exame Nacional de 9º Ano, por disciplina (Português) (M)
- Gráf 9a.** Avaliação Externa – Classificações Médias em Exame Nacional de 9º Ano, por disciplina (Matemática) (M)
- Gráf 9b.** Avaliação Externa – Classificações Médias em Exame Nacional de 12º Ano, por disciplina (Português) (M)
- Gráf 9c.** Avaliação Externa – Classificações Médias em Exame Nacional de 12º Ano, por disciplina (Matemática) (M)

ÍNDICE DE TABELAS

1. Distribuição do número de alunos por nível de ensino, por ano letivo, na LT
2. Distribuição do número de alunos por nível e modalidade de ensino, por ano letivo, na LT

ÍNDICE DE ACRÓNIMOS

CEF	Curso de Educação e Formação
ETI	Equivalente a Tempo Integral
DGE	Direção-Geral de Educação
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
LT	Lezíria do Tejo
MEC	Ministério da Educação e Ciência
PIEF	Programa Integrado de Educação e Formação

1. Introdução

1.1. SUCESSO ESCOLAR: CENTRALIDADE DO TEMA

O sucesso escolar está no centro das prioridades políticas e da agenda mediática. O interesse generalizado pelo tema justificar-se-ia, tão-somente, pela variedade de consequências positivas que são atribuídas a trajetórias escolares de sucesso, tais como uma maior taxa de empregabilidade (Carcillo et al., 2015), maior probabilidade de ter um estatuto profissional mais elevado (Lee & Byun, 2019), índices de saúde mais elevados ou melhores rendimentos (Diemer et al., 2013).

Existem, porém, motivos de outra ordem que explicam a relevância do sucesso escolar para as sociedades contemporâneas. Primeiramente, o acesso a uma educação de qualidade, traduzido em trajetórias académicas de sucesso, inscreve-se no plano dos direitos universais (Armstrong et al., 2011). Esta visão encontra-se plasmada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, da Organização das Nações Unidas, através do seu Objetivo #4 – Educação de Qualidade. De uma forma sumária, o referido objetivo propõe que os esforços de governação à escala mundial devem providenciar não apenas as condições necessárias para a promoção do acesso generalizado ao ensino, nas suas diversas modalidades, a todas as crianças e jovens, mas também a provisão de uma educação promotora do sucesso (Organização das Nações Unidas, 2020).

Em segundo lugar, e não obstante as limitações ainda evidenciadas por diversos sistemas educativos em vários pontos do planeta, o acesso à educação massificou-se (Armstrong et al., 2011). Essa conquista significa que tanto as famílias como as comunidades em geral passaram a estar mais envolvidas no processo educativo das crianças, ao mesmo tempo que esperam uma resposta mais eficiente das escolas às necessidades de aprendizagem de crianças e jovens.

A massificação interliga-se, em terceiro lugar, com uma visão social predominante da escola enquanto elevador social, sobretudo nas chamadas democracias liberais. Com efeito, o sucesso dos alunos continua a ser entendido como a via mais segura para a concretização de um dos princípios fundamentais do contrato social vigente: a viabilização da mobilidade social ascendente (Carcillo et al., 2015).

Por fim, a relevância do sucesso escolar nas agendas política e mediática prende-se com o elevado investimento financeiro que uma educação de qualidade exige. Com efeito, a despesa pública com os sistemas educativos tem acompanhado a respetiva massificação, conduzindo a um maior escrutínio dos governos, neste domínio. Por isso mesmo, além da tradicional relação económica custo/benefício, os legisladores são cada vez mais questionados acerca da adequação das medidas

tomadas e dos programas implementados, no sentido de promoverem o êxito de todos os estudantes, em geral, mas também no intuito de garantirem que os alunos mais desafiados pelas suas circunstâncias de vida têm acesso aos recursos indispensáveis ao seu sucesso (Conselho Nacional da Educação, 2015).

1.2. O QUE É, AFINAL, O SUCESSO ESCOLAR?

Face ao quadro traçado anteriormente, parte-se do princípio de que o sucesso escolar é uma noção consensualizada entre investigadores, decisores políticos, atores educativos e famílias. Não é o caso. Na verdade, o sucesso escolar é alvo de um intenso debate que decorre, sobretudo, do facto de a Escola ter deixado de ser um espaço de mera instrução. Com efeito, a Escola compreende, hoje, pelo menos três funções que vão além da transmissão de conhecimento. São elas a inclusão, a promoção e a mediação. Com a universalização da educação, a Escola passou a ser um motor da inclusão social. A Escola inclusiva é sustentada por elementos passivos, mormente através da apropriação de princípios não-discriminatórios que resultam numa maior diversidade cultural, étnica e socioeconómica dos alunos, quer em elementos ativos, através de uma atenção particular dada a subgrupos de alunos desafiados pelas suas circunstâncias de vida e que exigem intervenções especializadas (Armstrong et al., 2011). Por sua vez, a Escola promotora centra-se na estimulação das potencialidades dos alunos, criando condições para uma efetiva ascensão na escala social (Davies & Bansel, 2007). Finalmente, além de inclusiva e de promotora, a Escola é também uma entidade mediadora, porque o seu lugar passou a ser, cada vez mais, o da interseção e conciliação entre as necessidades e exigências dos sistemas de ensino, das famílias e das comunidades (Epstein, 2001; Omer, 2011).

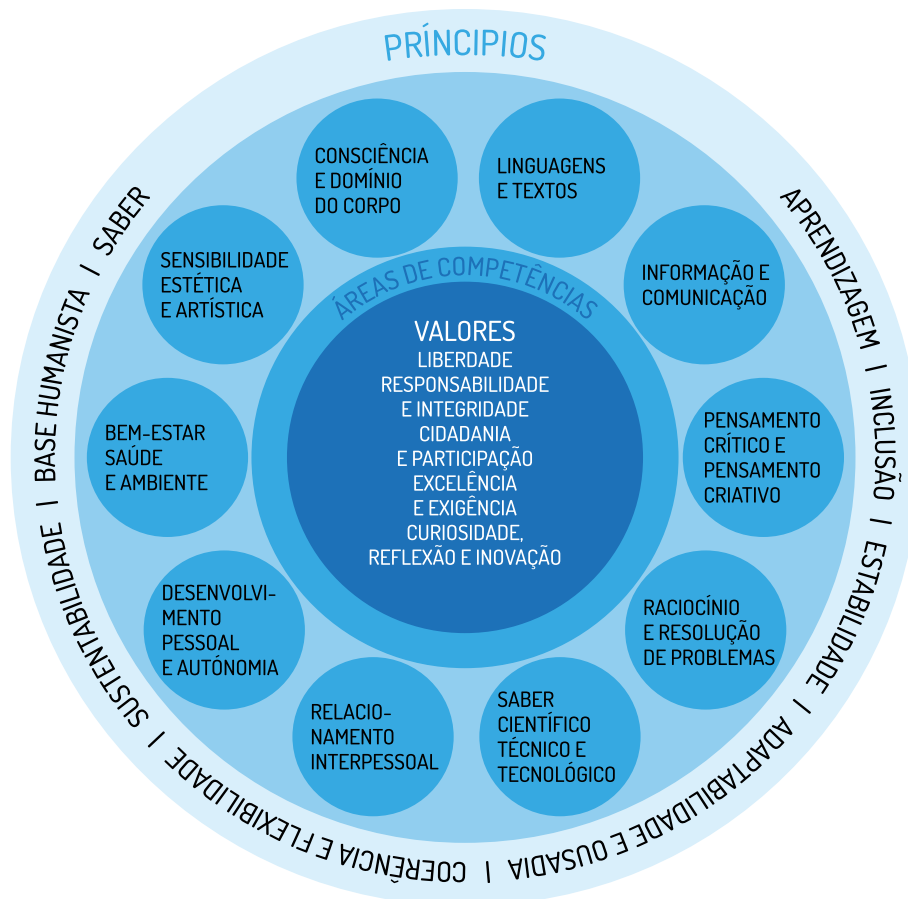
É importante realçar que a concretização de todas estas novas funções não é isenta de contradições. A Escola, como motor da inclusão social, transformou-se, paulatinamente, em escolaridade obrigatória que nem sempre responde às necessidades dos alunos, sobretudo daqueles que são mais resistentes ao processo de escolarização e a que alguns denominaram de obrigados revoltados (Amado & Freire, 2009). A educação promotora de competências pessoais e ao serviço da mobilidade social ascendente debate-se com os requisitos de uma pressão para a especialização do conhecimento, os quais, não raras vezes, são mais exclusivos do que inclusivos (Davies & Bansel, 2007; Tofler, 1986). A Escola como mediador entre a família, a comunidade em geral e o mercado de trabalho em particular é também a Escola que se debate com a dificuldade de ligar saberes práticos, adquiridos no espaço familiar e comunitário, com conhecimentos académicos e, portanto, mais complexos e abstratos (Alarcão & Simões, 2009).

As múltiplas missões cumpridas pela Escola criam tensões que confluem para uma discussão sobre o que realmente significa o sucesso escolar. Nela impõem-se, por um lado, algumas tendências que definem o sucesso escolar à luz da função instrutiva da Escola. Nesta aceção, o sucesso escolar reflete-se, acima de tudo, no desempenho dos alunos, melhor descrito pelos seus resultados. Esta visão centrada nas chamadas *variáveis duras* (isto é, notas escolares) é desafiada por visões mais integradoras, que consideram todas as funções da Escola como espaço de desenvolvimento e de aprendizagem. De acordo com esta linha, o sucesso escolar reflete-se quer nos resultados escolares, quer no desenvolvimento de competências pessoais e sociais (Davies & Bansel, 2007).

Em Portugal, e no que se refere à escolaridade obrigatória, a conceção de sucesso escolar tem vindo a ser, progressivamente, alinhada com uma visão integradora das diferentes funções da Escola. Essa orientação está plasmada, de resto, no denominado Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Despacho nº 6478/2017, de 26 de julho) (Ministério da Educação, 2017). A Figura 1 ilustra o esquema conceptual desse mesmo perfil.

FIGURA 1. PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA: ESQUEMA CONCEPTUAL

FUNTE:
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Centrando a análise nos seus princípios, fica claro que a pretensão do legislador com o referido perfil consiste em promover o sucesso global do aluno, propondo o saber e a aprendizagem como linhas orientadoras dos percursos a desenvolver, mas também de estimular a socialização (através da inclusão ou da estabilidade), as competências pessoais (através da coerência e da flexibilidade, assim como da adaptabilidade e da ousadia) ou ainda a intervenção na sociedade (por via da base humanista ou da importância dada à sustentabilidade).

1.3. COMO TEM SIDO MEDIDO O SUCESSO ESCOLAR?

Apesar da noção de sucesso escolar ter vindo a ser ampliada, de modo a acomodar a função instrutiva, assim como as restantes funções socioeducativas da Escola, a sua medição mantém-se, todavia, centrada nos resultados da aprendizagem. De facto, os sistemas de avaliação sistemática em educação continuam a privilegiar indicadores quantitativos que reflitam a aprendizagem dos alunos, daí retirando ilações sobre o seu sucesso. Três níveis de avaliação refletem esta abordagem.

Primeiramente, existe um nível ou modalidade de *avaliação sumativa interna* que consiste “na formulação de um juízo globalizante sobre o grau de desenvolvimento das aprendizagens do aluno e é da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão pedagógica da escola” (Direção-Geral da Educação, 2020). Por outras palavras, esta modalidade de avaliação corresponde às classificações diretamente atribuídas pelos professores, ao longo do ano letivo, nos diferentes ciclos de ensino. Ainda assim, a avaliação interna reproduz aspetos instrumentais, do ponto de vista da concretização de objetivos de aprendizagem, assim como dimensões sociais, concretizadas por critérios de avaliação associados aos comportamentos e atitudes. Este tipo de avaliação assume uma grande centralidade no sistema educativo, comparativamente a outras formas de avaliação (e.g., avaliação formativa), uma vez que é, posteriormente, vertida para documentos essenciais, sob a forma de resultados médios dos alunos (DGEEC, 2019).

Um segundo nível ou modalidade de avaliação é a denominada *avaliação sumativa externa*. Esta destina-se a “aferir o grau de desenvolvimento das aprendizagens do aluno, mediante o recurso a instrumentos definidos a nível nacional” (Direção-Geral da Educação, 2020). Por outras palavras, a avaliação sumativa externa baseia-se em elementos de avaliação concebidos sob coordenação do Ministério da Educação, na forma de provas nacionais, aferindo, desse modo, os resultados dos alunos, de forma centralizada. No caso português, esta modalidade de avaliação mantém-se vigente no final do Ensino Básico (9º ano de escolaridade) nas disciplinas de Português e de Matemática, e no Ensino Secundário, ao nível dos cursos

científico-humanísticos, com as provas nacionais a serem realizadas consoante as escolhas de curso e de disciplinas da componente específica de cada aluno.

Por fim, as provas que integram o *Programme for International Student Assessment* (PISA), conduzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) são um bom exemplo de como a avaliação do sucesso escolar é conduzida, a nível internacional. O PISA avalia a literacia de jovens de 15 anos, que frequentem, pelo menos, o 7º ano de escolaridade. O objetivo fundamental do PISA consiste na avaliação da capacidade dos alunos dessa idade para enfrentar os desafios que a transição para a vida adulta lhes coloca, conduzindo a um retrato dos sistemas educativos de todos os países e economias participantes. O instrumento de avaliação do estudo PISA abarca três áreas distintas: Leitura, Matemática e Ciências. Os resultados obtidos permitem estabelecer uma comparação dos resultados ao longo dos vários ciclos do estudo, que decorre desde o ano 2000, assim como a identificação de tendências. Ainda que, uma vez mais, o foco do processo avaliativo esteja centrado na proficiência dos alunos e, portanto, na caracterização de graus de aprendizagem, será de destacar que o PISA também recolhe informações através da aplicação de questionários aos alunos, aos pais e às escolas. Esta abordagem ajuda a contextualizar o desempenho dos alunos, permitindo identificar fatores que influenciam esse desempenho, nas várias áreas avaliadas (Aqeduto, 2020).

1.4. COMO PODE SER EXPLICADO O SUCESSO ESCOLAR?

As formas de avaliação do sucesso escolar que enfatizam a relevância do desempenho académico refletido em resultados são importantes e oferecem pistas relevantes sobre como evoluem os sistemas educativos. Todavia, o grande destaque concedido a tais formas de avaliação, quer pelos atores no domínio da educação, quer pela sociedade em geral, inibe outras modalidades de avaliação que consubstanciem uma avaliação integral do aluno e uma concretização das diversas funções da Escola.

Não obstante, a investigação tem procurado debelar esta limitação. Uma forma de o fazer consiste numa contextualização sistemática dos resultados escolares, com a avaliação dos fatores que poderão ajudar a explicá-los (Hattie, 2018). Essa é, aliás, a abordagem adotada pelo estudo PISA, permitindo que as comparações intra e entre países tenham verdadeiro significado, ao mesmo tempo que informam os decisores políticos, no sentido de ajustarem as medidas a tomar, tornando-as mais eficazes e eficientes.

Como qualquer outro fenómeno complexo, o sucesso escolar é multideterminado por fatores que operam a vários níveis da realidade. A um nível macro,

é importante destacar como o sucesso escolar é influenciado pelas decisões políticas. Neste particular, as democracias europeias têm desenvolvido estratégias destinadas a aumentar a participação e o sucesso educativo para todos. Uma maior alocação de recursos, através do aumento do número de professores ou a diversificação das ofertas curriculares, ou a emissão de legislação, como o progressivo alargamento da escolaridade obrigatória, são exemplos de medidas que influenciam os resultados dos alunos e, conseqüentemente, o seu sucesso. Além disso, a orientação política é, também, decisiva na criação de condições tendentes ao sucesso, através do estabelecimento de metas ambiciosas. Neste particular, e olhando para as metas educativas da União Europeia para 2020, seja ao nível do aumento do número de crianças com 4 anos a frequentar a Educação Pré-escolar, no aumento da proficiência na leitura, escrita e matemática, na diminuição do abandono escolar precoce, isto é, da proporção de jovens com idades entre os 18 e os 24 anos que deixaram o sistema formal de ensino, sem terem concluído o Ensino Secundário, ou no aumento do número de estudantes que acede ao Ensino Superior, poderemos encontrar vários exemplos de como as aspirações, neste capítulo, são elevadas (European Commission, 2019). Estas metas têm, genericamente, levado a resultados favoráveis, como sucede com a redução muito significativa do abandono escolar precoce, na última década, na União Europeia em geral e nos diferentes países membros (Eurostat, 2020).

Ao nível institucional, é importante salientar a relevância de fatores como a qualidade da oferta educativa e a qualidade dos professores. Do ponto de vista da oferta educativa, o modo como esta se encontra organizada tem um impacto significativo no sucesso escolar dos alunos. Alguns sistemas educativos europeus assentam a sua oferta numa estrutura dual, com uma via de estudos gerais, orientada para o prosseguimento de estudos, paralela a uma via de Ensino Profissional, centrada numa pré-especialização de competências, orientada para o mercado de trabalho. Esta arquitetura da oferta educativa predomina no Centro da Europa em países como Alemanha e a República Checa e tem sido criticada por resultar numa seletividade dos alunos que reproduz e mantém desigualdades sociais. De facto, enquanto os alunos provenientes de estratos sociais mais privilegiados optam pela via dos estudos gerais que permite o prosseguimento de estudos superiores, os alunos de contextos mais desfavorecidos, com origem em famílias alargadas, com uma situação económica mais precária e pertencentes a minorias, são encaminhados, de forma precoce, para o Ensino Profissional (Lee & Buyn, 2019). Embora estes sistemas pareçam ser eficientes na diminuição do desemprego jovem, no curto prazo, especialmente na transição para o mercado de trabalho, também é verdade que, a longo prazo, os alunos que enveredam por esta via acabam por atingir um menor estatuto profissional (Lee & Buyn, 2019; Rimkute et al., 2012). Em Portugal, existe uma maior interpenetração entre as diferentes vias ou mo-

dalidades de ensino. Embora não seja imposta pelo sistema, a seletividade acaba por emergir através dos próprios resultados dos alunos, com aqueles que provêm de classes sociais mais desfavorecidas e de minorias a optarem, mais vezes, pelo Ensino Profissional, limitando, desse modo, as suas perspetivas futuras (Conselho Nacional da Educação, 2015).

A qualidade dos professores é também crucial para o sucesso dos alunos. Esta envolve a competência científica e pedagógica para cumprir os objetivos curriculares, mas também outros ingredientes tais como: a capacidade para implementar estratégias adequadas aos objetivos de aprendizagem; o recurso a estratégias que facilitem a ligação entre saberes adquiridos e aprendizagens a realizar (Hattie, 2018); ou a capacidade para promover a autonomia dos alunos, através de estratégias como a clarificação de objetivos de aprendizagem, feedback informativo ou consideração dos sentimentos e opiniões dos alunos (Reeve, 2011). A qualidade da docência depende, por sua vez, de condições oferecidas aos professores, tais como metas curriculares adequadas, apoio das lideranças das escolas, apoio dos colegas, autonomia profissional ou estabilidade contratual, entre outras (Hattie, 2018; Reagan et al., 2019; Simões & Calheiros, 2019).

Por fim, a um nível mais micro, referente às características individuais dos alunos, aspetos como uma maior competência cognitiva, aspirações educativas mais elevadas, perceções mais positivas de auto-eficácia, que se traduzem, consequentemente, em maiores níveis de esforço, concentração e persistência em atividades escolares estão intimamente ligados a melhores resultados escolares. Inversamente, doença mental ou necessidades educativas especiais são condições pessoais que têm forte impacto na diminuição das probabilidades de sucesso (Hattie, 2018).

Será de mencionar que estes fatores não atuam de forma independente sobre o sucesso escolar, antes afetam-se mutuamente. Por exemplo, alunos com maiores níveis de competência cognitiva, que indicam maiores aspirações educativas e que se sentem mais auto-eficazes na aprendizagem tendem a apresentar maior estatuto socioeconómico (Rimkute et al., 2012). Por outro lado, a forma como estes fatores operam não é independente dos territórios. Na verdade, o sucesso escolar tende a ser menor em áreas em que a ruralidade tem maior expressão. Nessas regiões, a maior proporção de alunos com estatuto socioeconómico baixo e com menores aspirações educativas (Baeck, 2016), a par de uma oferta educativa e formativa mais limitada (Simões & Rio, 2020) e de uma maior dificuldade de atrair e reter professores de qualidade (Reagan et al., 2019) evidenciam como o sucesso escolar é, também, um fenómeno territorializado.

2. Nota Metodológica

O presente documento visa caracterizar o sucesso escolar na Lezíria do Tejo (LT), a partir de uma análise global do fenómeno educativo ao nível da rede pública de ensino. Deste modo, este documento centra-se na evolução dos grandes indicadores educativos da região, cobrindo a capacidade instalada, a descrição do corpo docente, do corpo não-docente, do corpo discente, dos níveis de escolarização e, finalmente, do (in)sucesso escolar.

Do ponto de vista metodológico, os indicadores analisados em cada um dos domínios atrás elencados seguem alguns critérios que importa clarificar. Do ponto de vista temporal, a opção passou por analisar a sua evolução, em três momentos distintos: 2004/2005, 2010/2011 e 2016/2017. Sempre que disponíveis dados para anos mais recentes, os indicadores foram caracterizados adicionalmente para 2017/2018 e 2018/2019. Esta opção permite: (a) verificar que evolução ocorreu desde o início do milénio até ao momento presente nos indicadores selecionados; (b) fazê-lo com base em séries estatísticas em anos mais próximos ou coincidentes com anos de Censos (2001 e 2011) e em que, portanto, existem dados fiáveis para detalhar os indicadores selecionados; e (c) utilizar estimativas para anos mais recentes (2016/2017 e seguintes) em que existam estatísticas, permitindo, assim, fazer uma caracterização assente em dados o mais atualizados possível.

Ao critério temporal seguido junta-se um critério comparativo. Sempre que possível, foram comparados dados em três níveis de análise: o todo nacional, a LT e os concelhos que compõem este território.

Paralelamente, será importante explicitar o critério na escolha das fontes. Assim, as fontes primárias consultadas para a caracterização do fenómeno educativo da LT foram os relatórios (“Regiões em Números - Alentejo. Volume IV” de 2010/2011 e de 2016/2017) e as bases de dados (através de acesso à plataforma BIME) da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

3. Evolução dos Indicadores Educativos na LT

3.1. DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA DA LT

3.1.1. COMO SE CARACTERIZA A REDE EDUCATIVA DA LT?

A rede educativa diz respeito ao conjunto de estabelecimentos onde são desenvolvidas atividades formais de educação, num determinado território (DGEstE, 2020). A existência de uma rede de ensino devidamente dimensionada e cobrindo os vários pontos de um território é uma condição essencial para garantir o acesso à educação e, conseqüentemente, para o respetivo sucesso dos alunos (Conselho Nacional de Educação, 2015). Quando a rede se encontra subdimensionada, tal poderá levar a uma sobrelotação de escolas (com conseqüente aumento de alunos por turma). Inversamente, uma rede esparsa, com poucos alunos por escolas, conduz a menor diversidade das turmas e tem conseqüências negativas, do ponto de vista do desenvolvimento das aprendizagens (Hattie, 2018).

No ano letivo 2004/2005¹ existiam 18.578 estabelecimentos de Educação Pré-escolar, Básica e Secundária - públicos e privados - em todo o país (incluindo continente e ilhas). Destes, 318 estabelecimentos de ensino público encontravam-se na LT, naquele ano letivo. Existiam em Santarém 92; 59 em Rio Maior; 31 em Coruche; 23 em Almeirim e na Azambuja; 22 no Cartaxo; 21 em Benavente; 19 na Chamusca; 16 em Salvaterra de Magos; 7 em Alpiarça e 5 na Golegã.

Cinco anos mais tarde, em 2010/2011², existiam 11.018 estabelecimentos de Educação Pré-escolar, Básica e Secundária - públicos e privados - em todo o país. Destes, existiam 232 estabelecimentos de ensino público na LT (87 Jardins de Infância, 133 escolas de Ensino Básico, 4 escolas de Ensino Básico e Secundário e 8 escolas de Ensino Secundário), nesse mesmo ano letivo. Os estabelecimentos de ensino público nesta região estavam distribuídos da seguinte forma: em Santarém 58 (16 Jardins de Infância, 40 escolas de Ensino Básico e 2 escolas de Ensino Se-

¹ A caracterização de indicadores de caráter educativo, no presente relatório, reporta dados relativos a 2004/2005 e 2016/2017 por serem o primeiro e último anos, respetivamente, com dados disponíveis na principal fonte (DGEEC) de forma discriminada pelos três níveis de análise deste estudo: nacional, intermunicipal e municipal. Ademais, alguns indicadores são caracterizados reportando a dados mais recentes (2017/2018 e 2018/2019) disponíveis na plataforma BIME (DGEEC), cujo acesso foi cedido pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), apenas para o nível intermunicipal e municipal.

² Para este indicador, os dados relativos a 2004/2005 foram retirados de publicações "Regiões em Números 2010/2011 - Alentejo. Volume IV" (DGEEC), e os dados relativos aos restantes anos letivos em análise extraídos da plataforma BIME (DGEEC).

cundário); em Rio Maior 30 (17 Jardins de Infância, 12 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); em Coruche 23 (10 Jardins de Infância, 12 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); 21 em Benavente (9 Jardins de Infância, 11 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário) e 21, também, no Cartaxo (5 Jardins de Infância, 15 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); em Almeirim 19 (8 Jardins de Infância, 10 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); 17 na Azambuja (4 Jardins de Infância, 12 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); 16 na Chamusca (8 Jardins de Infância, 7 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário); 15 em Salvaterra de Magos (4 Jardins de Infância, 10 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário); e 6 em Alpiarça (3 Jardins de Infância, 2 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário) e na Golegã (3 Jardins de Infância, 2 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário).

No ano letivo 2016/2017 existiam 8.583 estabelecimentos de Educação Pré-escolar, Básica e Secundária - públicos e privados - em todo o país (incluindo continente e ilhas). Destes, 191 estabelecimentos de ensino público (56 Jardins de Infância, 123 escolas de Ensino Básico, 4 escolas de Ensino Básico e Secundário e 8 escolas de Ensino Secundário) estavam ativos no território da LT. O mesmo número de estabelecimentos de ensino mantinha-se ativo, no ano letivo seguinte (2017/2018). Nesses dois anos letivos, o número de estabelecimentos de ensino público era de 53 em Santarém (13 Jardins de Infância, 38 escolas de Ensino Básico e 2 escolas de Ensino Secundário); 23 em Benavente (8 Jardins de Infância, 14 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); 18 em Cartaxo (5 Jardins de Infância, 12 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); 17 em Almeirim (6 Jardins de Infância, 10 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); 16 na Azambuja (4 Jardins de Infância, 11 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário), assim como em Coruche (5 Jardins de Infância, 10 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); 13 na Chamusca (7 Jardins de Infância, 5 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário) e Salvaterra de Magos (3 Jardins de Infância, 9 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário); 11 em Rio Maior (1 Jardim de Infância, 9 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); 6 em Alpiarça (2 Jardins de Infância, 3 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário) e 5 na Golegã (2 Jardins de Infância, 2 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário).

Mais recentemente, em 2018/2019, existiam 178 estabelecimentos de ensino público no território da LT (49 Jardins de Infância, 117 escolas de Ensino Básico, 5 escolas de Ensino Básico e Secundário e 8 escolas de Ensino Secundário). Destes, 51 encontravam-se em Santarém (11 Jardins de Infância, 38 escolas de Ensino Básico e 2 escolas de Ensino Secundário); 21 em Benavente (7 Jardins de Infância,

12 escolas de Ensino Básico, 1 escola de Ensino Básico e Secundário e 1 escola de Ensino Secundário); 16 em Almeirim (5 Jardins de Infância, 10 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário), Azambuja (4 Jardins de Infância, 11 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário) e Cartaxo (5 Jardins de Infância, 10 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); 15 em Coruche (4 Jardins de Infância, 10 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); 13 na Chamusca (7 Jardins de Infância, 5 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário); 11 em Rio Maior (1 Jardim de Infância, 9 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Secundário); 10 em Salvaterra de Magos (2 Jardins de Infância, 7 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário); 6 em Alpiarça (2 Jardins de Infância, 3 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário) e 4 na Golegã (1 Jardim de Infância, 2 escolas de Ensino Básico e 1 escola de Ensino Básico e Secundário). A listagem de Escolas e Agrupamentos de Escolas da LT em 2019/2020, é apresentada, no Anexo I.

EM SUMA...

→ Na LT e respetivos municípios assistiu-se a uma **diminuição assinalável (- 56%) da rede pública de estabelecimentos de ensino** instalada, entre 2004/2005 e 2018/2019.

→ Santarém foi sempre o município com maior número de escolas e Golegã com menor número (em simultâneo com Alpiarça, no ano de 2010/2011), refletindo a base demográfica dos municípios em causa.

→ Considerando os dados desagregados por tipo de estabelecimento de ensino, os quais estão disponíveis desde 2010/2011, **a redução da rede é especialmente notória ao nível da Educação Pré-escolar (-37 estabelecimentos públicos) e no Ensino Básico, (-16 estabelecimentos públicos)**, indicando que esta tendência acompanha a diminuição da natalidade, no território (*vide* documento Lezíria do Tejo (LT): Conhecer o território para melhor compreender os resultados escolares).

3.1.2. QUANTOS DOCENTES ENSINAM NA LT?

O corpo docente integra todos os professores que exercem as suas funções letivas num determinado território, independentemente do seu vínculo contratual ou do tempo letivo e não-letivo, o qual está inscrito no respetivo horário de trabalho. A análise da evolução do corpo docente é relevante, pois permite entender aspetos como as necessidades de recursos humanos do sistema educativo, o respetivo investimento dos Estados nesses recursos, bem como a estabilidade laboral dos docentes, a qual está fortemente relacionada com o sucesso escolar dos alunos (Conselho Nacional de Educação, 2015; Hattie, 2018).

Em 2004/2005³, de um universo de 163.668 docentes em estabelecimentos de ensino público em Portugal, lecionavam na LT 3.539 docentes. Mais especificamente, em Almeirim lecionavam 306 docentes; 96 em Alpiarça; 268 na Azambuja; 382 em Benavente; 376 no Cartaxo; 166 na Chamusca; 246 em Coruche; 91 na Golegã; 433 em Rio Maior; 303 em Salvaterra de Magos; e, por fim, 872 em Santarém.

Seis anos mais tarde, em 2010/2011, ao contrário do que sucedeu a nível nacional (total de 158.766 docentes), o número de docentes que lecionava no ensino público na LT aumentou para 3.639. Ao nível municipal, em Almeirim lecionavam 386 docentes; 115 em Alpiarça; 304 na Azambuja; 438 em Benavente; 383 no Cartaxo; 140 na Chamusca; 246 em Coruche; 91 na Golegã; 383 em Rio Maior; 296 em Salvaterra de Magos; e, por fim, 857 em Santarém.

No ano letivo de 2016/2017, por seu lado, de 133.876 docentes que lecionavam na rede pública de ensino em todo o país, 3.104 lecionavam nas escolas públicas da LT, notando-se, assim, uma diminuição comparativamente ao número total de docentes no ensino público do ano letivo supracitado. Considerando a distribuição por municípios, em Almeirim lecionavam 313 docentes; 108 em Alpiarça; 280 na Azambuja; 368 em Benavente; 289 no Cartaxo; 113 na Chamusca; 211 em Coruche; 77 na Golegã; 306 em Rio Maior; 290 em Salvaterra de Magos; e, por fim, 749 em Santarém.

Em 2017/2018, o número de docentes a leccionar em estabelecimentos públicos de educação na LT aumentou para 3.123. Destes, 319 leccionavam em escolas públicas de Almeirim; 107 em Alpiarça; 283 na Azambuja; 382 em Benavente; 311 no Cartaxo; 144 na Chamusca; 199 em Coruche; 81 na Golegã; 300 em Rio Maior; 283 em Salvaterra de Magos e 744 em Santarém. Deste modo, verificou-se que, na maioria dos municípios, o número de docentes aumentou, com exceção dos municípios de Alpiarça, Coruche, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém, nos quais diminuiu.

³ Para este indicador, os dados relativos a 2004/2005 foram recolhidos do relatório "Regiões em Números 2010/2011 - Alentejo. Volume IV" (DGEEC), e os dados relativos aos restantes anos letivos em análise extraídos da plataforma BIME (DGEEC).

Por fim, em 2018/2019, o número de docentes na rede pública na LT aumentou, ligeiramente, para 3.128 (+ 5 docentes). Destes, 320 leccionavam em escolas públicas de Almeirim; 98 em Alpiarça; 280 na Azambuja; 369 em Benavente; 306 no Cartaxo; 119 na Chamusca; 213 em Coruche; 80 na Golegã; 314 em Rio Maior; 279 em Salvaterra de Magos e 750 em Santarém. Verificou-se uma diminuição do número de docentes face ao ano letivo precedente na maioria dos municípios, com exceção dos municípios de Almeirim, Chamusca, Coruche, Rio Maior e Santarém, nos quais este aumentou.

Por seu lado, a tipologia de vínculo contratual⁴ permite melhor informar sobre a situação laboral do corpo docente na LT. Em 2010/2011, existiam 3.639 docentes nesta região (74% encontravam-se em situação de efetividade, integrando o quadro). Em 2016/2017, verificou-se um decréscimo do número total de docentes para 3.104 (80% do quadro), e posterior aumento em 2017/2018 para 3.123 (82% do quadro) e em 2018/2019 para 3.128 (83% integrantes do quadro).

A nível municipal, em todos os anos em análise, Santarém foi o município com o maior número de docentes (ambos contratados e efetivos) e Golegã aquele com menor número, exceto quando se considera, apenas, o número de docentes contratados em 2018/2019, o qual era menor em Alpiarça. Ao analisar-se a evolução deste indicador ao longo dos anos em análise, verificou-se um decréscimo do número de docentes entre 2010/2011 e 2016/2017, em todos os municípios da LT, independentemente do tipo de vínculo contratual (exceto no que se refere ao número de docentes do quadro na Azambuja e em Salvaterra de Magos, nos quais aumentou.) Já nos anos letivos mais recentes, entre 2016/2017 e 2017/2018, por exemplo, o número de docentes do quadro aumentou na maioria dos municípios (exceto em Santarém onde diminuiu) e o número de docentes contratados diminuiu na maioria exceto no Cartaxo e na Golegã, onde aumentou e em Santarém onde de manteve inalterável. Por fim, entre 2017/2018 e 2018/2019 o número de docentes do quadro diminuiu na maioria dos municípios exceto na Azambuja, em Benavente, na Chamusca, em Rio Maior e Santarém, nos quais aumentou. Simultaneamente, o número de docentes contratados diminuiu em cinco municípios (Alpiarça, Azambuja, Benavente, Rio Maior e Santarém), manteve-se inalterável na Chamusca e na Golegã, tendo aumentado nos restantes municípios.

Em todos os anos mencionados, verificou-se uma maioria acentuada de docentes a integrar o quadro dos estabelecimentos de ensino, por comparação ao número de docentes contratados, em todos os municípios (ver Gráficos 1 e 1a).

⁴ Não existem na principal fonte de dados educativos nacional (DGEEC – plataforma BIME) dados relativos ao número de docentes por tipo de vínculo contratual, disponíveis ao nível intermunicipal e municipal, para o ano letivo de 2004/2005.

GRÁFICO 1. CORPO DOCENTE – POR VÍNCULO CONTRATUAL (DO QUADRO) (N)

FONTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)

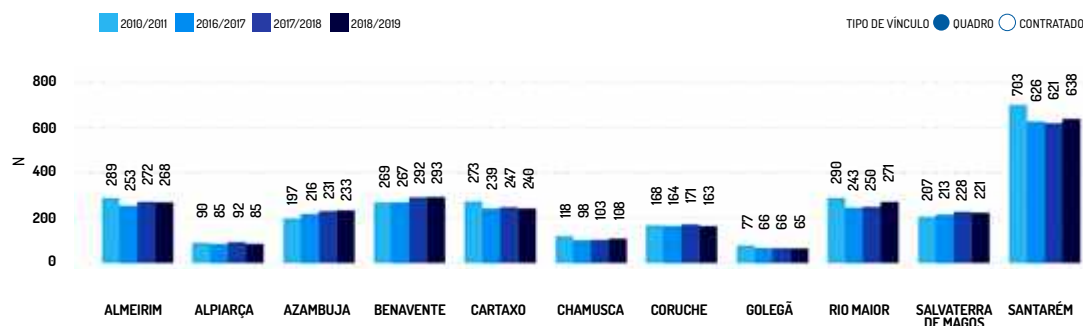
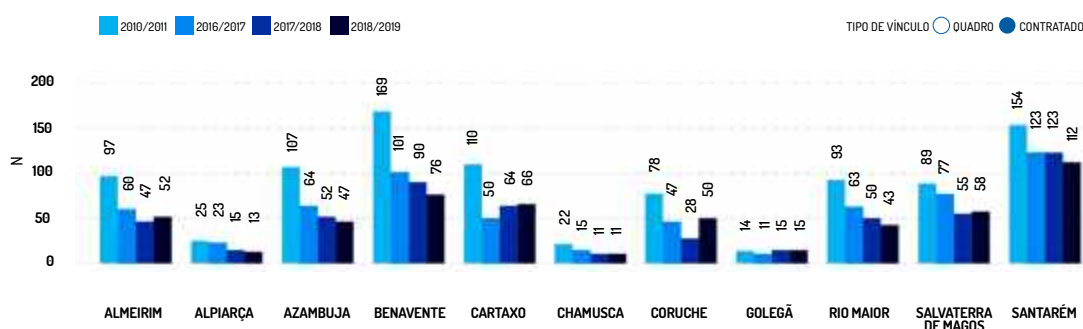


GRÁFICO 1A. CORPO DOCENTE – POR VÍNCULO CONTRATUAL (CONTRATADO) (N)

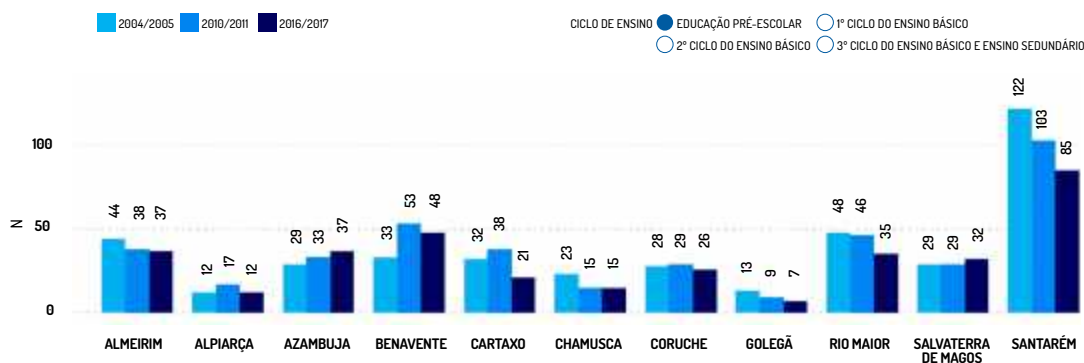
FONTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)



A distribuição por ano letivo e nível de ensino⁵ pode melhor informar sobre a situação do corpo docente, na LT. Em 2004/2005, 256 educadores estavam colocados em estabelecimentos públicos de Educação Pré-escolar. Em 2010/2011, verificou-se uma ligeira subida deste número, encontrando-se 263 educadores na rede de Educação Pré-escolar pública, descendo para 229 no ano letivo 2016/2017. O gráfico 1b ilustra esta evolução do corpo docente na Educação Pré-escolar nos diferentes municípios da LT. Enquanto três municípios registaram acréscimos de docentes da Educação Pré-escolar entre 2004/2005 e 2016/2017, nomeadamente, Azambuja (+ 10), Benavente (+ 12) e Salvaterra de Magos (+7), os restantes municípios denotaram perdas mais acentuadas (e.g., Rio Maior; - 17) ou mais relativas (e.g. Alpiarça: -1) de educadores, para o mesmo período.

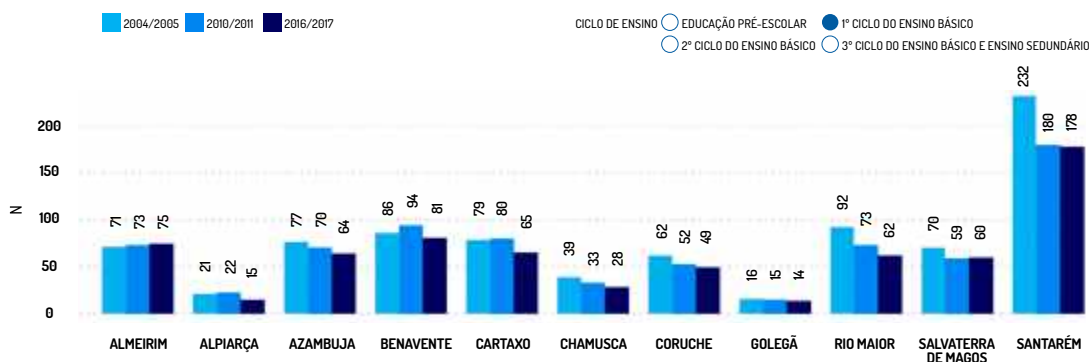
⁵ Para este indicador, os dados relativos aos três anos reportados foram retirados de relatórios “Regiões em Números 2010/2011 – Alentejo. Volume IV” e “Regiões em Números 2016/2017 – Alentejo. Volume IV” (DGEEC).

GRÁFICO 1B. CORPO DOCENTE – POR NÍVEL DE ENSINO
 (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR) (N)

 FONTE: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)


No caso do 1º ciclo do Ensino Básico, 840 docentes exerciam as suas funções na LT em estabelecimentos de ensino público, em 2004/2005. Em 2010/2011, registou-se um decréscimo no número de docentes de 1º ciclo do Ensino Básico (732), assim como no ano letivo 2016/2017 (672). Olhando a todo o período sob análise (ver Gráfico 1c), registaram-se perdas em todos os municípios ao nível do número de docentes do 1º ciclo do Ensino Básico, entre 2004/2005 e 2016/2017. A perda mais expressiva verificou-se em Santarém (-54). Apenas em Almeirim se registou um ligeiro incremento de professores, neste nível de ensino (+ 2) (ver Gráfico 1c).

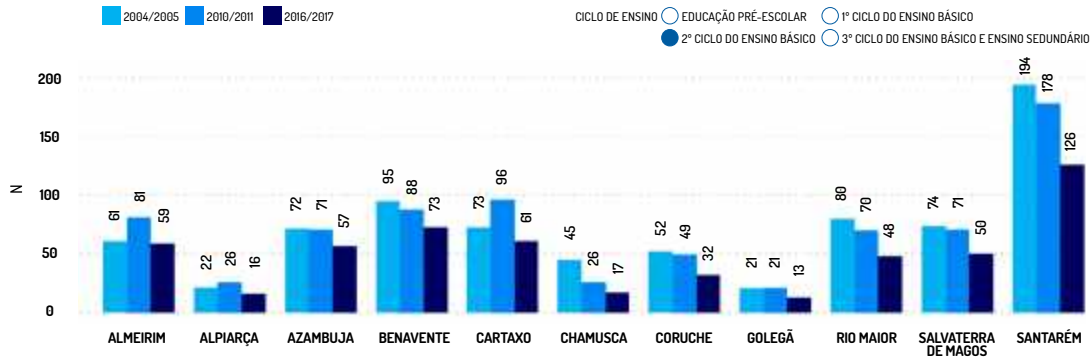
GRÁFICO 1C. CORPO DOCENTE – POR NÍVEL DE ENSINO
 (1º CICLO DO ENSINO BÁSICO) (N)

 FONTE: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)


No que se refere ao 2º ciclo do Ensino Básico, em 2004/2005, 764 docentes em estabelecimentos de ensino público exerciam funções neste nível de escolaridade. Já em 2010/2011, esse número caíra muito ligeiramente para 761 docentes, com um decréscimo mais acentuado para 543 docentes, em 2016/2017. De acordo com o gráfico 1d, em todos os municípios, registou-se uma perda de docentes neste nível de ensino, variando entre perdas mínimas, como sucedeu em Almeirim (- 2) e perdas significativas, como sucedeu em Santarém (- 52) (ver Gráfico 1d).

GRÁFICO 1D. CORPO DOCENTE – POR NÍVEL DE ENSINO
(2º CICLO DO ENSINO BÁSICO) (N)

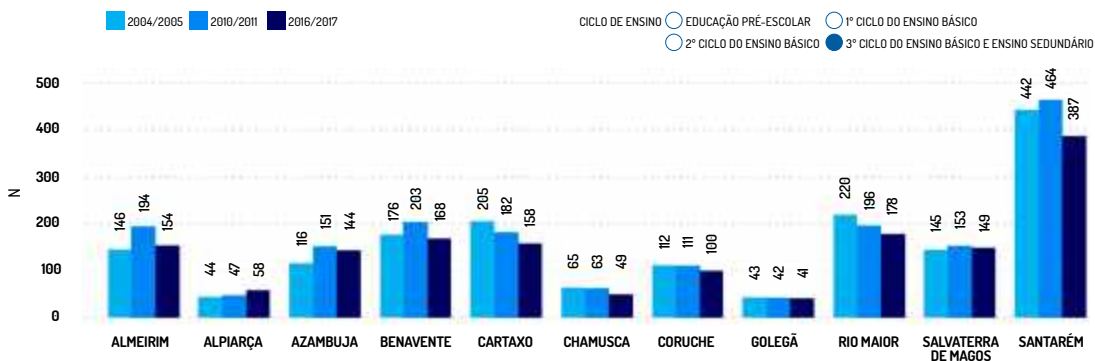
FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)



Por fim, no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, em 2004/2005, exerciam as suas funções na LT 1.679 docentes no ensino público. Esse contingente evoluiu para 1.769 docentes em 2010/2011, registando uma quebra para 1.556, em 2016/2017. Como documenta o gráfico 1e, em quatro dos municípios da LT (Almeirim, Alpiarça, Azambuja e Salvaterra de Magos), o número de docentes aumentou entre 2004/2005 e 2016/2017, acréscimo esse que registou o seu máximo na Azambuja (+ 28), comparando com um decréscimo nos restantes sete municípios. A quebra mais acentuada, a este nível, registou-se, novamente, em Santarém (- 35) (ver Gráfico 1e).

GRÁFICO 1E. CORPO DOCENTE – POR NÍVEL DE ENSINO
(3º CICLO DO ENSINO BÁSICO & ENSINO SECUNDÁRIO) (N)

FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)



EM SUMA...

→ Na LT, o período entre 2004/2005 e 2018/2019 foi marcado por uma **diminuição do número de docentes (-411)**. Esta tendência é generalizada em todos os municípios da LT, embora com perdas mais ou menos significativas. Em particular, o declínio mais acentuado do número de docentes na LT verificou-se entre 2010/2011 e 2016/2017; não obstante, este aumentou gradualmente desde então.

→ O **número de docentes do quadro foi sempre superior ao número de docentes contratados**, na LT, em todos os anos em análise. Enquanto que o número de docentes contratados diminuiu, de forma consistente, ao longo dos anos letivos em análise, o número de docentes do quadro aumentou de forma gradual ao longo dos anos. Entre os dois anos extremos considerados o número de docentes evoluiu negativamente (-96 do quadro; -415 contratados) no território intermunicipal.

→ É de destacar também que, paralelamente, **a percentagem de docentes em situação precária tem vindo a diminuir na LT** (em 2010/2011, 74% dos docentes tinham um vínculo efetivo, ao passo que em 2018/2019, 83% dos docentes estavam nessa situação).

→ Em todos os anos em análise, Santarém foi o município com o maior número de docentes (ambos contratados e efetivos) e Golegã aquele com menor número (exceto no que respeita os docentes contratados em 2018/2019, o qual era menor em Alpiarça).

→ O número de educadores (Educação Pré-escolar) e de docentes de 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário aumentou entre 2004/2005 e 2010/2011, diminuindo em 2016/2017, enquanto o número de docentes de 1º e 2º ciclos do Ensino Básico diminuiu gradualmente ao longo dos anos em análise, na LT.

→ Registou-se um aumento de educadores entre 2004/2005 e 2016/2017 na Azambuja, Benavente e Salvaterra de Magos, e uma diminuição nos restantes municípios. Verificou-se um decréscimo no número de docentes do 1º ciclo e 2º ciclo do Ensino Básico, em todos os municípios ao longo deste período. Por fim, entre estes anos letivos, o número de docentes de 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário aumentou em Almeirim, Alpiarça, Azambuja e Salvaterra de Magos, e decresceu nos restantes sete municípios.

3.1.3. QUANTOS FUNCIONÁRIOS (NÃO DOCENTES) FAZEM PARTE DA COMUNIDADE ESCOLAR NA LT?

A comunidade educativa engloba outros trabalhadores que exercem funções para além da docência, os quais devem ser, igualmente, mencionados. Esta categoria é, usualmente, classificada como incluindo funcionários não docentes e, genericamente, envolve o pessoal responsável por tarefas administrativas, vigilância, manutenção e limpeza dos espaços.

Em 2010/2011, a LT contabilizava 1.182 profissionais não docentes⁶ em estabelecimentos de educação públicos. Mais especificamente, 124 em Almeirim; 38 em Alpiarça; 129 na Azambuja; 142 em Benavente; 104 no Cartaxo; 45 na Chamusca; 43 em Coruche; 39 na Golegã; 127 em Rio Maior; 103 em Salvaterra de Magos; e por fim, 288 em Santarém. Deste modo, Alpiarça e Santarém eram os municípios com menor e maior número de pessoal escolar não docente, respetivamente, naquele ano letivo.

Seis anos depois, em 2016/2017, o número de profissionais não docentes em estabelecimentos de educação públicos diminuiu para 1.154. Mais especificamente, 112 em Almeirim; 41 em Alpiarça; 143 na Azambuja; 136 em Benavente; 111 no Cartaxo; 60 na Chamusca; 76 em Coruche; 25 na Golegã; 123 em Rio Maior; 81 em Salvaterra de Magos; e, por fim, 245 em Santarém. Verificou-se uma diminuição do número de profissionais não docentes em todos os municípios exceto Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca e Coruche, nos quais este número aumentou. Naquele ano, Santarém continuou a apresentar o maior número de profissionais não docentes enquanto a Golegã passou a verificar o menor número.

No ano seguinte (2017/2018), este número aumentou para 1.182 na LT, igualando o número de profissionais não docentes de 2010/2011. A nível municipal, o número de profissionais não docentes era de 113 em Almeirim; 42 em Alpiarça; 160 na Azambuja; 131 em Benavente; 108 no Cartaxo; 58 na Chamusca; 77 em Coruche; 24 na Golegã; 133 em Rio Maior; 81 em Salvaterra de Magos e 255 em Santarém. Verificou-se um aumento em todos os municípios exceto em Benavente, Cartaxo, Chamusca, Golegã (onde este número diminuiu) e Salvaterra de Magos (no qual este número se manteve inalterável entre aqueles dois anos). Neste ano, Golegã e Santarém continuavam a apresentar o menor e maior número de não docentes, respetivamente.

⁶Para este indicador, todos os dados reportados foram extraídos da plataforma BIME (DGEEC).

Por fim, em 2018/2019, o número de profissionais não docentes em estabelecimentos de educação públicos manteve-se inalterável na LT, face ao ano precedente (1.182). No entanto, a nível municipal este número variou. Existiam 112 profissionais não docentes em Almeirim; 41 em Alpiarça; 157 na Azambuja; 127 em Benavente; 98 no Cartaxo; 65 na Chamusca; 74 em Coruche; 35 na Golegã; 133 em Rio Maior; 79 em Salvaterra de Magos e 261 em Santarém. Verificou-se, assim, uma diminuição em todos os municípios exceto em Chamusca, Golegã, Santarém (onde este número aumentou) e Rio Maior (no qual este número se manteve inalterável entre aqueles anos). Também neste ano Golegã e Santarém eram os municípios com menor e maior número de não docentes, respetivamente.

Por seu lado, a informação relativa à entidade empregadora permite melhor saber sobre a situação contratual destes funcionários (não docentes) na LT. Em 2010/2011, de um total de 1.182 funcionários não docentes nesta região, 55.2% (653) eram empregados pelas câmaras municipais. Em 2016/2017, verificou-se um decréscimo deste número para 1.154 docentes (51.5% das câmaras municipais), e posterior aumento em 2017/2018 para 1.182 (53.6% das câmaras municipais) mantendo-se inalterável em 2018/2019 (1.182; 54.8% das câmaras municipais).

A nível municipal, em 2010/2011, o número de funcionários não docentes contratados pela câmara municipal era superior ao número daqueles contratados pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC), na maioria dos municípios da LT exceto em Benavente, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos. Mais tarde, em 2016/2017, a tendência de superioridade do número de não docentes contratados pela câmara municipal em detrimento dos contratados pelo MEC mantinha-se, exceto em Benavente, Chamusca, Rio Maior e Salvaterra de Magos (ver Gráficos 2 a 2b). Em comparação com o ano precedente em análise (2010/2011), neste ano o número de não docentes com vínculo pela câmara municipal diminuiu em todos os municípios com exceção de Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche, nos quais aumentou (ver Gráfico 2). Por seu lado, o número de não docentes com vínculo com o MEC diminuiu na maioria dos municípios, exceto em Alpiarça, Golegã, Rio Maior e Santarém, nos quais aumentou, assim como em Azambuja, no qual se manteve inalterável (ver Gráfico 2a). No ano sucessivo (2017/2018), por seu lado, existia maior número de profissionais não docentes das câmaras municipais por comparação com os do MEC em todos os municípios exceto Benavente, Chamusca, Rio Maior e Salvaterra de Magos (ver Gráficos 2 a 2b). Por comparação ao ano letivo precedente (2016/2017), assistiu-se ao incremento do número de profissionais não docentes com vínculo com a câmara municipal na maioria dos municípios (exceto em Alpiarça, Benavente, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos, nos quais este se manteve, e no Cartaxo, onde este número diminuiu) (ver Gráfico 2); e à diminuição do número de não docentes do MEC em cinco municípios (Almeirim, Benavente, Chamusca, Golegã e Salvaterra de Magos), ao seu incremento em quatro municí-

pios (Alpiarça, Cartaxo, Coruche e Rio Maior), mantendo-se este número inalterável nos restantes (Azambuja e Santarém) (ver Gráfico 2a). Por fim, em 2018/2019, ao contrário do ano letivo anterior, o número de não docentes da câmara municipal aumentou apenas em três municípios (Chamusca, Golegã e Rio Maior), mantendo-se inalterável em três municípios (Almeirim, Benavente e Salvaterra de Magos) e diminuindo nos restantes (Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Coruche e Santarém) (ver Gráfico 2). Também o número de profissionais não docentes do MEC diminuiu na maioria dos municípios, exceção feita a Alpiarça, Azambuja e Chamusca (nos quais o número aumentou), assim como a Rio Maior (no qual continuaram a não existir) (ver Gráfico 2a). Uma vez mais, o número de profissionais não docentes com vínculo com a câmara municipal era superior ao número de não docentes do MEC em todos os municípios exceto em Benavente, Chamusca, Rio Maior e Salvaterra de Magos (ver Gráficos 2 a 2b).

GRÁFICO 2. CORPO NÃO DOCENTE - POR ENTIDADE EMPREGADORA (CÂMARAS MUNICIPAIS) (N)

FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)



GRÁFICO 2A. CORPO NÃO DOCENTE - POR ENTIDADE EMPREGADORA (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA/MEC) (N)

FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)

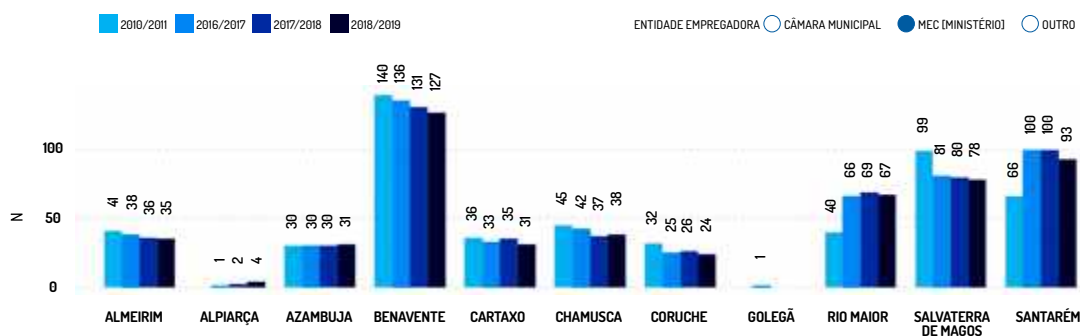
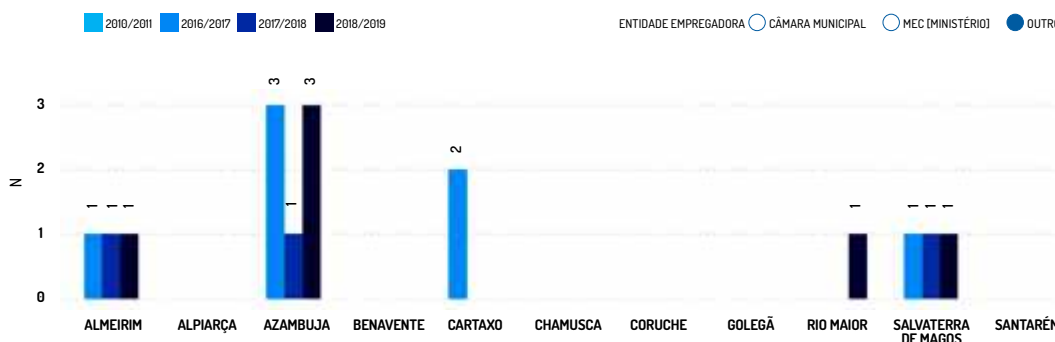


GRÁFICO 2B. CORPO NÃO DOCENTE - POR ENTIDADE EMPREGADORA (OUTRO) (N)

FONTES: DGEEC
CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020



Outro indicador que permite melhor informar sobre a situação contratual dos funcionários não docentes da LT é o tipo de vínculo contratual destes profissionais. Em 2010/2011, de um total de 1.182 funcionários não docentes nesta região, a maioria eram do quadro - 92.4% (1.092) - e os restantes com contrato a termo resolutivo certo - 7.9% (93) - ou com contrato administrativo de provimento - 0.1% (1). Em 2016/2017, verificou-se um decréscimo deste número para 1.154 docentes, sendo naquele ano a maioria não do quadro, como no ano precedente em análise, mas com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, devido a mudança da designação legal do vínculo contratual (1.068; 92.6%), e os restantes com contrato a termo resolutivo certo (56; 4.9%), contrato de emprego e inserção (24; 2.1%), contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial (4; 0.4%) ou com outro tipo de contrato (2; 0.2%). No ano letivo seguinte (2017/2018), o número de não docentes na LT aumentou para 1.182, mantendo-se a maioria empregados com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (1.058; 89.5%), e os restantes com contrato a termo resolutivo certo (76; 6.4%), contrato de emprego e inserção (41; 3.5%), contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial (4; 0.3%) ou com outro tipo de contrato (3; 0.3%). Por fim, no último ano letivo em análise (2018/2019), o número de profissionais não docentes manteve-se igual (1.182), mantendo-se, à semelhança do ano letivo anterior, a maioria empregados com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (1.092; 92.4%), e os restantes com contrato de emprego e inserção (44; 3.7%), contrato a termo resolutivo certo (39; 3.3%), com outro tipo de contrato (6; 0.5%) ou com contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial (1; 0.1%).

Considerando os diferentes municípios da LT, em 2010/2011, o número de funcionários não docentes do quadro era superior ao número daqueles com contrato a termo resolutivo certo em todos os municípios (ver Gráficos 2c a 2e). Ademais, apenas em Santarém existia um profissional não docente com outros tipos de contrato (em particular, contrato administrativo de provimento) (ver Gráfico 2e).

Em 2016/2017, por seu lado, a maioria de não docentes detinha contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em todos os municípios em detrimento de outros tipos de contrato (contrato a termo resolutivo certo; contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial; contrato de emprego e inserção ou outros) (ver Gráficos 2c a 2e). Em comparação com o ano precedente em análise (2010/2011), neste ano o número de não docentes com contrato a termo resolutivo certo diminuiu em cinco municípios (Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Rio Maior e Santarém), aumentou em quatro municípios (Benavente, Chamusca, Golegã e Salvaterra de Magos) e manteve-se inexistente no Cartaxo e em Coruche (ver Gráfico 2d).

No ano letivo sucessivo (2017/2018), a maioria de não docentes encontrava-se igualmente a trabalhar com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em todos os municípios em detrimento de outros tipos de contrato (contrato a termo resolutivo certo; contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial; contrato de emprego e inserção ou outros) (ver Gráficos 2c a 2e). Em comparação com o ano letivo anterior (2016/2017), o número de não docentes com aquele tipo de contrato aumentou em quatro municípios (Azambuja, Benavente, Cartaxo e Santarém), diminuiu em três (Almeirim, Rio Maior e Salvaterra de Magos) e manteve-se inalterável nos restantes (Alpiarça, Chamusca, Coruche e Golegã) (ver Gráfico 2c). Por outro lado, o número de funcionários escolares não docentes com contrato a termo resolutivo certo aumentou na maioria dos municípios, com exceção de Benavente e Salvaterra de Magos, onde se manteve inalterável, e Chamusca e Golegã, nos quais este número diminuiu (ver Gráfico 2d). Por seu lado, naquele ano apenas no Cartaxo existiam funcionários não docentes com contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial, tendo o número naquele município aumentado (+3) em relação ao ano letivo precedente. Por fim, nos dois únicos municípios onde existiam não docentes a contrato de emprego e inserção o número destes funcionários aumentou (+11 em Azambuja; +6 em Rio Maior) entre 2016/2017 e 2017/2018. Apenas em Rio Maior existiam três funcionários com outro tipo de contrato (ver Gráfico 2e).

No último ano em análise (2018/2019), à semelhança dos anos letivos anteriores, a maioria dos não docentes a trabalhar em meio escolar encontravam-se a contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em todos os municípios (ver Gráficos 2c a 2e). Face ao ano letivo anterior, o número de não docentes com contrato daquela tipologia aumentou na maioria dos municípios, com exceção de Almeirim, onde se manteve inalterável, assim como Alpiarça, Cartaxo, Coruche e Santarém, onde este diminuiu (ver Gráfico 2c). O número de funcionários não docentes com contrato a termo resolutivo certo diminuiu em todos os municípios da LT em relação a 2017/2018, exceto em Alpiarça e Santarém, nos

quais este número aumentou, e nos municípios onde continuou a inexistir não docentes com este tipo de contrato (Cartaxo, Chamusca e Golegã) (ver Gráfico 2d). Por seu lado, no único município com funcionários não docentes com contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial, Cartaxo, este número diminuiu (-3). O número de funcionários não docentes em contrato de emprego e inserção diminuiu em Azambuja (-3) e aumentou em Rio Maior (+6). Por último, existiam funcionários não docentes com outro tipo de contrato apenas em Azambuja (no qual este número aumentou desde o ano letivo anterior) e Rio Maior (no qual este número diminuiu desde 2017/2018) (ver Gráfico 2e).

GRÁFICO 2C. CORPO NÃO DOCENTE - POR VÍNCULO CONTRATUAL (DO QUADRO) (N)

FONTE: DGEEC
CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020

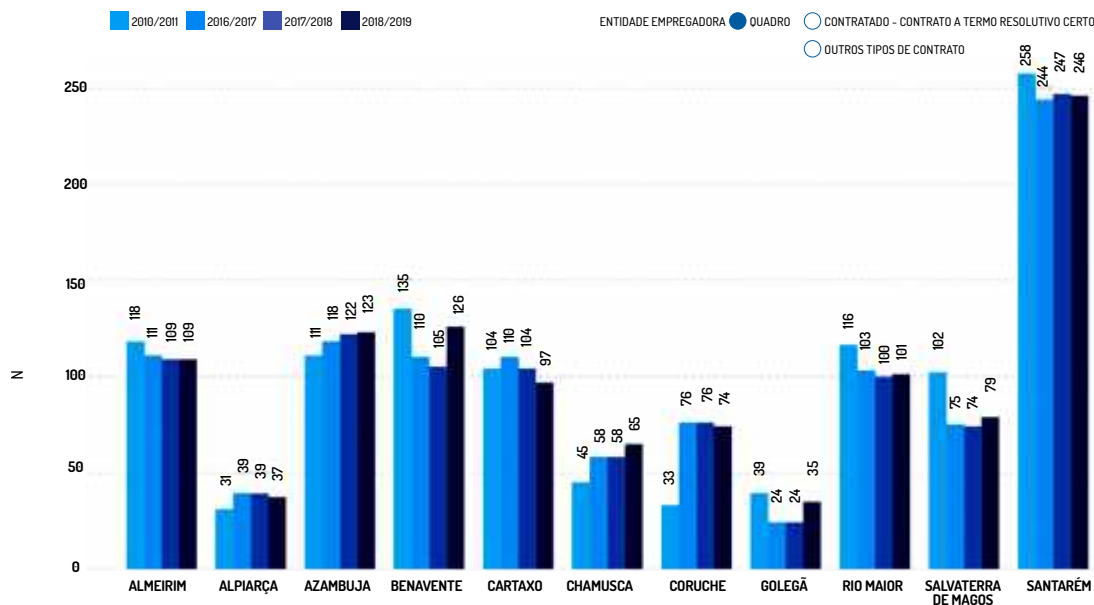
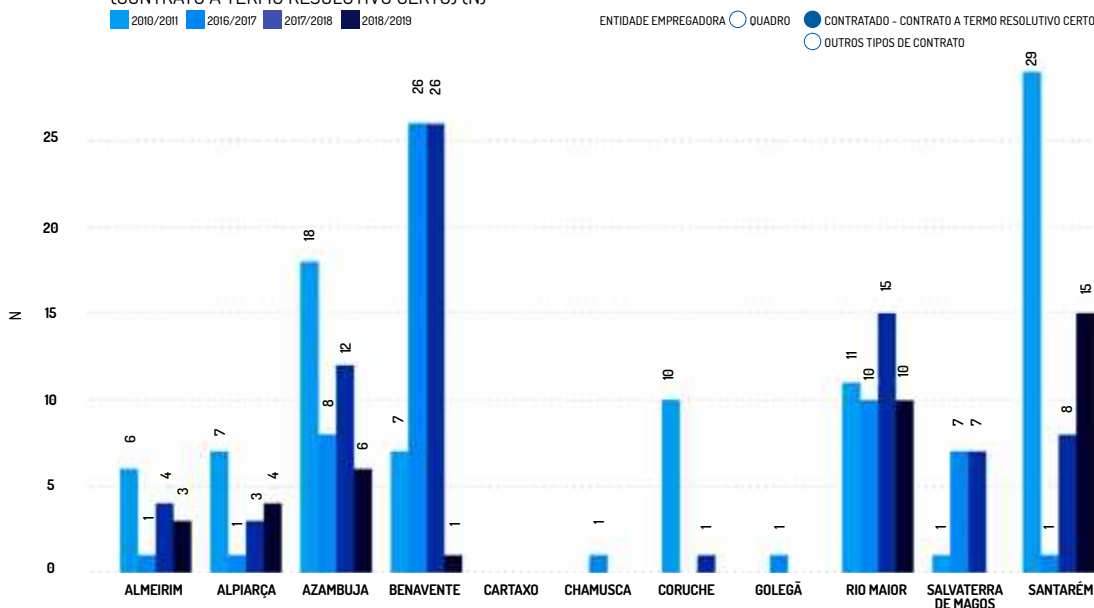


GRÁFICO 2D. CORPO NÃO DOCENTE - POR VÍNCULO CONTRATUAL (CONTRATO A TERMO RESOLUTIVO CERTO) (N)

FONTE: DGEEC
CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020

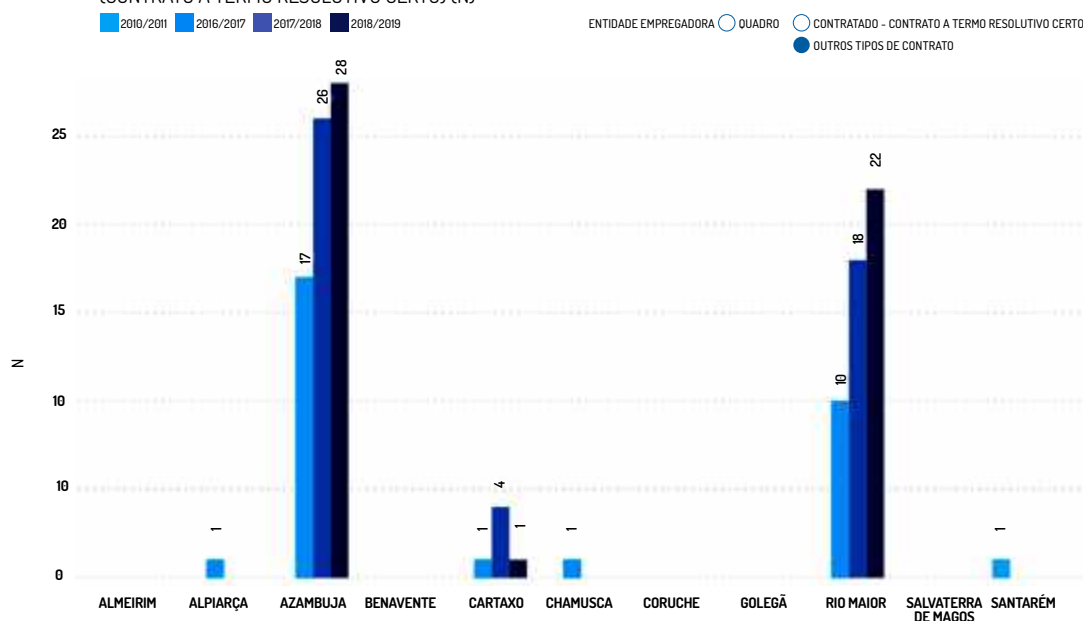


COFINANCIADO POR

GRÁFICO 2E. CORPO NÃO DOCENTE - POR VÍNCULO CONTRATUAL
(CONTRATO A TERMO RESOLUTIVO CERTO) (N)

FONTE: DGEEC

(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)



EM SUMA...

→ O número de funcionários que integram o pessoal não-docente, nos estabelecimentos de ensino da LT, diminuiu entre 2010/2011 e 2016/2017, e tem-se mantido inalterável desde então, até 2018/2019, com ligeiras oscilações em cada município.

→ Santarém foi, consistentemente, o município com maior número de profissionais não docentes, em todos os anos em análise. Por seu lado, o município com menor número destes profissionais foi Alpiarça, em 2010/2011, e Golegã, nos restantes anos considerados.

→ Relativamente à entidade empregadora, na sua maioria, em todos os anos em análise, o número de não-docentes empregados pelas câmaras municipais era superior em relação a todas as outras entidades, na LT.

→ Na maioria dos municípios, o número de funcionários não docentes contratados pelas câmaras municipais era superior ao número de contratados pelo MEC. Na maioria dos municípios, o número de profissionais não-docentes contratados pelas câmaras municipais diminuiu, entre 2010/2011 e 2016/2017, aumentou entre 2016/2017 e 2017/2018, e diminuiu em cinco municípios em 2018/2019 (mantendo-se inalterável ou aumentando nos restantes). Por outro lado, na maioria dos municípios, o número de não-docentes contratados pelo MEC diminuiu entre

2010/2011 e 2016/2017. Entre 2016/2017 e 2017/2018 este diminuiu em cinco municípios, aumentou em quatro, e manteve-se inalterável na Azambuja e Santarém. Em 2018/2019, este número diminuiu na maioria dos municípios e manteve-se não existente em Rio Maior.

→ **Em relação ao tipo de vínculo contratual, a maioria dos funcionários não-docentes em 2010/2011, na LT, eram do quadro**, enquanto nos restantes anos em análise a maioria detinha **contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**.

→ Em todos os municípios, à semelhança do que sucede ao nível intermunicipal, a maioria dos não-docentes pertenciam ao quadro, em 2010/2011, enquanto nos restantes anos em análise a maioria encontrava-se numa situação equivalente, ou seja, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. Entre 2010/2011 e 2016/2017, o número de não docentes com contrato a termo resolutivo certo diminuiu em cinco municípios, aumentou em quatro, e era inexistente no Cartaxo e em Coruche. Em 2017/2018, o número de não docentes com esse tipo de vínculo aumentou na maioria dos municípios, enquanto aqueles com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado aumentou em quatro municípios, diminuiu em três e manteve-se inalterável nos restantes. Em 2018/2019, o número de não docentes com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado aumentou, e o número de funcionários não docentes com contrato a termo resolutivo certo diminuiu, na maioria dos municípios.

3.1.4. QUANTOS ALUNOS ESTUDAM NA LT?

Os alunos são o beneficiário final de todo o investimento público e das famílias, ao nível educativo. A dimensão do corpo discente condiciona a mobilização e distribuição de recursos humanos e financeiros, sendo por isso, também, um indicador relevante para melhor entender o sucesso escolar.

Em 2004/2005, existia em Portugal⁷ um total de 1.477.232 alunos inscritos em estabelecimentos de ensino público, desde a Educação Pré-escolar ao 12º ano de escolaridade. Na década seguinte, em 2010/2011, este número diminuiu no país para 1.384.994. Posteriormente, em 2016/2017, e considerando o ano letivo anterior em análise, assistiu-se a uma descida do número de alunos matriculados em ensino público no país para 1.247.900 alunos.

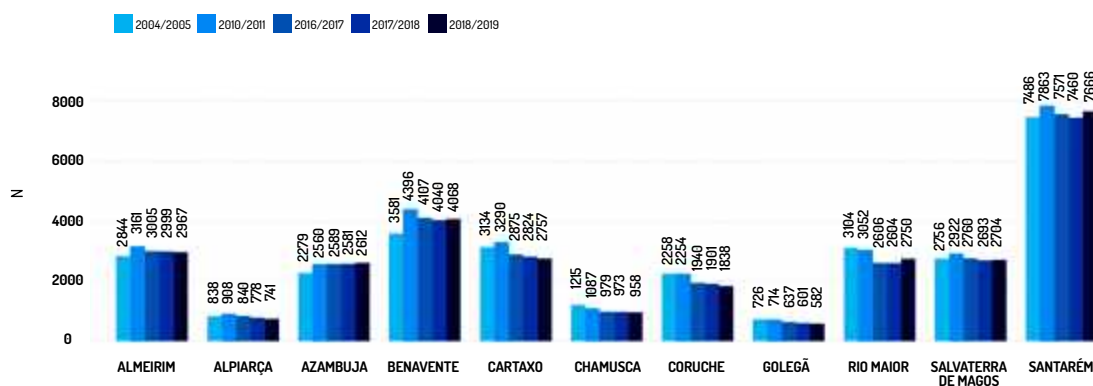
⁷ Para este indicador, a nível nacional, todos os dados foram recolhidos de relatórios "Regiões em Números 2010/2011 - Alentejo. Volume IV" e "Regiões em Números 2016/2017 - Alentejo. Volume IV" (DGEEC). Não existem nestes relatórios dados relativos ao número de alunos, a nível nacional, para os anos letivos 2017/2018 e 2018/2019.

Por seu lado, nas escolas públicas da LT⁸ encontravam-se matriculados 30.231 alunos, desde a Educação Pré-escolar até ao Ensino Secundário (inclusive), no ano letivo de 2004/2005. À semelhança da tendência nacional, também neste território intermunicipal o número de alunos matriculados aumentou para 32.207 alunos no ensino público, no ano letivo 2010/2011. Por último, em 2016/2017, a totalidade dos alunos inscritos nas escolas de ensino público dos municípios da LT diminuiu para 29.889 alunos, tal como a tendência a nível nacional. Por fim, entre 2016/2017 e 2017/2018 este número diminuiu (- 432) para 29.457, tendo aumentado (+186) depois para 29.643 entre 2017/2018 e 2018/2019.

Considerando os municípios da LT, em todos os anos em análise, os municípios com consistentemente o menor e o maior número total de alunos matriculados (i.e., em Educação Pré-escolar, Ensinos Básico e Secundário) em estabelecimentos de ensino público foram a Golegã e Santarém, respetivamente. Entre 2004/2005 e 2010/2011, o número de alunos matriculados em escolas públicas aumentou na maioria dos municípios da LT (exceto em Chamusca, Coruche, Golegã e Rio Maior, nos quais diminuiu). Em 2016/2017 e 2017/2018 assistiu-se a uma tendência de decréscimo do número total de alunos em todos os municípios, exceto na Azambuja, onde se observou um incremento do mesmo (+9 entre 2010/2011 e 2016/2017; +12 entre 2016/2017 e 2017/2018). Por fim, em 2018/2019, o número de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino público diminuiu em seis municípios (Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Golegã) e aumentou nos restantes (ver Gráfico 3).

GRÁFICO 3. ALUNOS MATRICULADOS - TOTAL (N)

FORNTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)



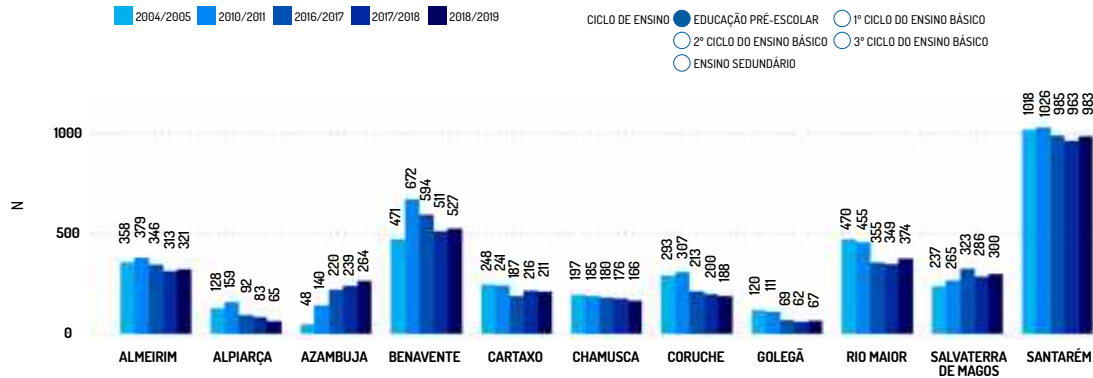
⁸ Para este indicador, a nível intermunicipal e municipal, todos os dados reportados foram extraídos da plataforma BIME (DGEEC), exceto em relação ao ano lectivo 2004/2005, cujos dados foram recolhidos de relatórios "Regiões em Números 2010/2011 - Alentejo. Volume IV" (DGEEC).

O número de alunos por nível de ensino a frequentar estabelecimentos de ensino público no território intermunicipal variou entre os anos letivos em análise (ver Tabela 2). Em particular, o número de crianças inscritas em Educação Pré-escolar na LT aumentou entre 2004/2005 e 2010/2011 e diminuiu em 2016/2017 e em 2017/2018, voltando a subir no último ano letivo em análise. Ao nível do Ensino Básico, de modo semelhante, assistiu-se a um aumento do número de alunos no 1º ciclo entre 2004/2005 e 2010/2011 e a uma diminuição gradual nos anos subsequentes em análise (2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019). No 2º ciclo, por seu lado, verificou-se um aumento do número de alunos entre os dois primeiros anos em análise, seguido da sua diminuição gradual até 2017/2018, e incremento no ano seguinte. Por fim, o número de alunos de 3º ciclo aumentou entre 2004/2005 e 2010/2011, diminuiu em 2016/2017 e em 2017/2018, voltando a aumentar em 2018/2019. No Ensino Secundário, por último, verificou-se um aumento do número de alunos em todos os anos letivos em análise, exceto entre 2010/2011 e 2016/2017. Assim, ao comparar-se os dois anos letivos extremos em análise, assistiu-se a uma evolução negativa do número de crianças em Educação Pré-escolar, assim como do número de alunos do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, entre 2004/2005 e 2018/2019. A tendência contrária verificou-se ao nível do 3º ciclo e Ensino Secundário, nos quais o número de alunos inscritos aumentou entre os dois anos letivos extremos em análise (ver Tabela 2).

A nível municipal, o número de crianças inscritas em estabelecimentos públicos de Educação Pré-escolar em Santarém foi consistentemente superior em relação aos restantes municípios. Por seu lado, o município com o menor número de matrículas neste nível de ensino variou entre os anos em análise (Azambuja em 2004/2005, Golegã em 2010/2011, 2016/2017 e 2017/2018, e Alpiarça em 2018/2019). Ademais, verificaram-se duas tendências de evolução principais entre os anos letivos considerados (ver Gráfico 3a). Na maioria dos municípios, o número de crianças inscritas neste nível de ensino, considerando apenas estabelecimentos públicos, aumentou entre os dois primeiros anos em análise (exceto no Cartaxo, na Chamusca, na Golegã e em Rio Maior, nos quais diminuiu) e decresceu, posteriormente, entre 2010/2011 e 2016/2017 (à exceção da Azambuja e de Salvaterra de Magos, nos quais aumentou), e entre 2016/2017 e 2017/2018 (exceto em Azambuja e Cartaxo, nos quais aumentou). Entre 2017/2018 e 2018/2019, por seu lado, assistiu-se a uma tendência de aumento deste número na maioria dos municípios, exceto em Alpiarça, Cartaxo, Chamusca e Coruche, municípios nos quais se verificou um decréscimo (ver Gráfico 3a).

GRÁFICO 3A. ALUNOS MATRICULADOS – POR NÍVEL DE ENSINO (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR) (N)

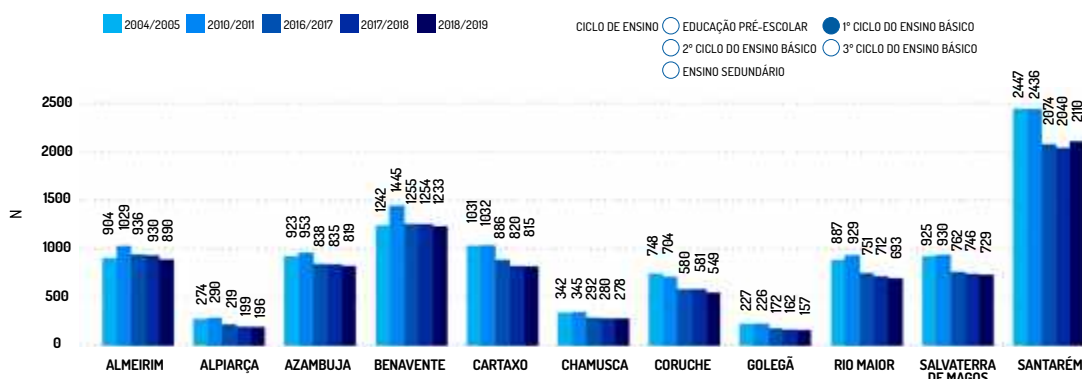
FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)



No que respeita o 1º ciclo do Ensino Básico, Santarém e Golegã foram consistentemente os municípios com, respetivamente, maior e menor número de alunos inscritos, em todos os anos letivos em análise (ver Gráfico 3b). À semelhança do que se verificava na Educação Pré-escolar, entre 2004/2005 e 2010/2011, o número de alunos inscritos no 1º ciclo do Ensino Básico aumentou em todos os municípios (exceto em Coruche, Golegã e Santarém, nos quais diminuiu), decrescendo, posteriormente, entre 2010/2011 e 2016/2017 em todos os municípios sem exceção, e entre 2016/2017 e 2017/2018 exceto em Coruche, onde aumentou (+). Ao contrário do que se verificou na Educação Pré-escolar, o número de alunos no 1º ciclo continuou a decrescer em 2018/2019 em todos os municípios, com exceção apenas de Santarém onde aumentou (+).

GRÁFICO 3B. ALUNOS MATRICULADOS – POR NÍVEL DE ENSINO (1º CICLO DO ENSINO BÁSICO) (N)

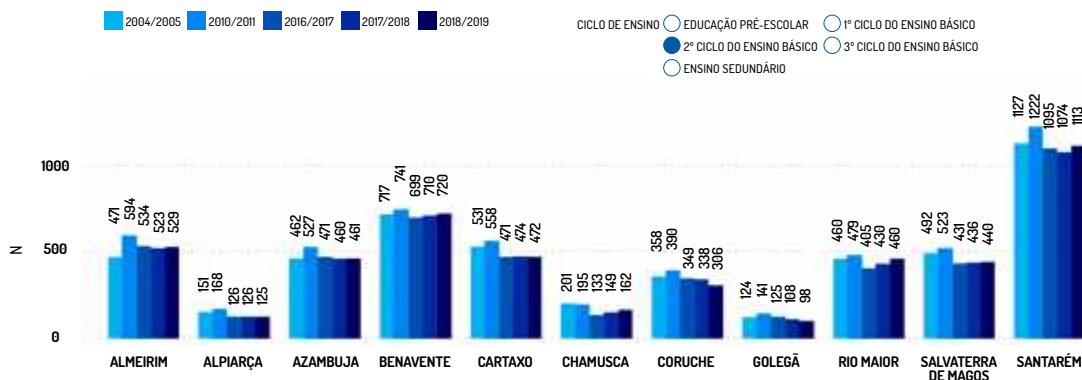
FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)



Relativamente ao 2º ciclo do Ensino Básico, Santarém e Golegã foram os municípios com, respetivamente, maior e menor número de alunos inscritos em todos os anos letivos em análise, à semelhança do verificado no 1º ciclo (ver Gráfico 3c). Também neste ciclo, entre 2004/2005 e 2010/2011, o número de alunos inscritos aumentou em todos os municípios (exceto em Chamusca, onde diminuiu) e decresceu, entre 2010/2011 e 2016/2017, em todos os municípios sem exceção. Esta tendência de decréscimo também se verificou, na maioria dos municípios, entre 2016/2017 e 2017/2018 (exceto em Alpiarça, onde se manteve inalterável, e em Benavente, Cartaxo, Chamusca, Rio Maior e Salvaterra de Magos, nos quais aumentou). Contrariamente, entre 2017/2018 e 2018/2019, verificou-se um aumento do número de alunos inscritos neste nível de ensino em todos os municípios exceto Alpiarça, Cartaxo, Coruche e Golegã (nos quais diminuiu) (ver Gráfico 3c).

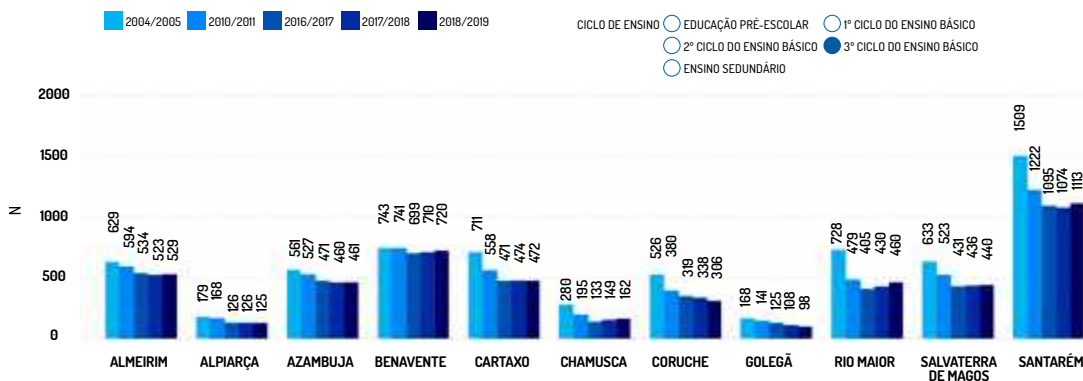
GRÁFICO 3C. ALUNOS MATRICULADOS – POR NÍVEL DE ENSINO
(2º CICLO DO ENSINO BÁSICO) (N)

FONTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)



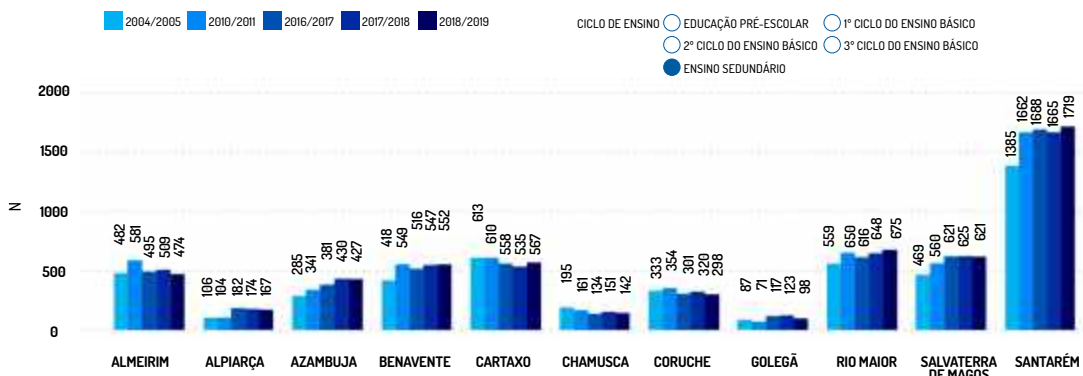
No que concerne ao 3º ciclo do Ensino Básico, Santarém e Golegã mantiveram-se como os municípios com, respetivamente, maior e menor número de alunos inscritos, em todos os anos letivos em análise, à semelhança do verificado nos restantes ciclos do Ensino Básico (ver Gráfico 3d). Entre 2004/2005 e 2010/2011, o número de alunos inscritos também aumentou em todos os municípios neste ciclo (exceto em Chamusca, Coruche e Golegã, nos quais diminuiu) e decresceu, entre 2010/2011 e 2016/2017, na maioria dos municípios, à exceção de Alpiarça, Azambuja, Benavente e Santarém (nos quais aumentou). Também se verificou um decréscimo deste número, na maioria dos municípios, entre 2016/2017 e 2017/2018 (excetuando Almeirim e Cartaxo, nos quais aumentou, e em Benavente, onde se manteve inalterável). Por oposição, entre 2017/2018 e 2018/2019, assistiu-se ao aumento do número de alunos inscritos neste nível de ensino em todos os municípios exceto em Alpiarça, Benavente, Cartaxo e Chamusca (nos quais diminuiu) (ver Gráfico 3d).

GRÁFICO 3D. ALUNOS MATRICULADOS – POR NÍVEL DE ENSINO
 (3º CICLO DO ENSINO BÁSICO) (N)

 FONTE: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
 MARÇO-JUNHO 2020)


À semelhança do que se verificou em todos os ciclos do Ensino Básico, Santarém foi o município com o maior número de alunos inscritos no Ensino Secundário e Golegã aquele com o menor número, em todos os anos letivos em análise (ver Gráfico 3e). Entre 2004/2005 e 2010/2011, o número de alunos inscritos neste nível de ensino aumentou em todos os municípios, com exceção de Alpiarça, Cartaxo e Chamusca e Golegã (nos quais diminuiu). Posteriormente, entre 2010/2011 e 2016/2017, este número diminuiu na maioria dos municípios, exceto em Alpiarça, Azambuja, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém (nos quais aumentou). Tal como entre os primeiros anos em análise, entre 2016/2017 e 2017/2018, verificou-se uma tendência generalizada de crescimento do número de alunos no Ensino Secundário, exceto em Alpiarça, Cartaxo e Santarém, nos quais decresceu. Em contraste, entre 2017/2018 e 2018/2019, assistiu-se à diminuição do número de alunos inscritos neste nível de ensino em todos os municípios exceto em Benavente, Rio Maior e Santarém (nos quais aumentou) (ver Gráfico 3e).

GRÁFICO 3E. ALUNOS MATRICULADOS – POR NÍVEL DE ENSINO
 (ENSINO SECUNDÁRIO) (N)

 FONTE: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
 MARÇO-JUNHO 2020)


O tipo de modalidade de ensino permite melhor caracterizar a distribuição do corpo discente no território da LT.

Ao analisar-se o número de alunos inscritos em cada nível de ensino por modalidade, em estabelecimentos escolares públicos neste território intermunicipal, verificou-se alguma variabilidade entre os anos letivos em análise (ver Tabela 3).

Em particular, ao nível do Ensino Básico, em estabelecimentos de ensino público, a percentagem de alunos a frequentar o Ensino Regular (i.e., geral) foi consistentemente superior (2004/2005: 99.7%; 2010/2011: 96.4%; 2016/2017: 97.1%; 2017/2018: 98.3%; 2018/2019: 98.4%) a percentagem de alunos a frequentar outras modalidades de ensino (e.g., Cursos de Educação e Formação – CEF; Programa Integrado de Educação e Formação – PIEF; Ensino Doméstico; Ensino Vocacional) (2004/2005: 0.3%; 2010/2011: 3.6%; 2016/2017: 2.9%; 2017/2018: 1.7%; 2018/2019: 1.6%). O número de alunos em Ensino Básico Regular aumentou entre 2004/2005 e 2010/2011, diminuiu entre 2010/2011 e 2016/2017 e entre 2016/2017 e 2017/2018, voltando a aumentar no último ano em análise. Por seu lado, o número de alunos a frequentar outras modalidades de ensino aumentou entre 2004/2005 e 2010/2011, verificando-se uma diminuição gradual ao longo dos restantes anos em análise (ver Tabela 3).

A nível municipal, à semelhança do ocorrido na LT em geral, o número de alunos, em estabelecimentos de ensino público, a frequentar a modalidade de Ensino Regular no Ensino Básico foi sempre superior ao número de alunos a frequentar modalidades de Ensino Não Regular, em todos os anos em análise, em todos os municípios sem exceção (ver Gráficos 3f e 3g). Verificou-se uma tendência generalizada de aumento do número de alunos a frequentar o Ensino Básico Regular, entre 2004/2005 e 2010/2011 (à exceção de Chamusca, Coruche, Golegã e Rio Maior, nos quais diminuiu), seguida de diminuição entre 2010/2011 e 2016/2017 (exceto em Almeirim, onde aumentou) e entre 2016/2017 e 2017/2018 (com exceção de Almeirim, Azambuja e Rio Maior, nos quais aumentou), e posterior subida em 2018/2019 (exceto em Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo e Coruche, nos quais diminuiu). Por outro lado, o número de alunos a frequentar modalidades de Ensino Básico Não Regulares variou ao longo dos anos em análise. Em 2004/2005, apenas nos municípios de Cartaxo e Rio Maior existiam alunos a frequentar Ensino Básico Não Regular (nomeadamente, CEF). Em 2010/2011, o número de alunos a frequentar Ensino Básico Não Regular (CEF e PIEF) aumentou em todos os municípios. Entre 2010/2011 e 2016/2017, o número de alunos a frequentar Ensino Básico Não Regular (CEF, PIEF, Ensino Doméstico e/ou Ensino Vocacional) diminuiu em todos os municípios, exceto em Alpiarça, Azambuja e Coruche (nos quais aumentou). Em 2017/2018, o número de alunos em modalidades não regular (CEF, PIEF e/ou doméstico) no Ensino Básico voltou a diminuir em todos os municípios, à exceção de Almeirim e Coruche (onde este número cresceu). Por último, em

2018/2019, o número de alunos a frequentar o Ensino Básico em modalidades não regulares (CEF, PIEF e/ou Doméstico) diminuiu em quatro municípios (Almeirim, Benavente, Cartaxo e Rio Maior) e aumentou em cinco (Azambuja, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Santarém). Nos municípios de Alpiarça e Golegã não existiam alunos a frequentar modalidades de Ensino Não Regular neste nível de ensino (ver Gráficos 3f e 3g).

GRÁFICO 3F. ALUNOS MATRICULADOS - POR OFERTA FORMATIVA NO ENSINO BÁSICO (ENSINO REGULAR) (N)

FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)

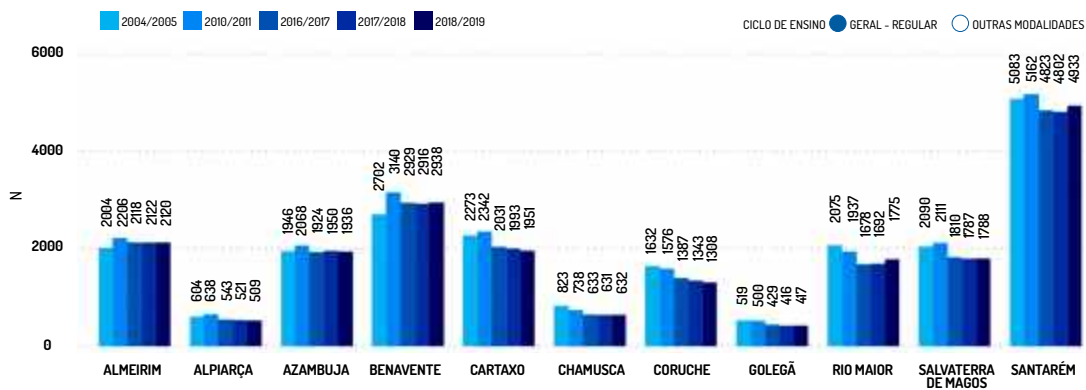
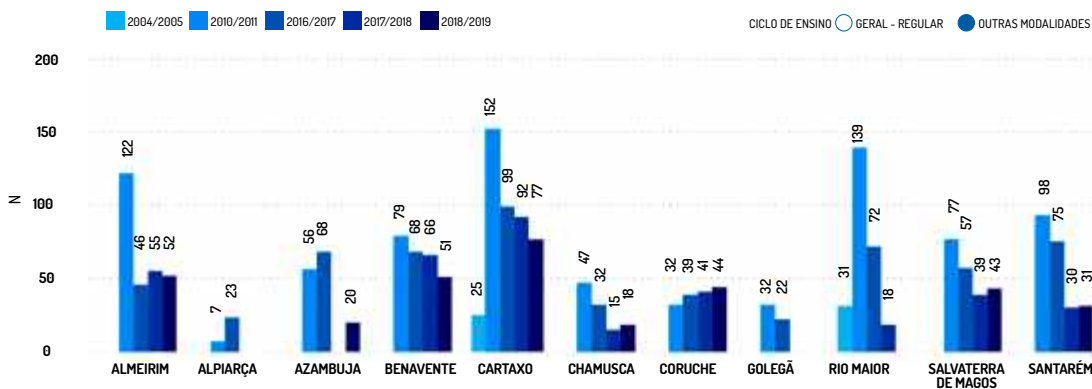


GRÁFICO 3G. ALUNOS MATRICULADOS - POR OFERTA FORMATIVA NO ENSINO BÁSICO (ENSINO NÃO REGULAR) (N)

FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)



No que concerne ao Ensino Secundário, ao nível intermunicipal, a percentagem de alunos a frequentar, em estabelecimentos de ensino público, o Ensino Regular (2004/2005: 99.7%; 2010/2011: 75.8%; 2016/2017: 76.7%; 2017/2018: 75.5%; 2018/2019: 75.9%) foi sempre superior ao número de alunos a frequentar o Ensino Profissional (2010/2011: 23.7%; 2016/2017: 22%; 2017/2018: 23.9%; 2018/2019: 24.1%) e outras modalidades de Ensino Não Regular (CEF e/ou Ensino Vocacional) (2004/2005: 0.3%; 2010/2011: 0.5%; 2016/2017: 1.2%; 2017/2018: 0.7%). O número de alunos em Ensino Secundário Regular aumentou entre todos os anos letivos considerados, à exceção de entre 2004/2005 e 2010/2011 (no qual diminuiu), na LT. No que se refere ao Ensino Secundário Profissional, não existiam alunos a frequentar esta modalidade de Ensino Profissional no território da LT em 2004/2005, em estabelecimentos de ensino público. O número de alunos a frequentar esta modalidade de ensino aumentou, a nível intermunicipal, em todos os anos considerados, desde 2010/2011. Relativamente a outras modalidades de Ensino Secundário Não Regular, entre 2004/2005 e 2010/2011 o número de alunos a frequentar especificamente CEF aumentou na LT. Posteriormente, entre 2016/2017 e 2017/2018, o número de alunos a frequentar Ensino Secundário não regular (especificamente, Ensino Vocacional) diminuiu. No ano de 2018/2019 não existiam alunos a frequentar qualquer uma destas modalidades de Ensino Não Regular neste território, em estabelecimentos de ensino público (ver Tabela 3).

A nível municipal, à semelhança do verificado na LT, o número de alunos em estabelecimentos de ensino público, a frequentar a modalidade de Ensino Regular no Ensino Secundário foi sempre superior ao número de alunos a frequentar Ensino Profissional ou modalidades de Ensino Não Regular em todos os anos em análise, em todos os municípios sem exceção (ver Gráficos 3h a 3j). Verificou-se um decréscimo generalizado do número de alunos em Ensino Secundário Regular, entre 2004/2005 e 2010/2011, exceto em Benavente (onde aumentou), seguido de um aumento entre 2010/2011 e 2016/2017 (exceto em Benavente, Chamusca e Coruche, nos quais diminuiu) e entre 2016/2017 e 2017/2018 (exceto em Alpiarça, Benavente, Cartaxo e Santarém, onde diminuiu). Por fim, assistiu-se a uma subida em 2018/2019 (exceto em Almeirim, Cartaxo, Coruche e Golegã, nos quais diminuiu).

Por outro lado, o número de alunos a frequentar o Ensino Secundário Profissional, em estabelecimentos de ensino público, variou ao longo dos anos em análise. Em 2004/2005, não existiam alunos a frequentar esta modalidade de ensino nos municípios da LT. Entre 2010/2011 e 2016/2017, na maioria dos municípios, o número de alunos em Ensino Secundário Profissional aumentou (exceto em Azambuja, Cartaxo, Coruche, Rio Maior e Santarém, nos quais diminuiu). Entre 2016/2017 e 2017/2018, o número de alunos nesta modalidade de ensino aumentou na maioria dos municípios, exceto no Cartaxo (onde diminuiu) e em Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos (nos quais se manteve inalterável). Por último, entre 2017/2018 e o

último ano em análise, o número de alunos em modalidade de Ensino Profissional no Secundário diminuiu na maioria dos municípios, excetuando em Benavente, Cartaxo, Coruche, Rio Maior e Santarém (nos quais aumentou).

Por fim, no que se refere ao número de alunos em outras modalidades de Ensino Secundário, em estabelecimentos de ensino público, em 2004/2005 e 2010/2011, apenas no município de Rio Maior existiam alunos a frequentar nomeadamente CEF, tendo este número aumentado entre os dois anos. Em 2016/2017, existiam alunos a frequentar outras modalidades de Ensino Secundário Não Regular, nomeadamente Ensino Vocacional, nos municípios de Alpiarça, Azambuja, Benavente e Rio Maior, diminuindo este número em 2017/2018 em todos estes municípios (passando, no caso de Rio Maior, a ser não existente). No último ano letivo em análise, não existiam alunos a frequentar modalidades de Ensino Não Regular no Ensino Secundário, em estabelecimentos de ensino público nos municípios da LT (ver Gráficos 3h a 3j).

GRÁFICO 3H. ALUNOS MATRICULADOS - POR OFERTA FORMATIVA NO ENSINO SECUNDÁRIO (ENSINO REGULAR) (N)

FONTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)

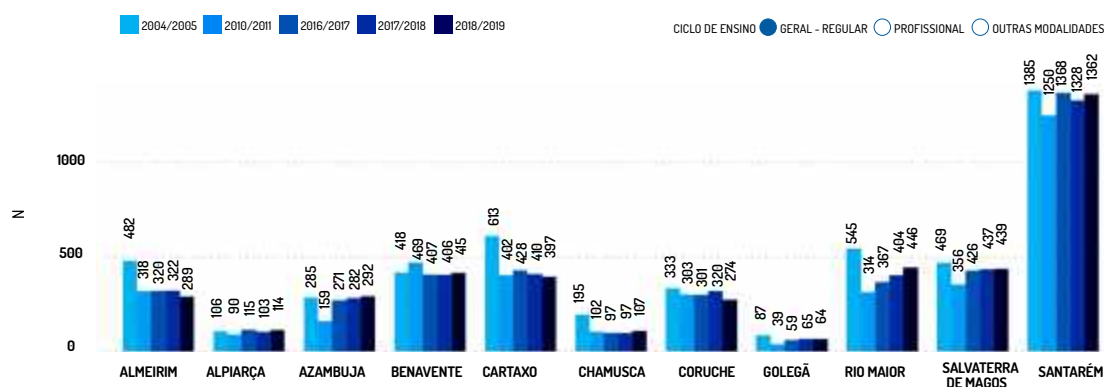


GRÁFICO 3I. ALUNOS MATRICULADOS - POR OFERTA FORMATIVA NO ENSINO SECUNDÁRIO (ENSINO PROFISSIONAL) (N)

FONTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)

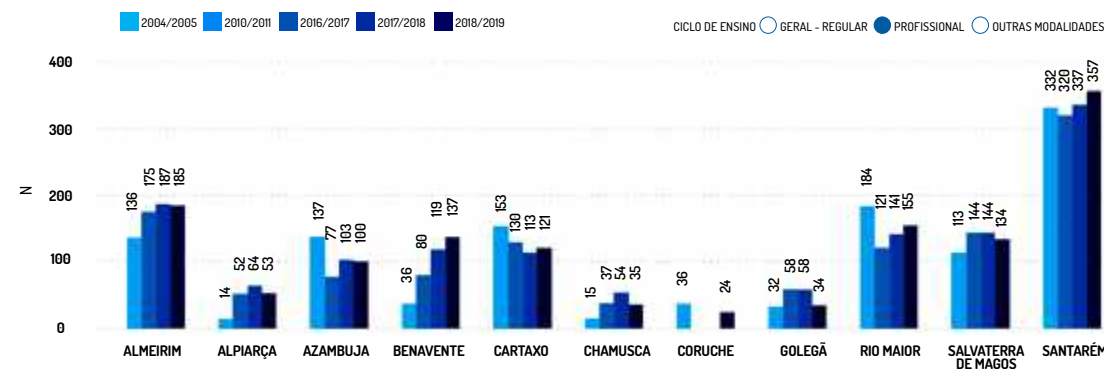


GRÁFICO 3J. ALUNOS MATRICULADOS - POR OFERTA FORMATIVA NO ENSINO SECUNDÁRIO (ENSINO PROFISSIONAL) (N)

FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)

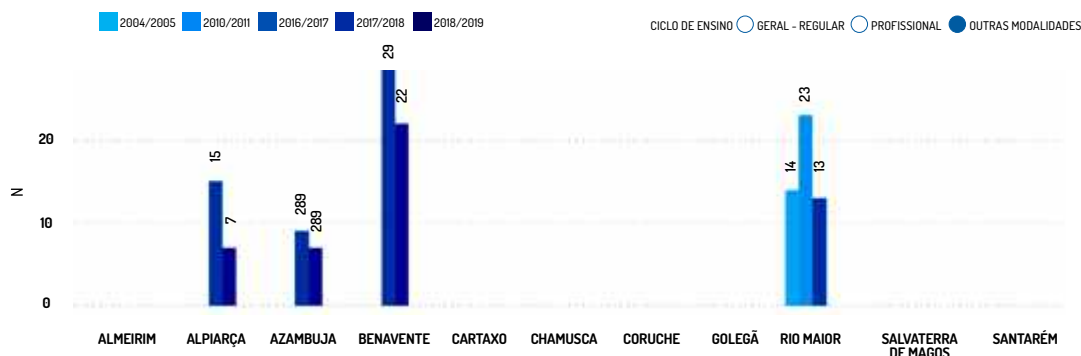


TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS POR NÍVEL DE ENSINO, POR ANO LETIVO, NA LT

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	2004/2005	2010/2011	2016/2017	2017/2018	2018/2019	EVOLUÇÃO 2004/05 - 2010/11	EVOLUÇÃO 2010/11 - 2016/17	EVOLUÇÃO 2016/17 - 2017/18	EVOLUÇÃO 2017/18 - 2018/19	EVOLUÇÃO 2004/05 - 2018/19	
PRÉ-ESCOLAR	3.588	3.940	3.564	3.398	3.466	352	-376	-166	68	-122	
ENSINO BÁSICO	1º CICLO	9.950	10.319	8.765	8.559	8.469	369	-1.554	-206	-90	-1.481
	2º CICLO	5.094	5.538	4.839	4.828	4.886	444	-699	-11	58	-208
	3º CICLO	6.667	7.531	7.389	7.267	7.355	864	-142	-122	88	688
ENSINO SECUNDÁRIO	4.932	5.643	5.609	5.727	5.740	711	-34	118	13	808	

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS POR NÍVEL E MODALIDADE DE ENSINO, POR ANO LETIVO, NA LT

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	2004/2005 (1)		2010/2011		2016/2017	
	ENSINO BÁSICO	GERAL - REGULAR	21.711	GERAL - REGULAR (CIENTÍFICO-HUMANÍSTICO E TECNOLÓGICO)	22.418	GERAL - REGULAR (CIENTÍFICO-HUMANÍSTICO E TECNOLÓGICO)
	OUTRAS MODALIDADES (2)	56	OUTRAS MODALIDADES (3)	836	OUTRAS MODALIDADES (4)	601
ENSINO SECUNDÁRIO	GERAL - REGULAR	4.918	GERAL - REGULAR	3.802	GERAL - REGULAR	4.159
	PROFISSIONAL	—	PROFISSIONAL	1.188	PROFISSIONAL	1.194
	OUTRAS MODALIDADES (2)	14	OUTRAS MODALIDADES (2)	23	OUTRAS MODALIDADES (5)	66
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	2017/2018		2018/2019			
	ENSINO BÁSICO	GERAL - REGULAR	20.173	GERAL - REGULAR (CIENTÍFICO-HUMANÍSTICO E TECNOLÓGICO)	20.307	
	OUTRAS MODALIDADES (6)	356	OUTRAS MODALIDADES (6)	336		
ENSINO SECUNDÁRIO	GERAL - REGULAR	4.174	GERAL - REGULAR	4.199		
	PROFISSIONAL	1.320	PROFISSIONAL	1.335		
	OUTRAS MODALIDADES (5)	36	OUTRAS MODALIDADES (2)	—		

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS POR NÍVEL E MODALIDADE DE ENSINO, POR ANO LETIVO, NA LT [CONTINUAÇÃO]

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	EVOLUÇÃO 2017/2018 A 2018/2019	EVOLUÇÃO 2010/2011 A 2016/2017	EVOLUÇÃO 2016/2017 A 2017/2018
ENSINO BÁSICO	GERAL - REGULAR	707	GERAL - REGULAR (CIENTÍFICO-HUMANÍSTICO E TECNOLÓGICO) -213
	OUTRAS MODALIDADES ⁽²⁾	780	OUTRAS MODALIDADES ⁽³⁾ -235
ENSINO SECUNDÁRIO	GERAL - REGULAR	-116	GERAL - REGULAR 357
	PROFISSIONAL	—	PROFISSIONAL 6
	OUTRAS MODALIDADES ⁽²⁾	9	OUTRAS MODALIDADES ⁽²⁾ 43
ENSINO BÁSICO	EVOLUÇÃO 2017/2018 A 2018/2019	EVOLUÇÃO 2004/2005 A 2018/2019	
	GERAL - REGULAR	134	GERAL - REGULAR (CIENTÍFICO-HUMANÍSTICO E TECNOLÓGICO) -1404
	OUTRAS MODALIDADES ⁽⁶⁾	-20	OUTRAS MODALIDADES ⁽⁶⁾ 280
ENSINO SECUNDÁRIO	GERAL - REGULAR	25	GERAL - REGULAR -719
	PROFISSIONAL	15	PROFISSIONAL —
	OUTRAS MODALIDADES ⁽⁵⁾	—	OUTRAS MODALIDADES ⁽²⁾ —

⁽¹⁾ A nomenclatura das modalidades de ensino neste ano letivo diferem relativamente à dos restantes anos letivos pelo facto de os dados apresentados para este ano terem sido recolhidos a partir do relatório “Regiões em Números 2010/2011 – Alentejo. Volume IV” e não da plataforma BIME (Ministério da Educação), como os restantes.

⁽²⁾ Outras Modalidades: Cursos de Educação e Formação (CEF)

⁽³⁾ Outras Modalidades: Cursos de Educação e Formação (CEF) e Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)

⁽⁴⁾ Outras Modalidades: Cursos de Educação e Formação (CEF), Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), Ensino Doméstico e Ensino Vocacional

⁽⁵⁾ Outras Modalidades: Ensino Vocacional

⁽⁶⁾ Outras Modalidades: Cursos de Educação e Formação (CEF), Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) e Ensino Doméstico

EM SUMA...

→ Entre 2004/2005 e 2010/2011 registou-se um aumento geral do número de alunos na LT, sucedido da sua diminuição, entre 2010/2011 e 2017/2018, e do seu aumento em 2018/2019. A variação absoluta de alunos entre 2004/2005 e 2018/2019 é de - 588 alunos.

→ A diminuição de alunos é generalizada em todos os municípios, com exceção da Azambuja.

→ Santarém e Golegã foram, consistentemente, os municípios com maior e menor número total de alunos matriculados. Na maioria dos municípios, verificou-se um aumento deste número entre 2004/2005 e 2010/2011 e uma diminuição sistemática nos anos posteriores em análise.

→ Considerando o número de alunos por nível de ensino, no território intermunicipal, entre 2004/2005 e 2018/2019, assistiu-se a uma evolução negativa do número de crianças em Educação Pré-escolar e do número alunos do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico. Ao nível do 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, o número de alunos inscritos aumentou entre aqueles dois anos.

→ Santarém e Golegã foram, consistentemente, os municípios com maior e menor número de alunos inscritos em todos os ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, em todos os anos em análise. O número de crianças inscritas na Educação Pré-escolar foi superior em Santarém em todos os anos. Por seu lado, o menor número de matrículas neste nível de ensino variou entre os anos em análise (Azambuja em 2004/2005, Golegã em 2010/2011, 2016/2017 e 2017/2018, e Alpiarça em 2018/2019).

→ A distribuição por modalidades de ensino indica que, quer no Ensino Básico, quer no Ensino Secundário, a **proporção de alunos matriculados no Ensino Regular, nos diferentes municípios da LT, é superior à proporção de alunos inscritos noutras modalidades.**

→ É significativo notar que desde 2010/2011, **a proporção de alunos matriculados no Ensino Profissional em estabelecimentos de ensino público tem vindo a crescer, ao nível intermunicipal, mas não em todos os municípios.** Na maioria dos municípios, verificou-se um aumento entre 2010/2011 e 2017/2018, sucedida de uma diminuição no último ano em análise.

→ **As modalidades alternativas ao Ensino Regular e ao Ensino Profissional (e.g., CEF), quer no Ensino Básico, quer, sobretudo, no Ensino Secundário, integram um número residual de alunos,** face às outras modalidades de ensino mencionadas, e não são oferecidas, de forma sistemática, por todos os municípios.

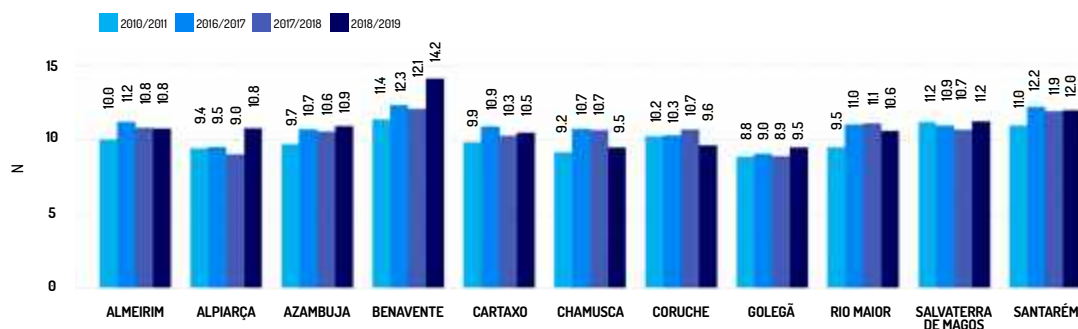
3.1.4.1. QUANTOS ALUNOS POR DOCENTE EM EQUIVALENTE A TEMPO INTEGRAL (ETI) EXISTEM NA LT?

Ao nível da caracterização do corpo docente da LT, importa mencionar a proporção de alunos por docentes. Um indicador que representa esta proporção é o número de alunos por ETI (i.e., a contabilização das componentes letivas em horários completos), presente na plataforma BIME (DGEEC, 2020). Equivalente a Tempo Integral (Full-time Equivalent) – ETI – “é considerada a percentagem de tempo integral que o docente dedica à atividade docente. Todos os docentes cuja percentagem do regime parcial é igual ou superior a 90% são considerados como “Full-time” (100%)” (DGEEC, 2020). Os rácios apresentados naquela plataforma são calculados fazendo o somatório do número de alunos (por ciclo) a dividir pelo ETI (por ciclo), e os ETI calculados com casas decimais, mas são apresentados à unidade.

No que concerne ao número de alunos total (i.e., considerando desde a Educação Pré-escolar até ao Ensino Secundário) por docente em ETI na LT, o município da Golegã foi aquele com menor rácio nos quatro anos letivos em análise (2010/2011: 8.84; 2016/2017: 9.03; 2017/2018: 8.89; 2018/2019: 9.46) enquanto Benavente registou os valores mais elevados (2010/2011: 11.39; 2016/2017: 12.32; 2017/2018: 12.10; 2018/2019: 14.15). Entre 2010/2011 e 2016/2017, este indicador aumentou em todos os municípios com exceção de Salvaterra de Magos, no qual diminuiu. Inversamente, entre 2016/2017 e 2017/2018, este valor diminuiu na maioria dos municípios com exceção de Coruche e Rio Maior, nos quais aumentou. Por sua vez, entre 2017/2018 e 2018/2019, voltou a aumentar na maioria dos municípios com exceção de Almeirim, Chamusca, Coruche e Rio Maior, nos quais diminuiu (ver Gráfico 3k).

GRÁFICO 3K. RÁCIO ALUNOS POR DOCENTE EM ETI (N)

FONTES: DGEEC
CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020

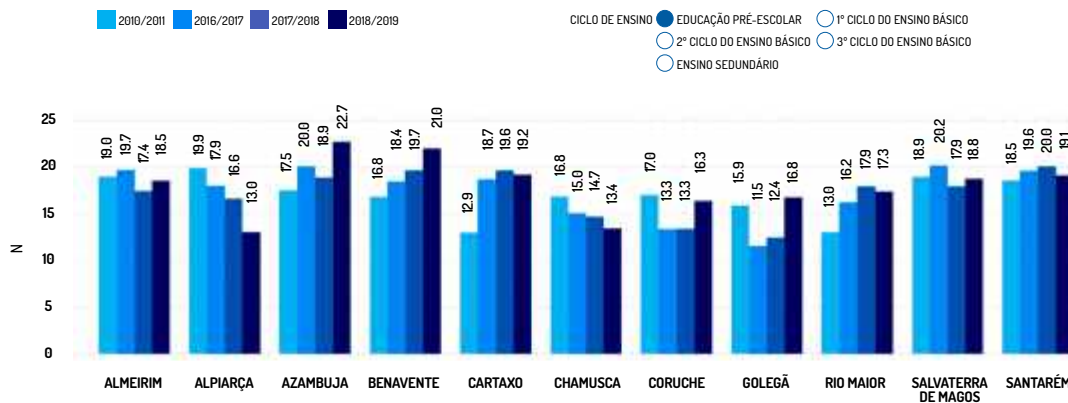


Considerando o número de alunos por docente em ETI, em cada nível de ensino, a evolução deste indicador variou nos diferentes municípios da LT ao longo dos anos em análise.

Ao nível da Educação Pré-escolar, no ano letivo de 2010/2011, o município com menor rácio foi o Cartaxo (12.94), enquanto Alpiarça registou o valor mais elevado (19.88). Em 2016/2017, este indicador oscilou entre 11.50 na Golegã e 20.19 em Salvaterra de Magos. Entre 2010/2011 e 2016/2017, este valor aumentou na maioria dos municípios com exceção de Alpiarça, Chamusca, Coruche e Golegã, nos quais diminuiu. No ano letivo de 2017/2018, o número de alunos por docente em ETI⁹ na Educação Pré-escolar variou entre 12.40 na Golegã e 20.01 em Santarém. Entre 2016/2017 e 2017/2018, este indicador aumentou na maioria dos municípios com exceção de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Chamusca e Salvaterra de Magos, nos quais diminuiu. Em 2018/2019, Alpiarça apresentou o menor rácio (13.00), enquanto a Azambuja registou o valor mais elevado (22.69). Neste ano letivo, por comparação, a 2017/2018, o rácio aumentou na maioria dos municípios com exceção de Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Rio Maior e Santarém, nos quais diminuiu (ver Gráfico 3i).

GRÁFICO 3L. RÁCIO ALUNOS POR DOCENTE EM ETI
- POR NÍVEL DE ENSINO (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR) (N)

FONTE: DGEEC
CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020

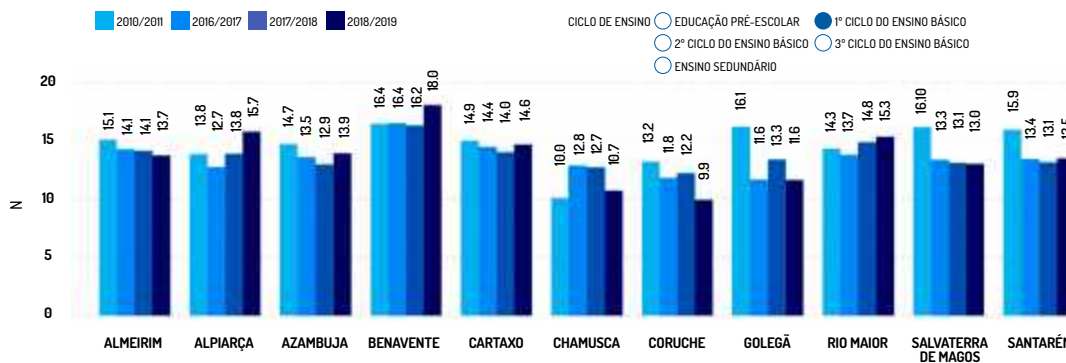


⁹ Não existiam nas principais fontes de dados nacionais (DGEEC; e particularmente na plataforma BIME) dados relativos à proporção de crianças/alunos por docente em ETI, disponíveis ao nível nacional.

No que concerne ao 1º Ciclo do Ensino Básico, no ano letivo de 2010/2011, o município com menor número de alunos por docente em ETI foi a Chamusca (10.04), enquanto Benavente registou o rácio mais elevado (16.42). Em 2016/2017, este indicador variou entre 11.59 na Golegã e 16.44 em Benavente. Entre 2010/2011 e 2016/2017, este valor diminuiu na maioria dos municípios com exceção de Benavente e Chamusca, nos quais aumentou. Em 2017/2018, esta proporção oscilou entre 12.16 em Coruche e 16.21 em Benavente. Entre 2016/2017 e 2017/2018, diminuiu na maioria dos municípios com exceção de Alpiarça, Coruche, Golegã e Rio Maior, nos quais aumentou. Em 2018/2019, o município com menor rácio foi Coruche (9.90), enquanto Benavente, uma vez mais, registou o valor mais elevado (18.02). Entre 2017/2018 e 2018/2019, este indicador aumentou na maioria dos municípios exceto em Almeirim, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos, nos quais diminuiu (ver Gráfico 3m).

GRÁFICO 3M. RÁCIO ALUNOS POR DOCENTE EM ETI
 - POR NÍVEL DE ENSINO (1º CICLO DO ENSINO BÁSICO) (N)

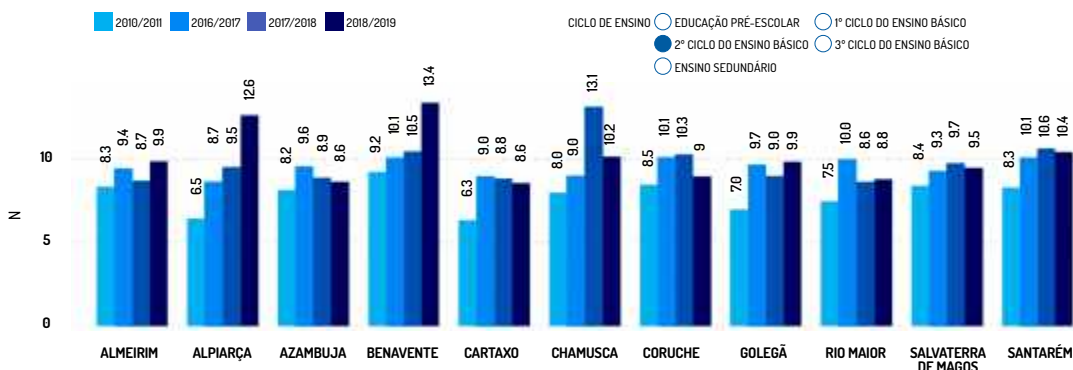
FONTES: DGEEC
 CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020



Relativamente ao 2º Ciclo do Ensino Básico, em 2010/2011, a proporção de alunos por docente em ETI variou entre 6.35 no Cartaxo e 9.23 em Benavente. Em 2016/2017, os municípios com menor e maior rácio foram Alpiarça (8.65) e Coruche (10.12), respetivamente. Entre 2010/2011 e 2016/2017, este indicador aumentou em todos os municípios. Em 2017/2018, este indicador oscilou entre 8.64 em Rio Maior e 13.12 na Chamusca. Entre este ano e o ano letivo anterior, este rácio aumentou na maioria dos municípios (exceto Almeirim, Azambuja, Cartaxo, Golegã e Rio Maior, nos quais diminuiu). Em 2018/2019, este indicador variou entre 8.57 no Cartaxo e 13.38 em Benavente. Entre 2017/2018 e 2018/2019, diminuiu na maioria dos municípios, exceção feita a Almeirim, Alpiarça, Benavente, Golegã e Rio Maior, nos quais aumentou (ver Gráfico 3n).

GRÁFICO 3N. RÁCIO ALUNOS POR DOCENTE EM ETI
- POR NÍVEL DE ENSINO (2º CICLO DO ENSINO BÁSICO) (N)

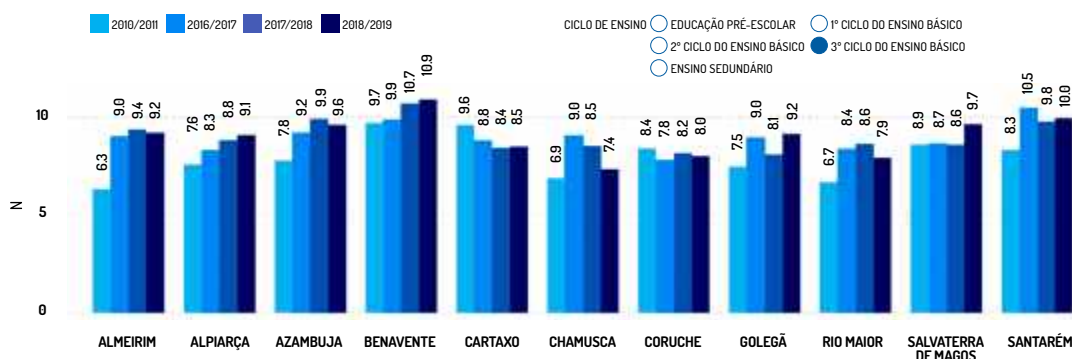
FONTES: DGEEC
CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020



No caso do 3º Ciclo do Ensino Básico, em 2010/2011, o município com menor rácio de alunos por docente em ETI foi Almeirim (6.34) enquanto aquele com maior foi Benavente (9.71). Em 2016/2017, este valor variou entre 7.79, em Coruche, e 10.48, em Santarém. Entre 2010/2011 e 2016/2017, este indicador aumentou na maioria dos municípios excetuando o Cartaxo e Coruche, onde diminuiu. Em 2017/2018, o município com a menor proporção foi a Golegã (8.08) e, inversamente, o com maior foi Benavente (10.71). Entre 2016/2017 e 2017/2018, este indicador aumentou na maioria dos municípios, com exceção do Cartaxo, Chamusca, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém (nos quais diminuiu). Em 2018/2019, este indicador oscilou entre 7.36 na Chamusca e 10.92 em Benavente, tendo diminuído na maioria dos municípios (com exceção de Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Golegã e Salvaterra de Magos, nos quais aumentou) relativamente ao ano letivo anterior (ver Gráfico 3o).

GRÁFICO 3O. RÁCIO ALUNOS POR DOCENTE EM ETI
- POR NÍVEL DE ENSINO (3º CICLO DO ENSINO BÁSICO) (N)

FONTES: DGEEC
CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020

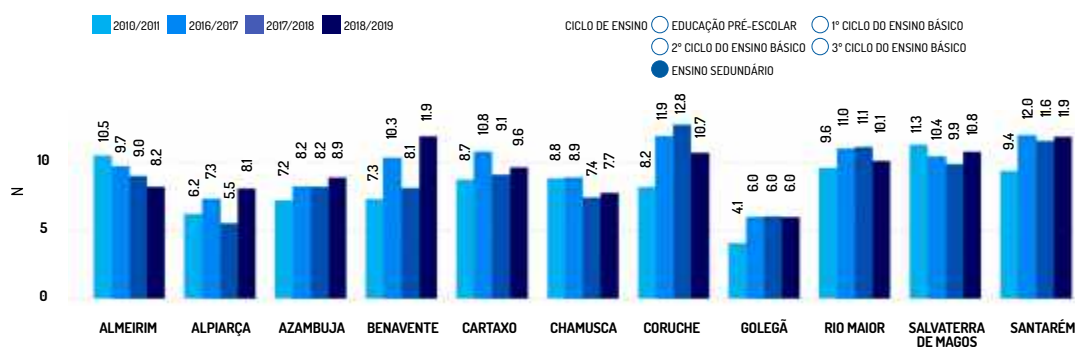


Ao nível do Ensino Secundário, no ano letivo de 2010/2011, o município com menor rácio foi a Golegã (4.08) enquanto aquele com maior foi Salvaterra de Magos (11.31). Em 2016/2017, este indicador variou entre 5.98 na Golegã e 11.98 em Santarém, aumentando na maioria dos municípios com exceção de Almeirim e de Salvaterra de Magos, onde diminuiu, por comparação ao ano letivo anterior em análise. Em

2017/2018, esta proporção oscilou entre 5.52 em Alpiarça e 12.76 em Coruche. Entre 2016/2017 e 2017/2018, este indicador diminuiu na maioria dos municípios (com exceção de Coruche, Golegã e Rio Maior, onde aumentou). Em 2018/2019, os municípios com menor e maior rácio foram a Golegã (5.99) e Benavente (11.92), respetivamente, tendo este valor aumentado na maioria dos municípios (exceto Almeirim, Coruche, Golegã e Rio Maior, nos quais diminuiu) (ver Gráfico 3p).

GRÁFICO 3P. RÁCIO ALUNOS POR DOCENTE EM ETI
- POR NÍVEL DE ENSINO (ENSINO SECUNDÁRIO) (N)

FONTE: DGEEC
CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020



EM SUMA...

→ A proporção de alunos (em todos os níveis de ensino) por docente em ETI, entre 2010/2011 e 2016/2017 aumentou em todos os municípios (exceto Salvaterra de Magos) e diminuiu entre 2016/2017 e 2017/2018 (exceto em Coruche e Rio Maior). Entre 2017/2018 e 2018/2019, este rácio voltou a aumentar na maioria dos municípios com exceção de Almeirim, Chamusca, Coruche e Rio Maior.

→ O rácio de alunos por educador em ETI na Educação Pré-escolar aumentou entre 2010/2011 e 2016/2017, na maioria dos municípios (exceção feita a Alpiarça, Chamusca, Coruche e Golegã), assim como entre 2016/2017 e 2017/2018 (exceto em Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Chamusca e Salvaterra de Magos), e no último ano em análise (com exceção de Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Rio Maior e Santarém).

→ A proporção de alunos por docente em ETI no 1º Ciclo do Ensino Básico diminuiu entre 2010/2011 e 2016/2017, na maioria dos municípios (exceto Benavente e Chamusca), e entre este último ano e 2017/2018 (à exceção de Alpiarça, Coruche, Golegã e Rio Maior), e aumentou no último ano em análise, à exceção de Almeirim, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos.

→ O **rácio de alunos por docente em ETI no 2º Ciclo do Ensino Básico, entre 2010/2011 e 2016/2017, aumentou em todos os municípios, assim como entre este último ano e 2017/2018**, exceto em Almeirim, Azambuja, Cartaxo, Golegã e Rio Maior. **Por fim, em 2018/2019, este indicador diminuiu** na maioria dos municípios, exceto em Almeirim, Alpiarça, Benavente, Golegã e Rio Maior.

→ **A proporção de alunos por docente em ETI no 3º Ciclo do Ensino Básico aumentou entre 2010/2011 e 2016/2017**, exceto no Cartaxo e em Coruche. **Entre 2016/2017 e 2017/2018, este indicador continuou a aumentar** na maioria dos municípios (excetuando Cartaxo, Chamusca, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém). Por último, **em 2018/2019 este valor diminuiu** na maioria dos municípios (exceto Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Golegã e Salvaterra de Magos).

→ **A proporção de alunos por docente em ETI no Ensino Secundário aumentou entre 2010/2011 e 2016/2017** na maioria dos municípios (excetuando em Almeirim e Salvaterra de Magos) **e diminuiu entre 2016/2017 e 2017/2018** (exceto em Coruche, Golegã e Rio Maior). **No último ano letivo em análise, este indicador aumentou** na maioria dos municípios exceto em Almeirim, Coruche, Golegã e Rio Maior.

3.2. QUAL O NÍVEL DE (PRÉ)ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, NA LT?

Segundo a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2018a), a taxa bruta de escolarização¹⁰ refere-se à “Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade, e a população em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.” (DGEEC, 2018a, p.17).

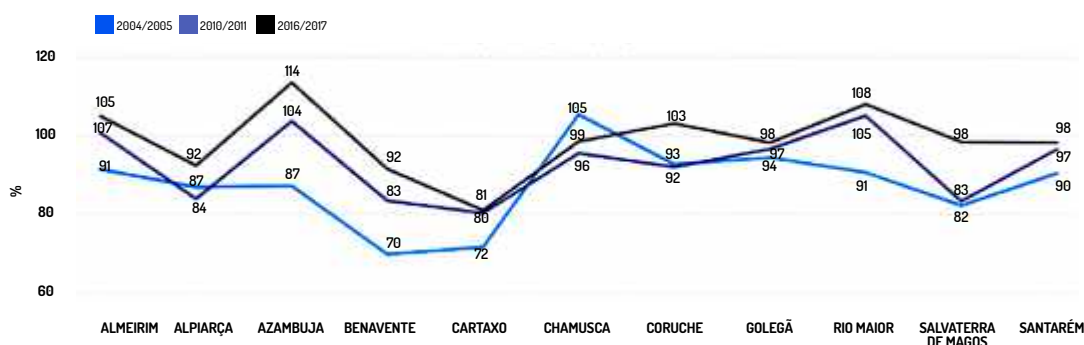
No quadro da análise da escolarização da população, um dos indicadores usualmente reportados é a taxa bruta de pré-escolarização. Esta estatística refere-se à proporção de crianças entre os 3 e os 5 anos que frequenta a Educação Pré-escolar. No ano letivo de 2004/2005, a taxa bruta de pré-escolarização, a nível nacional, atingiu os 78.3%. Essa proporção era superior na LT, alcançando os 85.7%. Em 2010/2011, esta taxa subiu tanto no contexto nacional (87.4%) como intermunicipal (92.8%). Por fim, em 2016/2017, a tendência de aumento da taxa bruta de escolarização no pré-escolar voltou a confirmar-se tanto em Portugal (94.5%) como na LT (98.6%).

¹⁰ Pelo facto de a taxa bruta de (pré-)escolarização se referir ao número de alunos inscritos num determinado nível de ensino, independentemente da idade, pelo número de alunos em idade normal de frequência daquele nível de ensino na população residente, poderão existir desfasamentos nesta proporção que justificam valores acima dos 100%, conforme apresentado. Por seu lado, na taxa real de (pré-)escolarização, ambos os números na relação percentual referem-se à idade normal de frequência de determinado nível de ensino e, por isso, essa relação não poderá exceder os 100%, como se verifica nos valores apresentados no presente relatório.

No que se refere ao contexto municipal, descrito no Gráfico 4, em 2004/2005, verifica-se que a taxa bruta de pré-escolarização oscilou entre 69.8%, em Benavente, e os 105.4%, na Chamusca. No ano 2010/2011, à semelhança do que se verificou a nível nacional, a taxa bruta de pré-escolarização subiu em quase todos os municípios da LT, com exceção de Alpiarça, Chamusca e Coruche. Neste ano letivo, este mesmo indicador oscilou entre 80.3%, no Cartaxo, e 105.1%, em Rio Maior. Por fim, em 2016/2017, a tendência de aumento voltou a verificar-se em todos os municípios, sem exceção, e à semelhança, mais uma vez, do que ocorreu em Portugal. Neste ano letivo, a taxa de pré-escolarização na LT oscilou entre 81%, no Cartaxo, e 113.5%, na Azambuja.

GRÁFICO 4. TAXA BRUTA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO (%)

FONTE: DGEEC
CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019



Relativamente à taxa bruta de escolarização no Ensino Básico, no ano letivo 2004/2005, verificou-se que em Portugal foi de 117.4% (1º ciclo: 118.6%; 2º ciclo: 124.7%; 3º ciclo: 111.5%) e na LT foi 117.1% (1º ciclo: 120.7%; 2º ciclo: 125.7%; 3º ciclo: 107.2%). Em 2010/2011, esta taxa subiu para 122.2% em Portugal (1º ciclo: 104.5%; 2º ciclo: 125.3%; 3º ciclo: 144.5%) e desceu para 103.4% na LT (1º ciclo: 109.5%; 2º ciclo: 123.8%; 3º ciclo: 144.9%). Por fim, no ano letivo de 2016/2017¹¹, a taxa bruta de escolarização no Ensino Básico desceu para 108.9% (1º ciclo: 102.5%; 2º ciclo: 109.5%; 3º ciclo: 116.4%) em Portugal e, em oposição, subiu para 108.1% na LT.

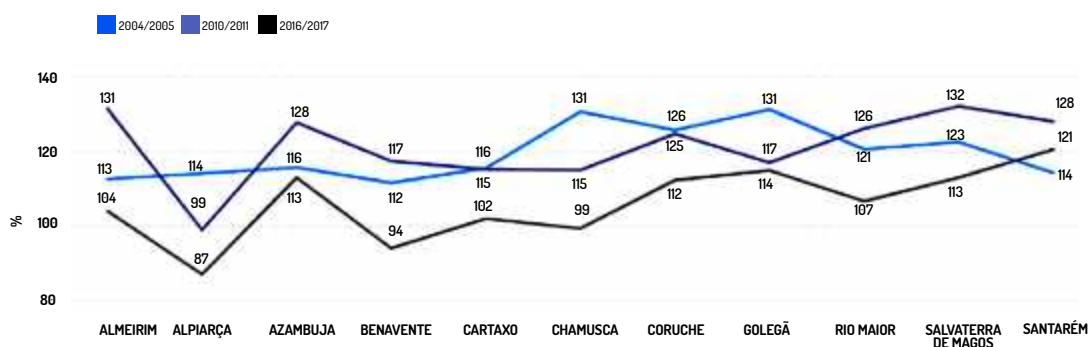
No contexto municipal, a taxa bruta de escolarização no Ensino Básico (ver Gráfico 4a) no ano letivo 2004/2005, oscilou entre 111.6%, em Benavente, e 131.2%, na Golegã. Em 2010/2011, essa oscilação na taxa bruta de escolarização deu-se entre os 99%, no município de Alpiarça, e os 131.4%, no município de Almeirim. Por sua

¹¹ Não existem na principal fonte de dados educativos nacional (DGEEC) dados relativos à taxa bruta de escolarização por cada ciclo do Ensino Básico, disponíveis ao nível intermunicipal e municipal, para o ano letivo de 2016/2017.

vez, a variação neste indicador, em 2016/2017, ocorreu entre os 87,1%, em Alpiarça, e os 120,5%, em Santarém. Ao comparar-se a taxa bruta de escolarização no Ensino Básico nos três anos letivos mencionados verificaram-se duas tendências. Os municípios de Almeirim, Azambuja, Benavente, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém, apresentaram uma tendência de subida desta taxa entre 2004/2005 e 2010/2011, seguida de um decréscimo, em 2016/2017. Por oposição, os municípios de Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Golegã, apresentaram uma tendência de descida consistente entre os anos letivos em análise.

GRÁFICO 4A. TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO BÁSICO (%)

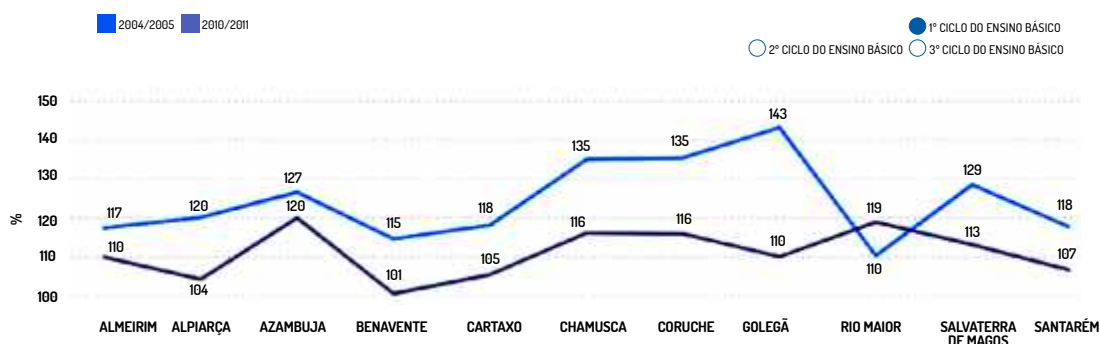
FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019)



No que se refere ao 1º ciclo do Ensino Básico, em 2004/2005, a taxa bruta de escolarização variou entre 110,3%, em Rio Maior, e 143,2%, na Golegã. Em 2010/2011, essa variação ocorreu entre os 100,5%, em Benavente, e 120%, na Azambuja. Ao comparar-se a taxa bruta de escolarização no 1º ciclo nos dois anos letivos mencionados verifica-se que, à exceção de Rio Maior, todos os municípios apresentaram uma tendência de descida (ver Gráfico 4b).

GRÁFICO 4B. TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO BÁSICO, POR CICLO (1º CICLO) (%)

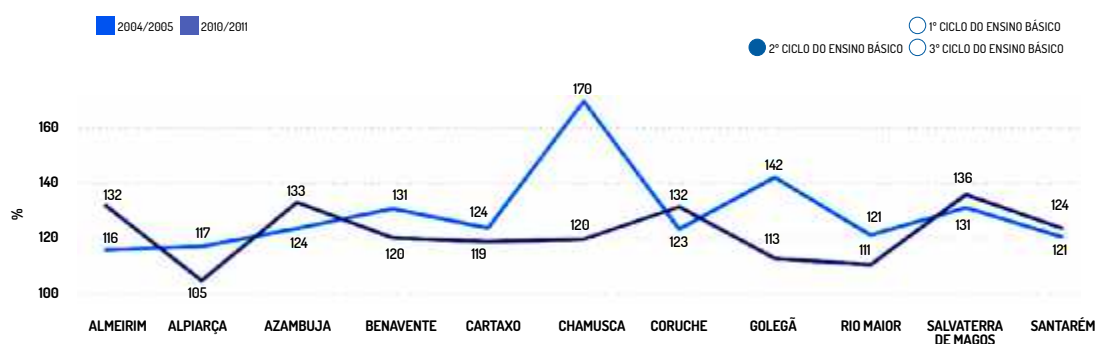
FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019)



Relativamente ao 2º ciclo do Ensino Básico (ver Gráfico 4c), em 2004/2005, a taxa bruta de escolarização variou entre 116%, em Almeirim, e 169.8%, na Chamusca. Já em 2010/2011, esta variação situou-se entre 104.8%, em Alpiarça, e 135.9%, em Salvaterra de Magos. Neste ciclo de escolaridade, ao comparar-se a taxa bruta de escolarização dos dois anos letivos em análise, verificaram-se duas tendências. Nos municípios de Almeirim, Azambuja, Coruche, Salvaterra de Magos e Santarém, a taxa bruta de escolarização subiu entre 2004/2005 e 2010/2011. Em contraste, nos municípios de Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Golegã e Rio Maior, a taxa bruta de escolarização desceu entre 2004/2005 e 2010/2011.

GRÁFICO 4C. TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO BÁSICO, POR CICLO (2º CICLO) (%)

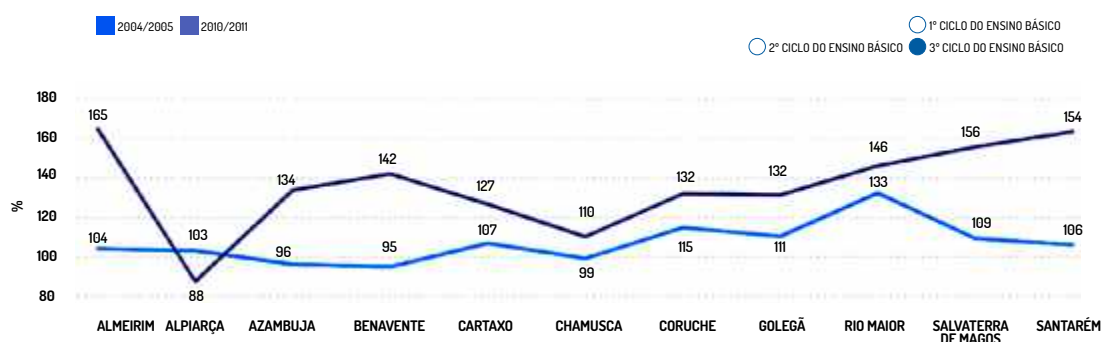
FONTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019)



Por fim, a taxa bruta de escolarização no 3º ciclo do Ensino Básico, no território da LT, descrita no Gráfico 4d, situou-se entre 95%, em Benavente, e os 132.5%, em Rio Maior. Já em 2010/2011, essa variação situou-se entre os 87.6%, em Alpiarça, e os 165%, em Almeirim. Ao comparar-se a taxa bruta de escolarização no 3º ciclo do Ensino Básico nos dois anos letivos mencionados verificou-se que, à exceção de Alpiarça, e por oposição ao que se verificou no 1º ciclo, todos os municípios apresentaram uma tendência de subida.

GRÁFICO 4D. TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO BÁSICO, POR CICLO (3º CICLO) (%)

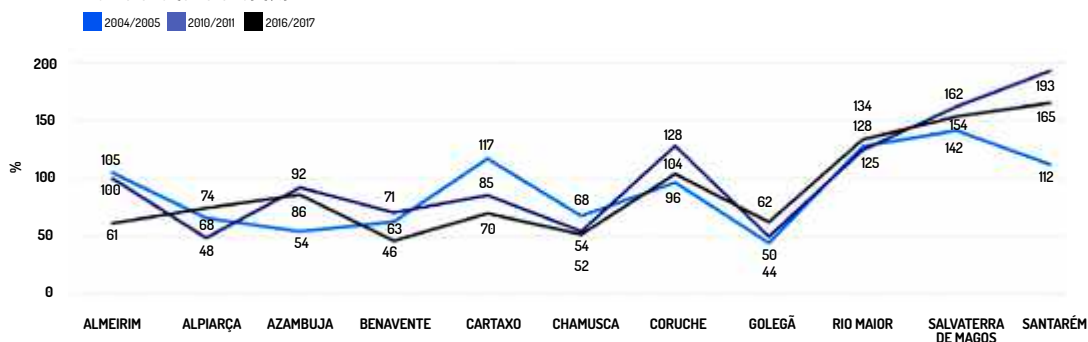
FONTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019)



No tocante ao Ensino Secundário, no ano letivo de 2004/2005, a taxa bruta de escolarização em Portugal situou-se nos 107.6% e na LT ficou-se nos 99%. Em 2010/2011, esta taxa, no Ensino Secundário, subiu nos contextos nacional (134.9%) e intermunicipal (122.3%). Por oposição, seis anos mais tarde, em 2016/2017, a taxa bruta de escolarização no Ensino Secundário desceu tanto em Portugal (118.4%) como na LT (105%).

Considerando os municípios da LT, verifica-se que, em 2004/2005, a taxa bruta de escolarização no Ensino Secundário situou-se entre os 44.2%, na Golegã, e os 141.5%, em Salvaterra de Magos, como é patente no Gráfico 4e. A taxa bruta de escolarização no Ensino Secundário subiu em grande parte dos municípios entre o ano letivo supracitado e 2010/2011 (exceção feita a Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca e Rio Maior). Desta feita, este indicador variou entre os 48.4%, em Alpiarça, e os 193.2%, em Santarém. Em contraste, no ano letivo 2016/2017, verificou-se uma descida desta taxa em grande parte dos municípios (exceção feita a Alpiarça, Golegã, Rio Maior e Santarém). Neste último ano letivo em análise, a taxa bruta de escolarização no Ensino Secundário variou entre 46%, em Benavente, e os 165.4%, em Santarém.

GRÁFICO 4E. TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO SECUNDÁRIO, POR CICLO (3º CICLO) (%) FONTE: DGEEC (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019)



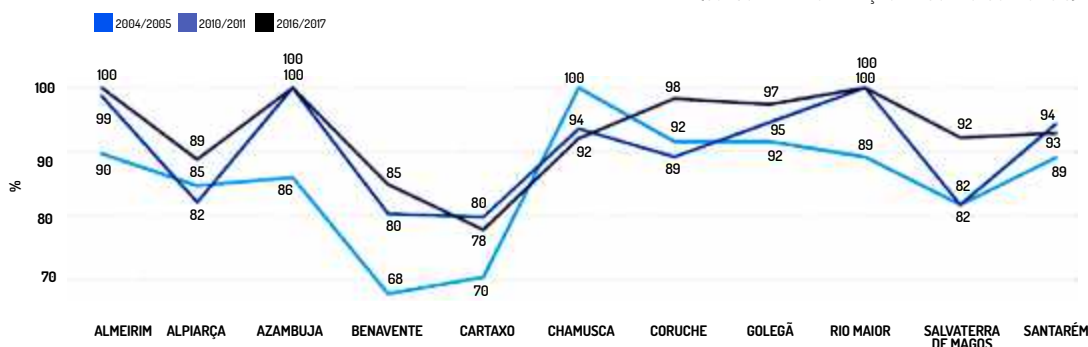
A taxa real de escolarização, de acordo com a DGEEC (2018a), é a “Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.” (DGEEC, 2018a, p.17).

No ano letivo de 2004/2005, a taxa real de pré-escolarização em Portugal foi de 77.4%, e na LT foi 84.3%. Em 2010/2011, a taxa real de escolarização ao nível da educação pré-escolar subiu em Portugal (85.7%) e na LT (90.7%). Decorridos seis anos, no ano letivo de 2016/2017, a taxa real de escolarização na educação pré-escolar voltou a subir em Portugal (90.8%) e na LT (93.2%), acompanhando assim a tendência da taxa bruta de escolarização, conforme supramencionado.

Entre os municípios da LT, verifica-se que, em 2004/2005, esta taxa na educação pré-escolar, situou-se entre 67.8%, em Benavente, e 100%, na Chamusca, tal como é descrito no Gráfico 5. No ano letivo 2010/2011, no geral, a taxa real de pré-escolarização também subiu entre 2004/2005 e o ano letivo mencionado (com exceção de Alpiarça, Chamusca e Coruche). Desta feita, a variação neste indicador

situou-se entre os 78.9%, no Cartaxo, e os 100%, na Azambuja e em Rio Maior. Esta tendência de aumento continuou a verificar-se em 2016/2017 nos municípios, com exceção do Cartaxo, Chamusca e Santarém. Neste ano letivo, o município com a taxa real de pré-escolarização mais baixa foi o Cartaxo (77.8%), ao passo que os municípios com a taxa real de pré-escolarização mais elevada foram, simultaneamente, Almeirim, Azambuja e Rio Maior (100%).

GRÁFICO 5. TAXA REAL DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO (%)

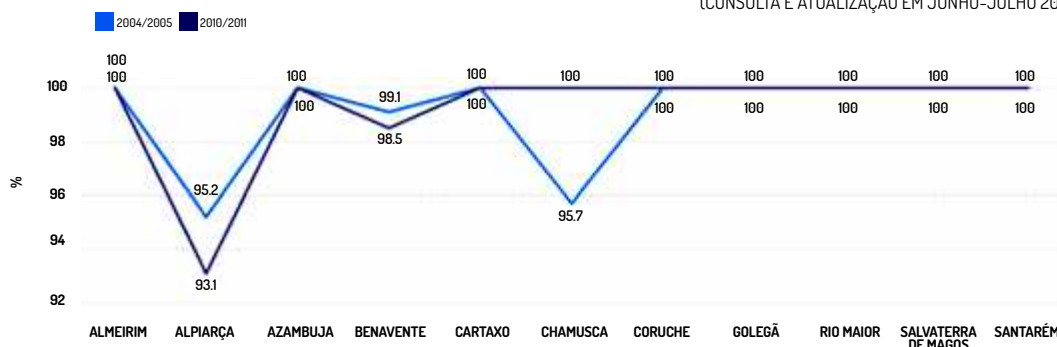
 FONTE: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019)


No que respeita ao ano letivo 2004/2005, verificou-se que, ao nível nacional, a taxa real de escolarização no Ensino Básico, em geral, foi 100% (no entanto, por ciclo, esta oscilou - 1º ciclo: 100%; 2º ciclo: 86.4%; 3º ciclo: 82.5%). Ao nível intermunicipal, esta taxa no Ensino Básico em geral também se situou nos 100% (1º ciclo: 100%; 2º ciclo: 85.1%; 3º ciclo: 79.5%). No ano letivo de 2010/2011, a taxa real de escolarização a nível nacional no Ensino Básico manteve-se 100% (1º ciclo: 100%; 2º ciclo: 95.4%; 3º ciclo: 92.1%). No mesmo sentido, ao nível intermunicipal esta taxa no Ensino Básico em geral também se manteve a 100% (1º ciclo: 100%; 2º ciclo: 93.9%; 3º ciclo: 89.2%). No que respeita ao ano letivo de 2016/2017¹², a taxa real de escolarização no Ensino Básico em geral diminuiu ligeiramente (97.4%) (1º ciclo: 95.3%; 2º ciclo: 87.2%; 3º ciclo: 87.7%).

No contexto municipal, em 2004/2005, a taxa real de escolarização no Ensino Básico, em geral, foi 100% na maioria dos municípios, à exceção de Alpiarça, Benavente e Chamusca. No ano letivo 2010/2011, à exceção dos municípios de Alpiarça e Benavente, esta taxa (no Ensino Básico em geral) foi mais uma vez idêntica àquela que se verificou ao nível intermunicipal, no mesmo ano (100%). Em ambos os anos letivos, o município com a taxa mais baixa no Ensino Básico foi Alpiarça (93.1%), tal como ilustra o Gráfico 5a.

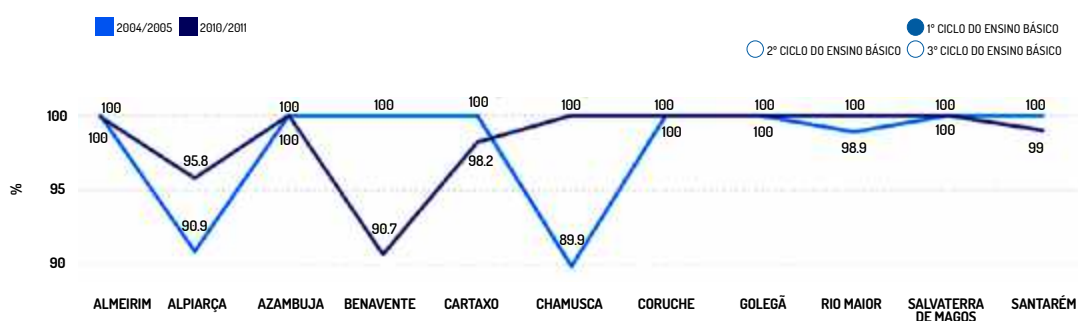
¹² Não existem nas principais fontes de dados nacionais (DGEEC) dados relativos à taxa real de escolarização no Ensino Básico e por cada ciclo do mesmo, disponíveis ao nível intermunicipal e municipal, para o ano letivo de 2016/2017.

GRÁFICO 5A. TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO BÁSICO (%)

 FONTE: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019)


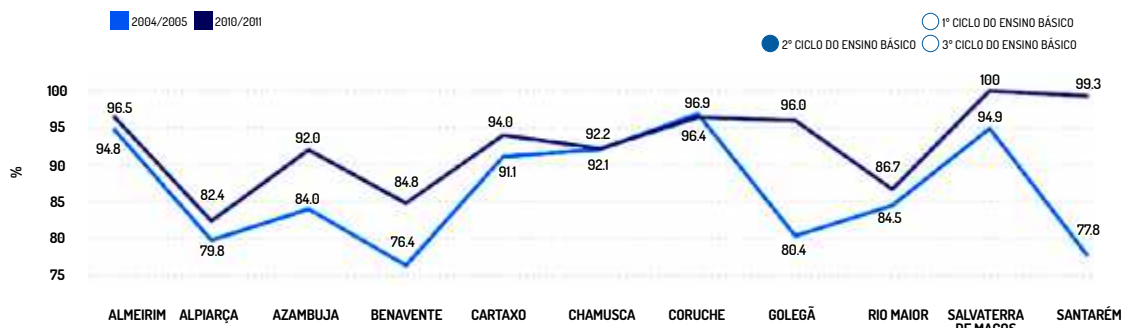
No caso do 1º ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2004/2005 (ver Gráfico 5b), os municípios com a taxa de escolarização mais elevada foram, simultaneamente, Almeirim, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Coruche, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém, e o município com a taxa mais baixa foi Chamusca. Entre 2004/2005 e 2010/2011, a taxa no 1º ciclo manteve-se igual em grande parte dos municípios; à exceção de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Rio Maior e Santarém, onde a taxa foi exatamente a mesma que se verificou a nível intermunicipal em 2010/2011. Esta taxa desceu nos municípios imediatamente acima mencionados, e subiu nos municípios de Alpiarça e Rio Maior. Neste sentido, o município com a taxa mais baixa no 1º ciclo foi Benavente (90.7%).

GRÁFICO 5B. TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO BÁSICO, POR CICLO (1º CICLO) (%)

 FONTE: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019)


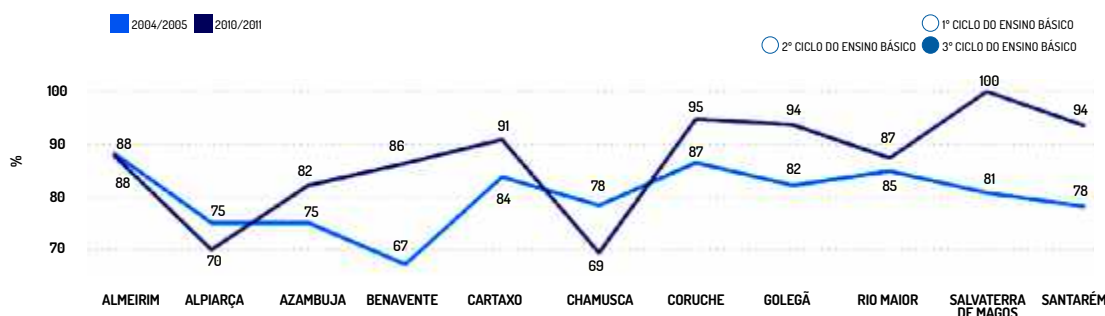
Ao nível do 2º ciclo do Ensino Básico, e de acordo com o Gráfico 5c, no ano letivo 2004/2005, a taxa de escolarização situou-se entre os 77.8%, em Santarém, e os 96.9%, em Coruche. Esta taxa subiu na maioria dos municípios entre o ano letivo supracitado e 2010/2011, à exceção de Coruche. Por sua vez, em 2010/2011, este indicador situou-se entre os 82.4%, em Alpiarça, e os 100%, em Salvaterra de Magos.

**GRÁFICO 5C. TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO BÁSICO,
POR CICLO (2º CICLO) (%)**

 FONTE: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO–JULHO 2019)


Ao nível do 3º ciclo do Ensino Básico e de acordo com o Gráfico 5d, em 2004/2005, a taxa de escolarização situou-se entre os 67.2%, em Benavente, e os 88.2%, em Almeirim. Em 2010/2011, essa variação situou-se entre 69.4%, na Chamusca, e os 100% em Salvaterra de Magos. A taxa real de escolarização no 3º ciclo subiu na maioria dos municípios entre os dois anos letivos avaliados, com exceção de Almeirim, Alpiarça e Chamusca.

**GRÁFICO 5D. TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO – ENSINO BÁSICO,
POR CICLO (3º CICLO) (%)**

 FONTE: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO–JULHO 2019)


De sublinhar que, no ano letivo 2010/2011, Salvaterra de Magos foi consistentemente o município com a taxa real de escolarização mais elevada, em todos os ciclos do Ensino Básico.

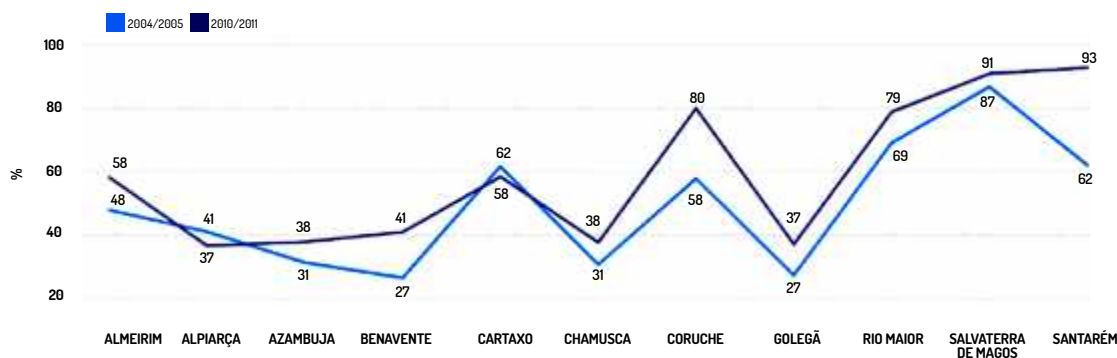
No que se refere ao Ensino Secundário, no ano letivo de 2004/2005, a taxa real de escolarização em Portugal situou-se nos 59.8%, enquanto na LT atingiu, apenas, os 53.6%. Em 2010/2011, esta taxa, no Ensino Secundário, subiu nos contextos nacional (72.5%) e intermunicipal (67%). No que respeita ao ano letivo 2016/2017¹³, a taxa real de escolarização no Ensino Secundário voltou a subir ligeiramente em Portugal (77.6%).

No caso dos municípios da LT, e de acordo com o Gráfico 5e, verificou-se que a taxa real de escolarização no Ensino Secundário, em 2004/2005, oscilou entre os 26.6%, em Benavente, e os 86.7%, em Salvaterra de Magos. A taxa subiu na maioria dos municípios entre o ano letivo supracitado e 2010/2011 (exceção feita a Alpiarça e Cartaxo). No último ano letivo referido, a variação da taxa de escolarização no Ensino Secundário situou-se entre 36.7%, em Alpiarça, e os 92.7%, em Santarém.

¹³ Não existem nas principais fontes de dados nacionais (DGEEC) dados relativos à taxa real de escolarização para o Ensino Secundário, disponíveis ao nível intermunicipal e municipal, para o ano letivo de 2016/2017.

GRÁFICO 5E. TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO
- ENSINO SECUNDÁRIO, POR CICLO (3º CICLO) (%)

FONTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019)



EM SUMA...

→ A taxa bruta de pré-escolarização subiu, no geral, de forma consistente na LT entre os três anos letivos em análise.

→ Em 2004/2005, o município onde a taxa bruta de pré-escolarização foi mais elevada foi a Chamusca, enquanto Benavente foi o município que registou o valor mais baixo, a esse nível. Em 2010/2011, Rio Maior apresentou a taxa bruta de pré-escolarização mais elevada, ao passo que o Cartaxo apresentou a taxa mais baixa. Em 2016/2017, o município com a taxa bruta de pré-escolarização mais elevada foi a Azambuja e aquele com a taxa mais baixa foi o Cartaxo, à semelhança do que já sucedera no ano letivo 2010/2011.

→ Ao comparar-se os três anos letivos em análise, verifica-se que **uma parte dos municípios (Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Golegã) apresenta uma tendência de decréscimo da taxa bruta de escolarização no Ensino Básico**. Por oposição, os restantes seis municípios (Almeirim, Azambuja, Benavente, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém) **apresentam uma trajetória de aumento** (entre 2004/2005 e 2010/2011) e **posterior decréscimo desta taxa** (entre 2010/2011 e 2016/2017).

→ Em 2004/2005, a Golegã foi o município com a taxa bruta de escolarização mais elevada e Benavente aquele com a taxa mais baixa ao nível do Ensino Básico. Em 2010/2011, Almeirim foi o município com a taxa mais elevada e Alpiarça aquele que apresentou o valor mais baixo, neste indicador, no Ensino Básico. No ano letivo de 2016/2017, o município com a taxa bruta de escolarização mais elevada foi Santarém e aquele que apresentou a taxa mais baixa foi Alpiarça.

→ Ao comparar-se os três anos letivos em análise, verifica-se que existem **quatro trajetórias possíveis no que respeita a taxa bruta de escolarização no Ensino Secundário**. Existem municípios onde a mesma aumenta entre 2004/2005 e 2010/2011 e diminui entre 2010/2011 e 2016/2017 (Azambuja, Benavente, Coruche, Salvaterra de Magos e Santarém); outros em que a taxa tem um declínio consistente entre os três anos letivos (Almeirim, Cartaxo e Chamusca); em alguns municípios a taxa decresce entre 2004/2005 e 2010/2011 e sobe entre 2010/2011 e 2016/2017 (Alpiarça e Rio Maior); e por fim, na Golegã verificou-se um aumento consistente desta taxa, entre os três anos letivos.

→ No ano letivo de 2004/2005, verifica-se que esta taxa no Ensino Secundário atinge o seu valor mais elevado em Salvaterra de Magos e o seu valor mais baixo na Golegã. Em 2010/2011, Santarém apresentou a taxa mais elevada e Alpiarça apresentou a taxa mais baixa. Em 2016/2017, o município com a taxa mais elevada foi Santarém e aquele com a taxa mais baixa foi Benavente.

→ A **taxa real de pré-escolarização subiu de forma consistente na LT, à semelhança da taxa bruta de pré-escolarização**, entre os três anos letivos em análise.

→ No ano letivo de 2004/2005, a taxa real de pré-escolarização foi mais elevada na Chamusca e mais baixa em Benavente, à semelhança do que se verificou com a taxa bruta de escolarização. Em 2010/2011, Rio Maior e Azambuja apresentaram, em simultâneo, a taxa real de pré-escolarização mais elevada e o Cartaxo apresentou a taxa mais baixa (mais uma vez, à semelhança do ocorrido ao nível da taxa bruta de pré-escolarização). No ano letivo de 2016/2017, os municípios com a taxa real de pré-escolarização mais elevada foram, simultaneamente, Almeirim, Azambuja e Rio Maior; e aquele com a taxa mais baixa foi o Cartaxo.

→ A **taxa real de escolarização no Ensino Básico manteve-se (100%) entre os anos letivos de 2004/2005 e 2010/2011, na LT**.

→ No que concerne à taxa real de escolarização, isto é, a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários, à exceção dos municípios de Alpiarça, Benavente e Chamusca, este indicador, em 2004/2005, foi a mesma da LT (100%). No ano letivo 2010/2011, à exceção dos municípios de Alpiarça e Benavente, a taxa foi mais uma vez idêntica àquela que se verificou ao nível intermunicipal, no mesmo ano (100%). Em ambos os anos letivos, o município com a taxa mais baixa no Ensino Básico foi Alpiarça.

→ A taxa real de escolarização no Ensino Secundário subiu, no geral e de forma consistente no território da LT entre 2004/2005 e 2010/2011.

→ No ano letivo de 2004/2005, a taxa real de escolarização no Ensino Secundário atingiu o seu valor mais elevado em Salvaterra de Magos e o seu valor mais baixo em Benavente. Em 2010/2011, Santarém apresentou a taxa de escolarização no Ensino Secundário mais elevada e Alpiarça a taxa mais baixa.

3.3. QUAL A EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE (IN)SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS NA LT?

3.3.1. QUAL A EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE TRANSIÇÃO OU CONCLUSÃO E DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NA LT?

No que se refere ao insucesso e ao sucesso escolar, os indicadores primordialmente considerados pela principal fonte de dados estatísticos educativos a nível nacional (DGEEC), são, respetivamente, a taxa de retenção e desistência, e a taxa de transição ou conclusão.

A taxa de retenção e desistência refere-se à “Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte, e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo” (DGEEC, 2018b, p. 157).

Ao nível dos diferentes ciclos do Ensino Básico, em 2004/2005 a taxa de retenção e desistência, na LT¹⁴, era de 6.9% no 1º ciclo (5.5% em Portugal), 15% no 2º ciclo (13% a nível nacional) e 23.1% no 3º ciclo (19.7% em Portugal). Em 2010/2011 verificava-se uma diminuição generalizada deste indicador, a nível nacional e intermunicipal. A taxa de alunos que não transitaram, a nível intermunicipal, era de 4% no 1º ciclo (3.3% em Portugal), 8.6% no 2º ciclo (7.4% no território nacional), e 14.7% no 3º ciclo (13.3% no país) do Ensino Básico. A tendência de diminuição desta taxa verificou-se igualmente em 2016/2017, de um modo geral, sendo a mesma de 4.2% no 1º ciclo (3% a nível nacional), 8.2% no 2º ciclo (5.8% em Portugal) e 9.5% no 3º ciclo (8.5% no território português) do Ensino Básico.

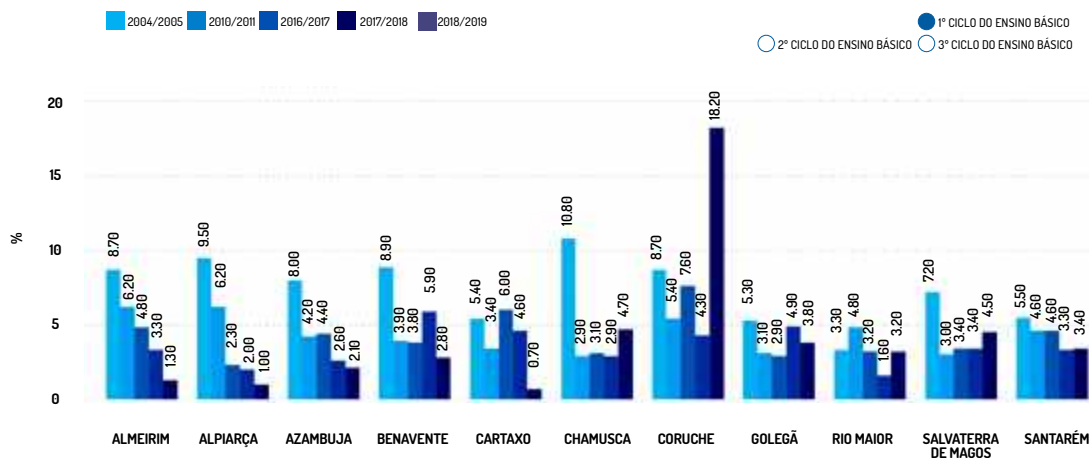
¹⁴ Não existiam nas principais fontes de dados nacionais (DGEEC; e particularmente na plataforma BIME) dados relativos à taxa de retenção e desistência nos ciclos do Ensino Básico, disponíveis ao nível nacional e intermunicipal, para os anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019, à data da consulta dos dados.

Considerando o nível municipal, esta taxa teve oscilações consideráveis entre os municípios da LT ao longo dos anos em análise.

No que concerne ao 1º ciclo do Ensino Básico, e de acordo com o Gráfico 6, em 2004/2005, a taxa de retenção e desistência variava na LT entre 3.3%, no município de Rio Maior, e 10.8% no município da Chamusca. Em 2010/2011, por seu lado, esta taxa diminuiu em todos os municípios, com exceção de Rio Maior, variando entre 2.9%, no município da Chamusca, e 6.2% em Almeirim e em Alpiarça. Em 2016/2017, ao nível deste ciclo de ensino, a taxa de retenção e desistência aumentou em cinco municípios (nomeadamente, Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos), diminuiu em outros cinco municípios (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Golegã e Rio Maior), mantendo-se inalterável em Santarém. A variação deste indicador, no território em apreciação, nesse ano letivo foi entre 2.3%, em Alpiarça, e 7.6%, em Coruche. No ano letivo posterior (i.e., 2017/2018), a taxa de retenção e desistência diminuiu na maioria dos municípios, exceto em Salvaterra de Magos (onde se manteve inalterável). Em Benavente e na Golegã esta mesma taxa aumentou. A variação neste indicador situou-se entre 2%, em Alpiarça, e 5.9%, em Benavente, neste ano letivo. Por fim, em 2018/2019, a taxa de retenção e desistência no 1º ciclo do Ensino Básico continuou a diminuir na maioria dos municípios da LT, à exceção de cinco municípios, nos quais aumentou (nomeadamente em Chamusca, Coruche, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém). Neste ano letivo, esta taxa atingiu o valor mais baixo no Cartaxo (0.7%) e mais elevado em Coruche (18.2%). Pela comparação entre os dois anos limite em análise (2004/2005 e 2018/2019), verifica-se que ocorreu uma diminuição desta taxa no 1º ciclo do Ensino Básico em todos os municípios exceto em Coruche, onde aumentou.

GRÁFICO 6. TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA
- ENSINO BÁSICO, POR CICLO (1º CICLO) (%)

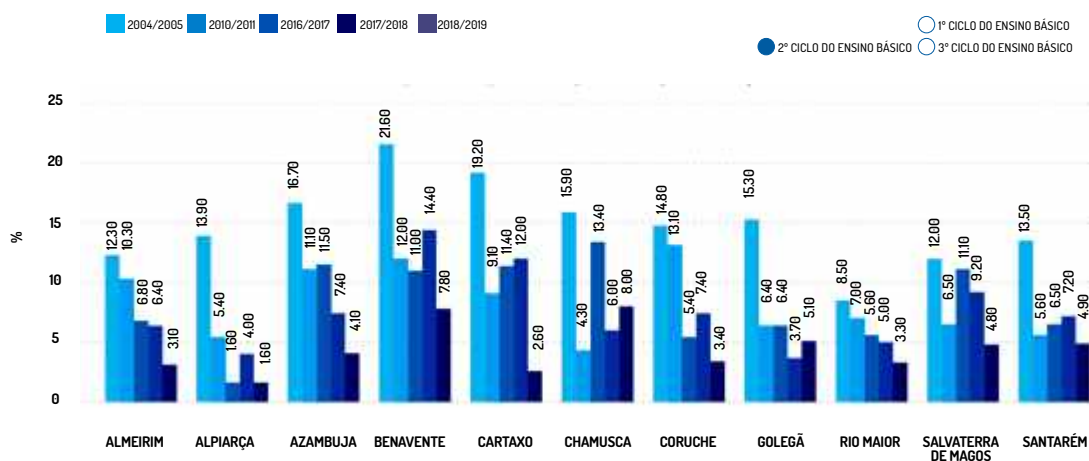
FONTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)



Por seu lado, considerando o Gráfico 6a, relativamente ao 2º ciclo do Ensino Básico, assistiu-se a uma tendência de diminuição gradual da taxa de retenção e desistência entre os anos em análise, na maioria dos municípios. Em 2004/2005, a taxa de retenção e desistência no 2º ciclo do Ensino Básico variava entre 8.5%, em Rio Maior, e 21.6%, em Benavente. Por seu lado, em 2010/2011, essa variação ocorreu entre um mínimo de 4.3% no município da Chamusca, e um máximo de 13.1%, no município de Coruche. Neste ano letivo verificou-se uma diminuição desta taxa, face a 2004/2005, em todos os municípios. Em 2016/2017, esta taxa variou entre 1.6%, em Alpiarça, e 13.4%, na Chamusca. Neste ano letivo, a taxa diminuiu em Almeirim, Alpiarça, Benavente, Coruche e Rio Maior, manteve-se inalterável na Golegã, e aumentou nos restantes municípios. Em 2017/2018, a taxa de retenção e desistência no 2º ciclo do Ensino Básico variou entre 4% em Alpiarça e 14.4% em Benavente. Verificou-se uma tendência de diminuição deste indicador, face ao ano letivo anterior, na maioria dos municípios (exceto em Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Coruche e Santarém, nos quais aumentou). Por último, em 2018/2019, a tendência de redução da taxa de retenção e desistência no 2º ciclo do Ensino Básico continuou a verificar-se, exceto na Chamusca e na Golegã (municípios nos quais aumentou), variando entre um mínimo de 1.6% em Alpiarça e um máximo de 8% na Chamusca. Ao comparar o primeiro e último anos letivos em análise (i.e., 2004/2005 e 2018/2019), verificou-se o decréscimo da taxa de retenção e desistência neste ciclo do Ensino Básico, em todos os municípios sem exceção.

GRÁFICO 6A. TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA - ENSINO BÁSICO, POR CICLO (2º CICLO) (%)

FONTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO - JUNHO 2020)

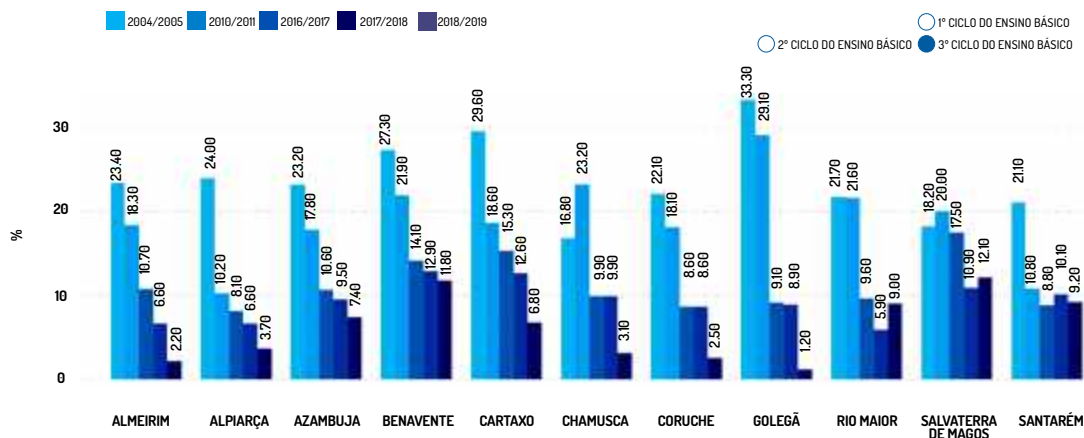


Ao nível do 3º ciclo do Ensino Básico (ver Gráfico 6b), os municípios com menor e maior número de alunos não transitados por alunos matriculados, em 2004/2005, eram, respetivamente, a Chamusca (16.8%) e a Golegã (33.3%). Em 2010/2011, a taxa de retenção e desistência neste ciclo variou entre 10.2%, em Alpiarça, e 29.1%,

na Golegã. Em comparação com o ano letivo anterior em análise, verificou-se uma diminuição deste indicador em todos os municípios, exceto na Chamusca e em Salvaterra de Magos, onde se registou um aumento. Em 2016/2017, a taxa de retenção e desistência no 3º ciclo do Ensino Básico oscilou entre 8.1%, em Alpiarça, e 17.5%, em Salvaterra de Magos. Verificou-se, neste ano letivo, uma diminuição desta taxa em todos os municípios, face a 2010/2011. Em 2017/2018, a taxa variou entre 5.9% em Rio Maior e 12.9% em Benavente, tendo diminuído em todos os municípios exceto Santarém (onde aumentou), Chamusca e Coruche (municípios nos quais se manteve inalterável). No último ano em análise (2018/2019), este indicador oscilou entre 1.2% na Golegã e 12.1% em Salvaterra de Magos, continuando a diminuir em todos os municípios da LT à exceção de Rio Maior e Salvaterra de Magos (nos quais aumentou). Da análise comparativa entre os anos limite na série temporal estudada (i.e., 2004/2005 e 2018/2019), verificou-se uma diminuição desta taxa ao longo do tempo, ao nível do 3º ciclo do Ensino Básico, em todos os municípios, sem exceção, tal como é demonstrado pelo Gráfico 6b.

GRÁFICO 6B. TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA – ENSINO BÁSICO, POR CICLO (3º CICLO) (%)

FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)



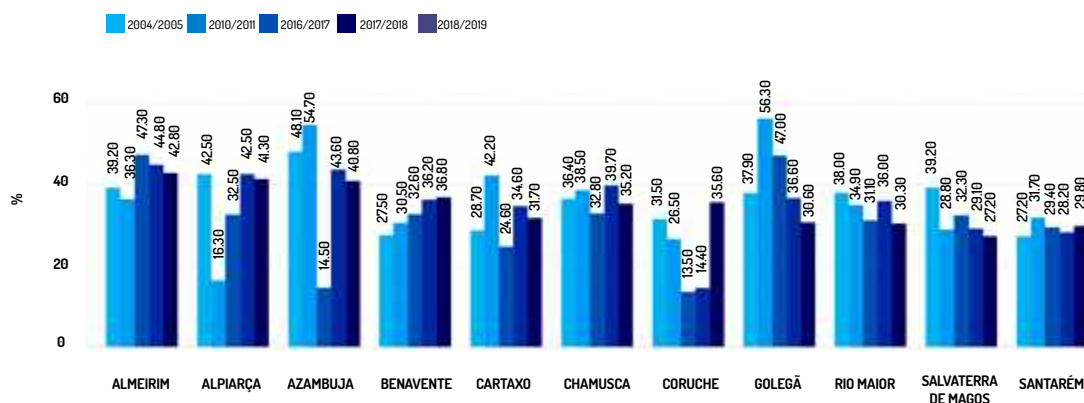
Considerando todos os níveis de ensino, verificou-se que entre 2004/2005 e 2016/2017, o Ensino Secundário¹⁵ apresentou a taxa de retenção e desistência mais elevada, com uma tendência de decréscimo, tanto a nível nacional (2004/2005: 32.1%; 2010/2011: 20.8%; 2016/2017: 15.1%) como intermunicipal (2004/2005: 33.3%; 2010/2011: 19.6%; 2016/2017: 13.9%).

¹⁵ Não existiam nas principais fontes de dados nacionais (DGEEC; e particularmente na plataforma BIME) dados relativos à taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário, disponíveis ao nível nacional e intermunicipal, para os anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019, à data da consulta dos dados.

A nível municipal, a percentagem de alunos que não transitaram no Ensino Secundário, em 2004/2005, variou entre 27.2%, no município de Santarém, e 48.1%, no município da Azambuja. No início da década seguinte, em 2010/2011, a variação dessa taxa deu-se entre 16.3%, no município de Alpiarça, e 56.3%, no município da Golegã. Em comparação com o ano 2004/2005, esta taxa aumentou na maioria dos municípios (exceto em Almeirim, Alpiarça, Coruche, Rio Maior e Salvaterra de Magos, onde esta diminuiu). Mais tarde, em 2016/2017, a taxa de alunos não transitados no Ensino Secundário variou entre 13.5% no município de Coruche e 47.3%, no município de Almeirim. Neste ano, por comparação com 2010/2011, a taxa diminuiu na maioria dos municípios (exceto em Almeirim, Alpiarça, Benavente e Salvaterra de Magos, nos quais aumentou). Em 2017/2018, este indicador variou entre 14.4%, em Coruche (14.4%), e 44.8%, em Almeirim, tendo na maioria dos municípios aumentado face ao ano letivo anterior (à exceção de Almeirim, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém, nos quais diminuiu). Por último, em 2018/2019, Almeirim (42.8%) e Salvaterra de Magos (27.2%) apresentaram a taxa mais elevada e mais baixa de retenção e desistência no Ensino Secundário, respetivamente. Neste ano, verificou-se uma diminuição desta taxa na maioria dos municípios (exceção feita a Benavente, Coruche e Santarém, nos quais aumentou). Comparando os anos extremos em análise, é de salientar uma descida (em alguns casos considerável) desta taxa em cinco municípios da LT (Almeirim, Benavente, Cartaxo, Coruche e Santarém), e um aumento nos restantes, tal como é ilustrado pelo Gráfico 6c.

GRÁFICO 6C. TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA
– ENSINO SECUNDÁRIO (%)

FONTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)



A taxa de transição ou conclusão refere-se à “Relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.” (DGEEC, 2018b, p. 157).

Considerando os diferentes ciclos do Ensino Básico, transitaram, na LT¹⁶, em 2004/2005, 93.1% de alunos no 1º ciclo (94.5% no país), 85% no 2º ciclo (87% em Portugal) e 76.9% no 3º ciclo do Ensino Básico (80.3% no território nacional). Em 2010/2011, a taxa de alunos que transitaram, neste território intermunicipal, era de 96% no 1º ciclo (96.7% a nível nacional), 91.4% no 2º ciclo (92.6% em Portugal) e 85.3% no 3º ciclo do Ensino Básico (86.7% no país). Já em 2016/2017, a mesma taxa era de 95.8% no 1º ciclo (97% em Portugal), 91.8% no 2º ciclo (94.2% no país) e 90.5% no 3º ciclo do Ensino Básico (91.5% a nível nacional).

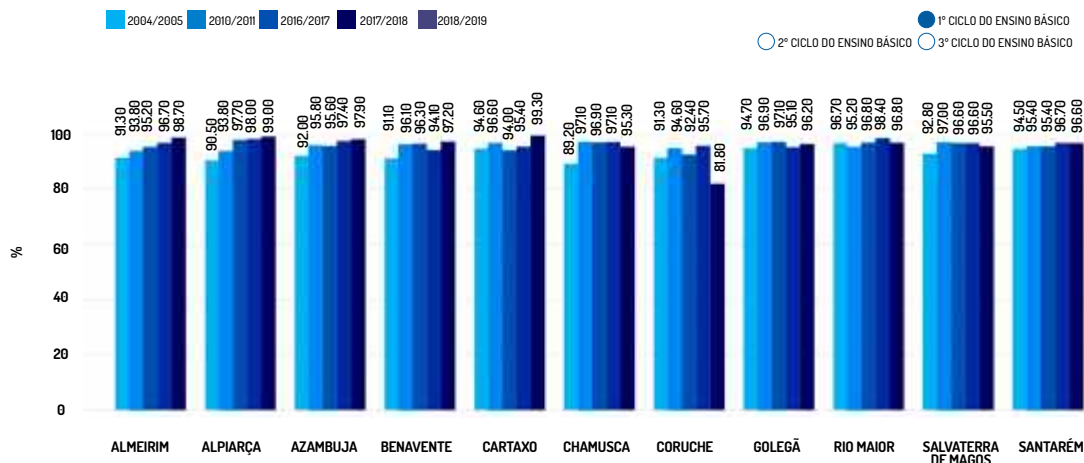
A nível municipal, a taxa de transição ou conclusão em cada um dos ciclos do Ensino Básico variou consideravelmente entre os municípios da LT, ao longo dos anos.

No 1º ciclo do Ensino Básico, e de acordo com o Gráfico 7, em 2004/2005, a taxa de transição ou conclusão na LT variava entre 89.2%, no município da Chamusca, e 96.7%, em Rio Maior. No entanto, volvidos seis anos, essa taxa apresentava uma variação entre 93.8%, em Almeirim e Alpiarça, e 97.1%, no município da Chamusca. Observava-se naquele ano, face ao ano anterior em análise, um aumento desta taxa em todos os municípios, com exceção de Rio Maior. No ano de 2016/2017, por seu lado, verificou-se um aumento desta taxa em alguns dos municípios do território intermunicipal (Azambuja, Alpiarça, Benavente, Golegã e Rio Maior) e a sua descida noutros (Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos), mantendo-se inalterável em Santarém. Nesse ano, Coruche (92.4%) e Alpiarça (97.7%) apresentavam os limites mínimo e máximo de variação da taxa de transição ou conclusão no 1º ciclo, respetivamente. No ano de 2017/2018, comparativamente ao ano letivo anterior, esta taxa aumentou na maioria dos municípios (exceto em Benavente e Golegã, nos quais diminuiu; e em Salvaterra de Magos, onde se manteve inalterável). Naquele ano, a taxa oscilou entre 94.1% em Benavente e 98.4% em Rio Maior. Por último, em 2018/2019, esta taxa variou entre 81.8% em Coruche e 99.3% no Cartaxo, tendo diminuído na maioria dos municípios (à exceção de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo e Golegã, nos quais aumentou) comparativamente ao ano letivo anterior. Pela comparação entre os dois anos limite do período temporal estudado (2004/2005 e 2018/2019), verifica-se que ocorreu um aumento desta taxa no 1º ciclo em todos os municípios exceto em Coruche, onde diminuiu.

¹⁶ Não existiam nas principais fontes de dados nacionais (DGEEC; e particularmente na plataforma BIME) dados relativos à taxa de transição ou conclusão nos ciclos do Ensino Básico, disponíveis ao nível nacional e intermunicipal, para os anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019, à data da consulta dos dados.

**GRÁFICO 7. TAXA DE TRANSIÇÃO OU CONCLUSÃO – ENSINO BÁSICO,
POR CICLO (1º CICLO) (%)**

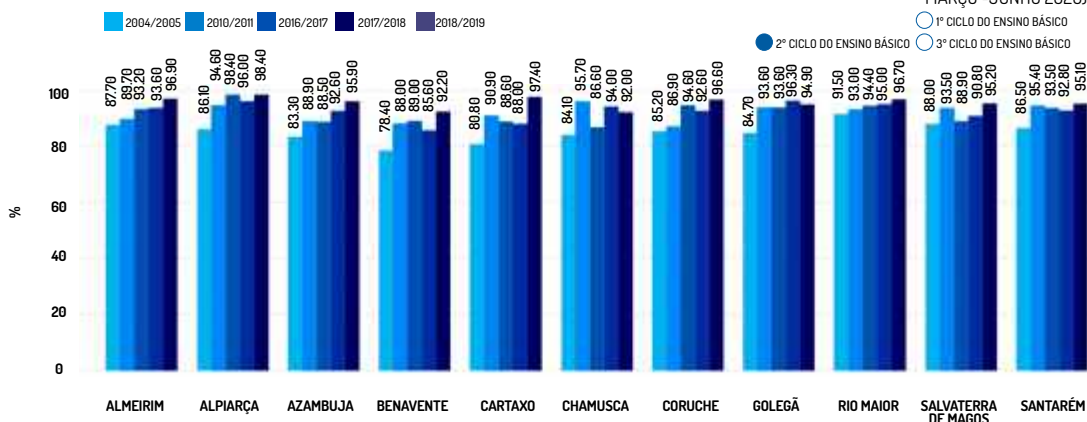
FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
MARÇO-JUNHO 2020)



No que se refere ao 2º ciclo do Ensino Básico, e de acordo com o Gráfico 7a, a taxa de transição ou conclusão na LT oscilava entre 78,4%, em Benavente, e 91,5%, em Rio Maior, no ano letivo de 2004/2005. Por seu lado, entre 2004/2005 e 2010/2011, verificou-se um aumento desta taxa em todos os municípios. Em 2010/2011, esta taxa variava entre 86,9%, no município de Coruche, e 95,7%, no município da Chamusca. Já em 2016/2017, a taxa de transição ou conclusão no 2º ciclo do Ensino Básico aumentou em alguns municípios da LT (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Coruche e Rio Maior), diminuiu noutros (Azambuja, Cartaxo, Chamusca, Salvaterra de Magos e Santarém), e manteve-se inalterável na Golegã. Neste ano, a variação deste mesmo indicador oscilou entre 86,6%, nos municípios do Cartaxo e da Chamusca, e 98,4%, em Alpiarça. No ano letivo seguinte, esta mesma taxa oscilou entre 85,6% em Benavente e 96,3% na Golegã, tendo por comparação a 2016/2017 aumentado na maioria dos municípios, à exceção de Alpiarça, Benavente, Coruche e Santarém, nos quais diminuiu. No último ano letivo em análise a taxa de transição ou conclusão no 2º ciclo do Ensino Básico aumentou em todos os municípios, face ao ano letivo anterior, exceto na Chamusca e na Golegã (municípios nos quais diminuiu), tendo variado entre 92% na Chamusca e 98,4% em Alpiarça. Por fim, no 2º ciclo do Ensino Básico verificou-se o aumento da taxa de transição ou conclusão em todos os municípios, sem exceção, se se comparar o primeiro e últimos anos letivos em análise, isto é 2004/2005 e 2018/2019.

GRÁFICO 7A. TAXA DE TRANSIÇÃO OU CONCLUSÃO – ENSINO BÁSICO, POR CICLO (2º CICLO) (%)

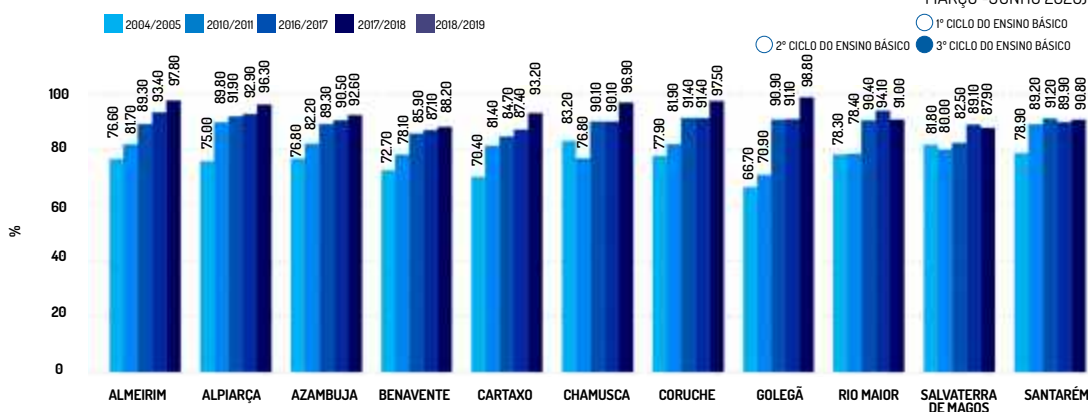
FONTES: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
 MARÇO-JUNHO 2020)



Relativamente ao 3º ciclo do Ensino Básico, e seguindo o Gráfico 7b, a taxa de transição ou conclusão variou entre 66.7%, no município da Golegã, e 83.2%, no município da Chamusca, no ano de 2004/2005. Em 2010/2011, a variação desse indicador deu-se entre um mínimo de 70.9%, na Golegã, e um máximo de 89.8%, em Alpiarça. Neste ano, por comparação ao primeiro ano em análise, verificou-se um aumento considerável desta taxa em todos os municípios, com exceção da Chamusca e Salvaterra de Magos (municípios nos quais diminuiu). Em 2016/2017, a taxa de transição ou conclusão no 3º ciclo do Ensino Básico aumentou em todos os municípios, por comparação ao ano letivo anterior em análise, e variou entre 82.5%, em Salvaterra de Magos, e 91.9%, em Alpiarça. Em 2017/2018, esta mesma taxa variou entre 87.1%, em Benavente, e 94.1%, em Rio Maior, tendo aumentado em todos os municípios, exceto Santarém (onde diminuiu), Chamusca e Coruche (nos quais se manteve inalterável), por comparação ao ano letivo anterior. Por último, em 2018/2019, a taxa de transição ou conclusão neste nível de ensino continuou a aumentar na maioria dos municípios da LT, à exceção de em Rio Maior e Salvaterra de Magos, nos quais esta diminuiu. Neste último ano em análise, esta taxa oscilou entre 87.9%, em Salvaterra de Magos, e 98.8%, na Golegã. Por fim, salienta-se que entre o primeiro e último anos em análise, esta taxa aumentou em todos os municípios da LT, sem exceção.

GRÁFICO 7B. TAXA DE TRANSIÇÃO OU CONCLUSÃO – ENSINO BÁSICO, POR CICLO (3º CICLO) (%)

FONTES: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
 MARÇO-JUNHO 2020)



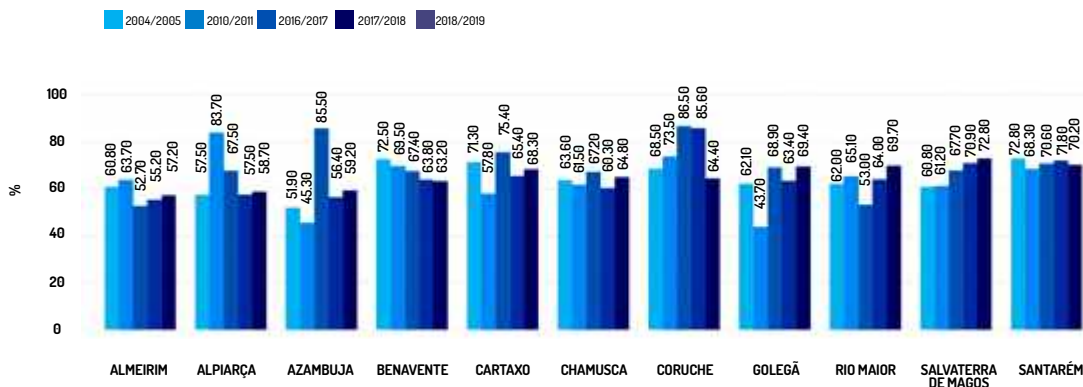
A taxa de transição ou conclusão no Ensino Secundário¹⁷ foi aquela que mostrou ser mais reduzida, entre 2004/2005 e 2016/2017, tanto no território português em geral, como na LT em particular. Em 2004/2005, esta correspondia a 67.9% a nível nacional e 67.7% a nível intermunicipal. Em 2010/2011, a taxa de transição ou conclusão manteve-se a mais baixa neste nível de ensino, notando-se, no entanto, um aumento da mesma desde 2004/2005, com 79.2% de alunos, em todo o país, e 80.4%, na LT, a transitarem ou a concluírem o Ensino Secundário. Por fim, à semelhança da tendência anterior, também em 2016/2017 se verificou um aumento da taxa de transição ou conclusão no Ensino Secundário face ao ano precedente em análise, tanto no território da LT (86.1%), como no território nacional (84.9%).

A nível municipal, de acordo com o apresentado no Gráfico 7c, a taxa de transição ou conclusão ao nível do Ensino Secundário na LT oscilava entre 51.9%, no município da Azambuja, e 72.8%, em Santarém, no ano letivo 2004/2005. Entre 2004/2005 e 2010/2011, por seu lado, assistiu-se à diminuição desta taxa na maioria dos municípios, exceto em Almeirim, Alpiarça, Coruche, Rio Maior e Salvaterra de Magos (nos quais aumentou). Neste ano letivo, o indicador em análise oscilou entre 43.7%, no município da Golegã, e 83.7%, no município de Alpiarça. No ano de 2016/2017, esta taxa oscilou entre 52.7%, em Almeirim, e 86.5%, em Coruche. Ademais, entre 2010/2011 e 2016/2017, verificou-se uma tendência de crescimento do número de alunos que transitaram ou concluíram o Ensino Secundário, no universo de alunos inscritos neste nível de ensino, na maioria dos municípios, exceto em Almeirim, Alpiarça, Benavente e Rio Maior (nos quais esta decresceu). Em 2017/2018, por seu lado, verificou-se um decréscimo generalizado desta taxa nos municípios da LT, exceto nos municípios de Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém, onde esta mesma taxa aumentou. Neste ano, a taxa variou entre 55.2% em Almeirim e 71.8% em Santarém. No último ano letivo em análise, por fim, a taxa de transição ou conclusão neste nível de ensino apresentou o seu valor mais baixo e mais elevado em Almeirim (57.2%) e Salvaterra de Magos (72.8%), respetivamente. Em comparação com o ano letivo anterior em análise, em 2018/2019 esta taxa aumentou na maioria dos municípios deste território, à exceção de três (Benavente, Coruche e Santarém), nos quais decresceu. Pela comparação desta taxa no primeiro e último anos em análise é visível um aumento da mesma na maioria dos municípios da LT (exceto em Almeirim, Benavente, Cartaxo, Coruche e Santarém, nos quais se verificou o seu decréscimo).

¹⁷ Não existiam nas principais fontes de dados nacionais (DGEEC; e particularmente na plataforma BIME) dados relativos à taxa de transição ou conclusão no Ensino Secundário, disponíveis ao nível nacional e intermunicipal, para os anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019, à data da consulta dos dados.

GRÁFICO 7C. TAXA DE TRANSIÇÃO OU CONCLUSÃO
 – ENSINO SECUNDÁRIO (%)

FONTE: DGEEC
 (CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM JUNHO-JULHO 2019,
 MARÇO-JUNHO 2020)



EM SUMA...

→ A taxa de retenção e desistência no 1º ciclo do Ensino Básico desceu, maioritariamente e de forma consistente, nos municípios da LT entre os anos letivos em análise. Na maioria dos anos letivos em análise, Alpiarça apresentou a taxa de retenção e desistência mais baixa neste ciclo.

→ No 2º ciclo do Ensino Básico, a taxa de retenção e desistência também decresceu, maioritária e sistematicamente, nos municípios da LT entre os anos letivos em análise. Na maioria dos anos em análise, verificou-se uma taxa de retenção e desistência mais elevada, neste ciclo, em Benavente.

→ No 3º ciclo do Ensino Básico, voltou a verificar-se uma tendência de descida da taxa de retenção e desistência, de modo consistente, na maioria dos municípios da LT entre os anos letivos em análise. Os municípios com maior e menor taxa de retenção e desistência neste ciclo de escolaridade, ao longo dos anos em análise, variou. Não obstante, a Golegã apresentou a taxa mais elevada até 2010/2011 (inclusive) e Alpiarça a mais baixa em 2010/2011 e 2016/2017.

→ A taxa de retenção e desistência no Ensino Secundário evoluiu de forma variável na maioria dos municípios do território da LT nos anos letivos em análise (aumentou entre 2004/2005 e 2010/2011 e entre 2016/2017 e 2017/2018; diminuiu entre 2010/2011 e 2016/2017 e entre 2017/2018 e 2018/2019). Na maioria dos anos letivos em análise (de 2016/2017 a 2018/2019), Almeirim apresentou a taxa mais elevada neste nível de ensino.

→ **A taxa de transição/conclusão no 1º ciclo do Ensino Básico aumentou, no geral, na maioria dos municípios da LT** entre os anos letivos em análise. Na maioria dos anos considerados (entre 2016/2017 e 2018/2019), Alpiarça apresentou a taxa de mais transição/conclusão mais elevada neste ciclo.

→ **No 2º ciclo do Ensino Básico, a taxa de transição/conclusão também aumentou, maioritaria e consistentemente, nos municípios da LT** entre os anos letivos em análise. A taxa de transição/conclusão mais baixa neste ciclo verificou-se em Benavente, na maioria dos anos considerados.

→ **Ao nível do 3º ciclo do Ensino Básico, verificou-se igualmente uma tendência de subida sistemática da taxa de transição/conclusão na maioria dos municípios da LT** entre os anos letivos em análise. Os municípios com maior e menor taxa neste ciclo, ao longo dos anos em análise, variou. A Golegã apresentou a taxa mais reduzida até 2010/2011 (inclusive) e Alpiarça a mais elevada em 2010/2011 e 2016/2017.

→ **A taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário evoluiu de forma variável na maioria dos municípios do território da LT** nos anos letivos em análise (diminuiu entre 2004/2005 e 2010/2011 e entre 2016/2017 e 2017/2018; aumentou entre 2010/2011 e 2016/2017 e entre 2017/2018 e 2018/2019). Na maioria dos anos letivos em análise (de 2016/2017 a 2018/2019), Almeirim apresentou a taxa mais baixa neste nível de ensino.

3.3.2. QUAL A EVOLUÇÃO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR NA LT?

Ao caracterizar o aproveitamento escolar, devem ser considerados, primordialmente, dois tipos de avaliação dos alunos: avaliação (sumativa) interna e avaliação (sumativa) externa.

3.3.2.1. AVALIAÇÃO SUMATIVA INTERNA

“A avaliação sumativa interna consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o grau de desenvolvimento das aprendizagens do aluno e é da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão pedagógica da escola” (DGE, 2020). No presente relatório, caracteriza-se a avaliação sumativa interna em termos de classificação média final dos alunos em determinada disciplina por nível de ensino¹⁸. Essa análise centra-se na revisão das notas médias e percentagens de alunos com nota positiva a Português e a Matemática, por se tratarem de disciplinas fulcrais na estrutura curricular nacional, ao mesmo tempo que têm um peso diferenciado na transição de ano, no Ensino Básico.

No que concerne à classificação média dos alunos na disciplina de Português do 2º ciclo do Ensino Básico, a LT apresentou o valor de 3.4 nos anos letivos de 2010/2011, 2016/2017 e 2018/2019, tendo decrescido para 3.3 no ano intermédio de 2017/2018. Neste nível intermunicipal, verificou-se uma tendência de aumento da percentagem de alunos com classificação positiva nesta disciplina no 6º ano de escolaridade ao longo dos anos em análise, exceto entre 2016/2017 e 2017/2018, entre os quais diminuiu (2010/2011: 88.7%; 2016/2017: 92.2%; 2017/2018: 91.6%; 2018/2019: 95.3%).

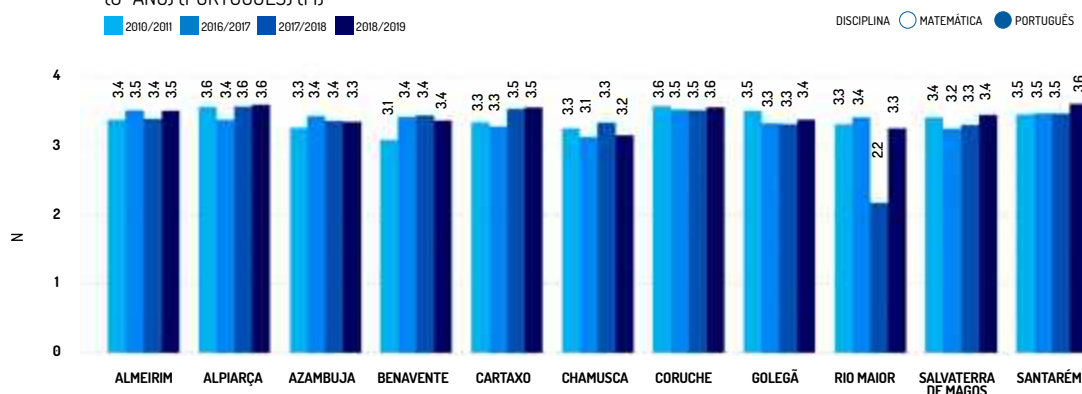
¹⁸ Não são apresentados dados para este indicador ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico, estarem apenas disponíveis na fonte de dados consultada (DGEEC: plataforma BIME) dados ao nível de um município (Cartaxo). Não são apresentados, também, dados para este indicador ao nível do Ensino Secundário por não estarem disponíveis, para nenhum município, na fonte de dados consultada (DGEEC: plataforma BIME).

A nível municipal, no ano letivo 2010/2011, as classificações médias mais altas em Português no 6º ano verificaram-se em Alpiarça e Coruche (3.6 em ambos) e a mais baixa em Benavente (3.1). Por seu lado, em 2016/2017, este indicador oscilou entre 3.1 na Chamusca e 3.5 em Almeirim, Coruche e Santarém. Entre 2010/2011 e 2016/2017, este valor médio diminuiu em cinco municípios (Alpiarça, Coruche, Chamusca, Golegã e Salvaterra de Magos), aumentou em quatro (Almeirim, Azambuja, Benavente e Rio Maior) e manteve-se inalterável no Cartaxo e em Santarém. Em 2017/2018, as notas médias nesta disciplina variaram entre 2.2 em Rio Maior e 3.6 em Alpiarça. Neste ano, por comparação ao ano letivo anterior, esta classificação média manteve-se inalterável em cinco municípios (Azambuja, Benavente, Coruche, Golegã e Santarém), aumentou em quatro municípios (Alpiarça, Cartaxo, Chamusca e Salvaterra de Magos) e decresceu nos restantes. Por último, em 2018/2019, a classificação média na disciplina de Português de 6º ano verificou-se mais baixa na Chamusca (3.2) e mais elevada em Alpiarça, Coruche e Santarém (3.6). Neste último ano em análise, este valor aumentou na maioria dos municípios (Almeirim, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém), diminuiu na Azambuja e na Chamusca e manteve-se inalterável nos restantes municípios (ver Gráfico 8).

Considerando a percentagem de alunos com classificação positiva nesta disciplina no 6º ano de escolaridade, os municípios que apresentaram o menor valor foram Benavente em 2010/2011 (83.4%), Chamusca em 2016/2017 e 2018/2019 (82.8% e 86.3%, respetivamente) e Rio Maior em 2017/2018 (63.6%). Por oposição, os municípios com maior percentagem de alunos com notas positivas foram Santarém em 2010/2011 (92.6%), Coruche em 2016/2017 (97.4%), Azambuja em 2017/2018 (95.4%) e Golegã em 2018/2019 (98.3%).

GRÁFICO 8. AVALIAÇÃO INTERNA - CLASSIFICAÇÕES MÉDIAS FINAIS POR DISCIPLINA DE 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO (6º ANO) (PORTUGUÊS) (M)

FORTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)

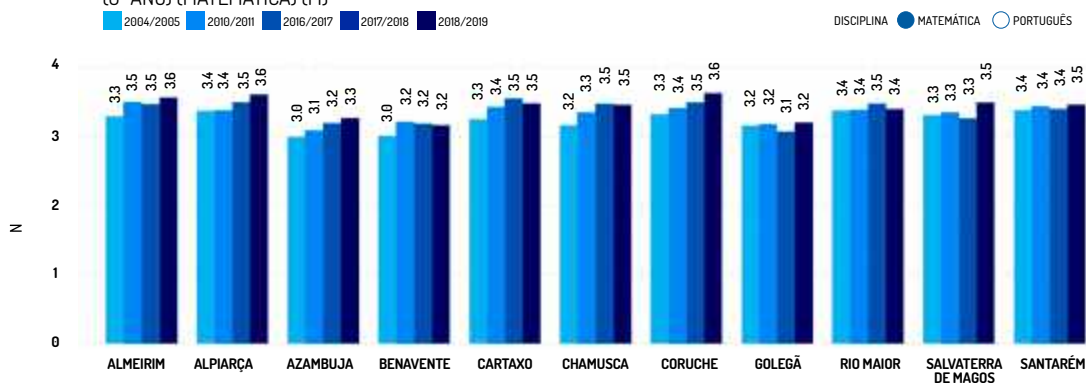


No caso da avaliação sumativa interna na disciplina de Matemática do 2º ciclo do Ensino Básico, a LT apresentou uma classificação média crescente nos anos em análise (3.2 em 2010/2011, 3.3 em 2016/2017 e 3.4 em 2017/2018 e 2018/2019). Ao nível da comunidade intermunicipal, verificou-se uma tendência de aumento da percentagem de alunos com classificação positiva a Matemática no 6º ano ao longo dos anos em análise (2010/2011: 78.4%; 2016/2017: 81.3%; 2017/2018: 82.7%; 2018/2019: 85.8%).

Nos municípios da LT, verificou-se no ano letivo de 2010/2011, uma classificação média mais elevada na disciplina de Matemática do 6º ano em Alpiarça, Rio Maior e Santarém (3.4) e mais baixa na Azambuja e em Benavente (3.0 em ambos). Em 2016/2017, a média mais baixa nesta disciplina verificou-se na Azambuja (3.1) e a mais alta em Almeirim (3.5). Por comparação com o ano letivo 2010/2011, em 2016/2017 esta classificação média aumentou na maioria dos municípios, à exceção de Alpiarça, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém (nos quais se manteve inalterável). Em 2017/2018, a média mais baixa nesta disciplina verificou-se na Golegã (3.1) e a mais alta em Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Rio Maior (3.5). Uma vez mais, neste ano deu-se um aumento desta classificação média na maioria dos municípios, exceto na Golegã (onde diminuiu) e em Almeirim, Benavente, Salvaterra de Magos e Santarém (nos quais se manteve inalterável), por comparação com o ano letivo anterior. Em 2018/2019, esta média oscilou entre 3.2 (em Benavente e na Golegã) e 3.6 (em Almeirim, Alpiarça e Coruche). Novamente, esta classificação média aumentou na maioria dos municípios em relação ao ano letivo anterior à exceção de Rio Maior, onde diminuiu, e Benavente, Cartaxo e Chamusca, nos quais se manteve inalterável (ver Gráfico 8a).

GRÁFICO 8A. AVALIAÇÃO INTERNA - CLASSIFICAÇÕES MÉDIAS FINAIS POR DISCIPLINA DE 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO (6º ANO) (MATEMÁTICA) (M)

FORNTE: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)



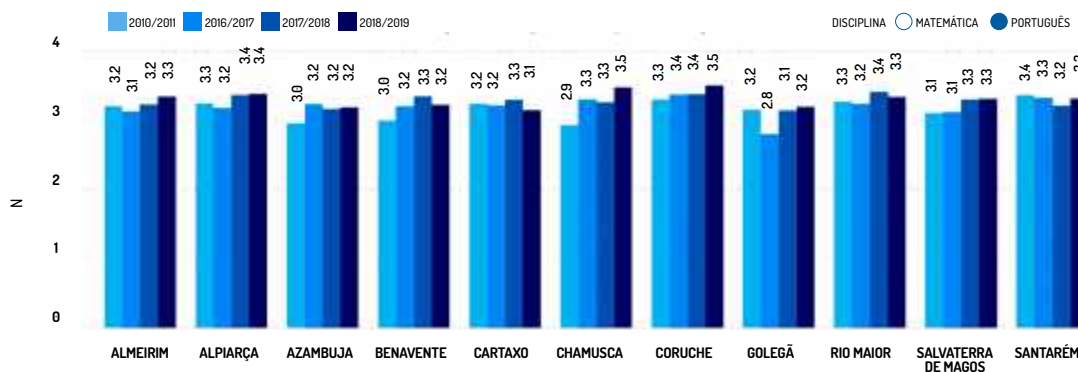
Considerando a percentagem de alunos com classificação positiva nesta disciplina, no 6º ano de escolaridade, os municípios que apresentaram o menor valor foram Benavente em 2010/2011 (65.6%), 2017/2018 (76%) e 2018/2019 (72.3%) e a Golegã em 2016/2017 (69.6%). Em contraponto, os municípios com maior percentagem de alunos com notas positivas foram Chamusca em 2010/2011 (84.9%), Cartaxo em 2016/2017 (88.2%) e 2017/2018 (88.6%) e Salvaterra de Magos em 2018/2019 (93.4%).

No que respeita à avaliação sumativa interna da disciplina de Português do 3º ciclo do Ensino Básico, a LT apresentou um valor médio de 3.2 em ambos os anos letivos de 2010/2011 e 2016/2017, verificando-se um aumento deste valor para 3.3 em 2017/2018 e 2018/2019. Ao nível intermunicipal, verificou-se uma tendência de aumento da percentagem de alunos com classificação positiva nesta disciplina no 6º ano de escolaridade ao longo dos anos em análise, exceto entre os dois últimos anos em análise, em que há uma diminuição muito ligeira (2010/2011: 87.5%; 2016/2017: 90.4%; 2017/2018: 91.8%; 2018/2019: 91.7%).

A nível municipal, em 2010/2011, a nota média mais baixa nesta disciplina verificou-se na Chamusca (2.9) e a mais elevada em Santarém (3.4). Em 2016/2017, este indicador oscilou entre 2.8 na Golegã e 3.4 em Coruche. Verificou-se, entre 2010/2011 e 2016/2017, uma diminuição desta classificação média em cinco municípios (Almeirim, Alpiarça, Golegã, Rio Maior e Santarém), um aumento em quatro municípios (Azambuja, Benavente, Chamusca e Coruche), mantendo-se inalterável no Cartaxo e em Salvaterra de Magos. Em 2017/2018, a nota média mais baixa nesta disciplina verificou-se na Golegã (3.1) e a mais elevada em Alpiarça, Coruche e Rio Maior (3.4). Neste ano letivo, por comparação ao anterior, esta classificação média aumentou na maioria dos municípios, exceção feita a Santarém (onde diminuiu), Azambuja, Chamusca e Coruche (nos quais se manteve inalterável). Em 2018/2019, esta nota média oscilou entre 3.1 no Cartaxo e 3.5 na Chamusca e em Coruche. Neste último ano letivo em análise este indicador aumentou na maioria dos municípios (nomeadamente em Almeirim, Chamusca, Coruche, Golegã e Santarém), diminuiu em três municípios (Benavente, Cartaxo e Rio Maior) e manteve-se inalterável nos restantes (ver Gráfico 8b). Considerando a percentagem de alunos com classificação positiva nesta disciplina, no 9º ano de escolaridade, os municípios que apresentaram o menor valor foram a Chamusca em 2010/2011 (72.8%), a Golegã em 2016/2017 (76.1%), a Chamusca, novamente, em 2017/2018 (86.2%) e o Cartaxo em 2018/2019 (86.1%). Inversamente, os municípios com maior percentagem de alunos com notas positivas foram Alpiarça em 2010/2011 (94.2%), Chamusca em 2016/2017 e em 2018/2019 (98.4%), Coruche e Rio Maior em 2017/2018 (95.5% em ambos).

GRÁFICO 8B. AVALIAÇÃO INTERNA - CLASSIFICAÇÕES MÉDIAS FINAIS POR DISCIPLINA DE 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO (9º ANO) (PORTUGUÊS) (M)

FONTE: DGECC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)

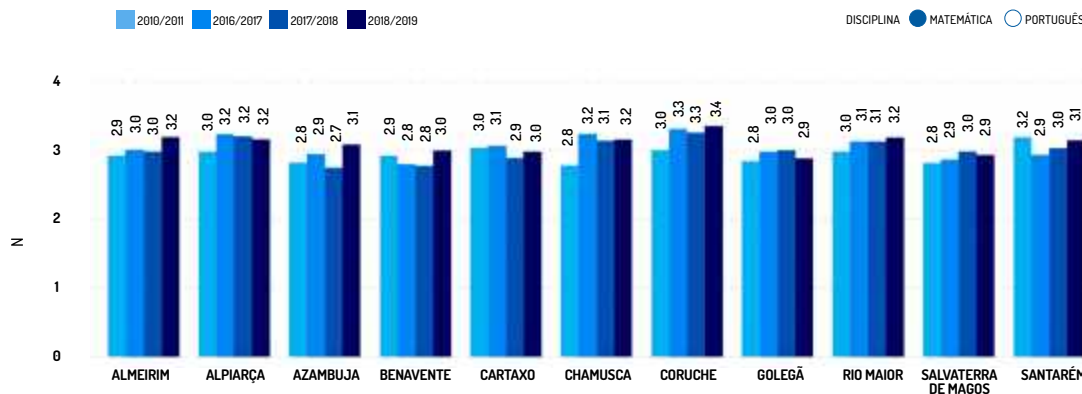


No que concerne à avaliação sumativa interna da disciplina de Matemática do 3º ciclo do Ensino Básico, a LT registou um valor médio igualmente crescente ao longo dos anos em análise (2.9 em 2010/2011, 3.0 em 2016/2017 e em 2017/2018, e 3.1 em 2018/2019). Ao nível intermunicipal, verificou-se uma tendência de decréscimo da percentagem de alunos com classificação positiva em Matemática no 9º ano de escolaridade ao longo dos anos em análise, exceto entre os dois últimos anos em análise, em que aumentou (2010/2011: 67.4%; 2016/2017: 65.3%; 2017/2018: 62.8%; 2018/2019: 67.9%).

A nível municipal, em 2010/2011, as classificações médias mais baixas nesta disciplina verificaram-se na Azambuja, Chamusca, Golegã e Salvaterra de Magos (2.8) e a mais alta em Santarém (3.2). Em 2016/2017, este indicador oscilou entre 2.8 em Benavente e 3.3 em Coruche. Entre 2010/2011 e 2016/2017, assistiu-se a um aumento desta classificação média na maioria dos municípios, à exceção de Benavente e Santarém, nos quais se registou uma diminuição. Por outro lado, entre este último ano letivo e o ano letivo posterior (2017/2018), esta classificação manteve-se inalterável na maioria dos municípios (exceção feita a Azambuja, Cartaxo e Chamusca, nos quais diminuiu, e Salvaterra de Magos e Santarém, nos quais aumentou). Em 2017/2018, esta classificação oscilou entre 2.7 na Azambuja e 3.3 em Coruche. Por último, em 2018/2019, este indicador variou entre 2.9 na Golegã e em Salvaterra de Magos e 3.4 em Coruche. Esta classificação média aumentou na maioria dos municípios exceto em Alpiarça (onde se manteve inalterável) e na Golegã e Salvaterra de Magos (onde diminuiu) (ver Gráfico 8c). Considerando a percentagem de alunos com classificação positiva em Matemática no 9º ano de escolaridade, os municípios que apresentaram o menor valor foram a Chamusca em 2010/2011 (53.8%), Benavente em 2016/2017 (59.4%), Azambuja em 2017/2018 (51.9%) e o Cartaxo em 2018/2019 (59.4%). Inversamente, os municípios com maior percentagem de alunos com notas positivas foram Santarém em 2010/2011 (74%), Chamusca em 2016/2017 (78.1%) e Coruche em 2017/2018 (74.2%) e em 2018/2019 (76.5%).

GRÁFICO 8C. AVALIAÇÃO INTERNA - CLASSIFICAÇÕES MÉDIAS FINAIS POR DISCIPLINA DE 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO (9º ANO) (MATEMÁTICA) (M)

FONTES: DGEEC
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)



EM SUMA...

→ No que respeita a avaliação sumativa interna (i.e., classificações médias finais internas) **ao nível da disciplina de Português do 2º ciclo do Ensino Básico, verificou-se uma tendência de aumento na maioria dos municípios da LT**, entre os anos letivos em análise.

→ **Ao nível da disciplina de Matemática do 2º ciclo do Ensino Básico, verificou-se uma tendência de aumento do resultado consistente na maioria dos municípios da LT**, entre os anos letivos em análise.

→ **Ao nível da disciplina de Português do 3º ciclo do Ensino Básico, verificou-se uma tendência de aumento do resultado médio na maioria dos municípios da LT**, entre os anos letivos em análise, **exceto entre 2010/2011 e 2016/2017** (em que houve uma diminuição em cinco municípios).

→ **Ao nível da disciplina de Matemática do 3º ciclo do Ensino Básico, verificou-se uma tendência geral de aumento do resultado médio na maioria dos municípios da LT**, entre os anos letivos em análise.

3.3.2.2. AVALIAÇÃO SUMATIVA EXTERNA

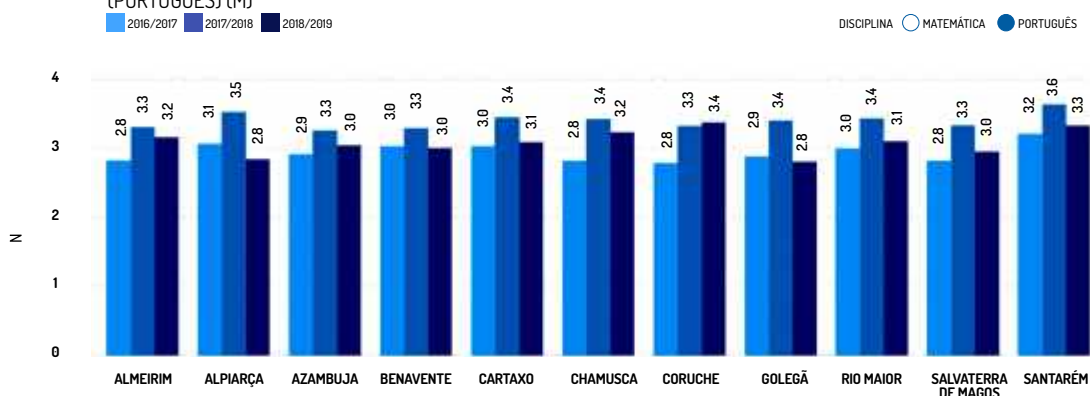
A avaliação sumativa externa “destina-se a aferir o grau de desenvolvimento das aprendizagens do aluno, mediante o recurso a instrumentos definidos a nível nacional, e realiza-se através de exames finais nacionais” (DGE, 2020). No presente relatório, caracteriza-se a avaliação sumativa externa em termos de classificação média dos alunos em exame nacional de determinada disciplina por nível de ensino (nomeadamente 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário), novamente nas disciplinas nucleares, isto é, Português e Matemática.

No que concerne à classificação média no exame nacional da disciplina de Português do 3º ciclo do Ensino Básico, a LT apresentou um valor de 2.94 no ano letivo 2016/2017, sendo que este aumentou para 3.39 em 2017/2018, tendo decrescido posteriormente para 3.08 em 2018/2019.

A nível municipal, Santarém registou a média mais alta no exame nacional de Português de 9º ano de escolaridade em ambos os anos letivos de 2016/2017 e 2017/2018, sendo somente superado por Coruche no ano letivo de 2018/2019. Em contraponto, as médias mais baixas no exame desta disciplina verificaram-se em Coruche (2.78), Azambuja (3.25) e Golegã (2.8) nos anos letivos de 2016/2017, 2017/2018 a 2018/2019, respetivamente. Na grande maioria dos municípios, a nota média do exame nesta disciplina aumentou de 2016/2017 para 2017/2018, tendo diminuído para o último ano letivo em análise. A única exceção foi o município de Coruche, cujas notas médias no exame de Português apresentaram uma evolução positiva ao longo dos 3 anos letivos considerados nesta análise (ver Gráfico 9).

GRÁFICO 9. AVALIAÇÃO EXTERNA - CLASSIFICAÇÕES MÉDIAS EM EXAME NACIONAL DE 9º ANO, POR DISCIPLINA (PORTUGUÊS) (M)

FORNTE: PÚBLICO / CATÓLICA PORTO BUSINESS SCHOOL
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)

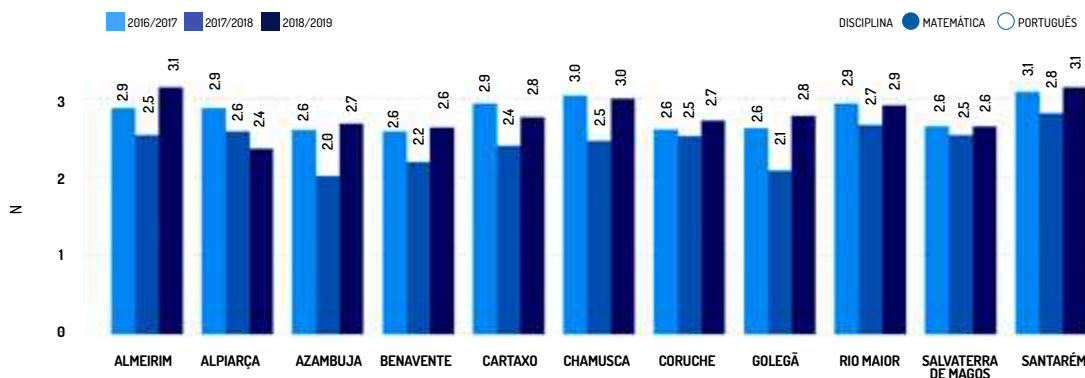


Relativamente à avaliação média no exame nacional da disciplina de Matemática do 3º ciclo do Ensino Básico, a LT apresentou o valor de 2.80 em ambos os anos letivos de 2016/2017 e 2018/2019, tendo este oscilado para 2.43 no ano letivo intermédio de 2017/2018.

A nível municipal, as médias mais altas no exame desta disciplina, verificaram-se em Santarém em todos os anos em análise (2016/2017: 3.08; 2017/2018: 2.81; 2018/2019: 3.14), e também em Almeirim em 2018/2019 (3.14). Inversamente, as médias mais baixas no exame de 9º ano de Matemática registaram-se em Benavente (2.58) em 2016/2017, na Azambuja (2.01) em 2017/2018, e em Alpiarça (2.36) em 2018/2019. Na maioria dos municípios, verificou-se uma tendência de decréscimo da nota média no exame nacional de Matemática do 3º ciclo entre 2016/2017 e 2017/2018, com posterior aumento em 2018/2019. A única exceção foi o município de Alpiarça, onde se verificou uma evolução negativa neste indicador ao longo dos 3 anos letivos em análise (ver Gráfico 9a).

GRÁFICO 9A. AVALIAÇÃO EXTERNA - CLASSIFICAÇÕES MÉDIAS EM EXAME NACIONAL DE 9º ANO, POR DISCIPLINA (MATEMÁTICA) (M)

FORNTE: PÚBLICO / CATÓLICA PORTO BUSINESS SCHOOL
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)

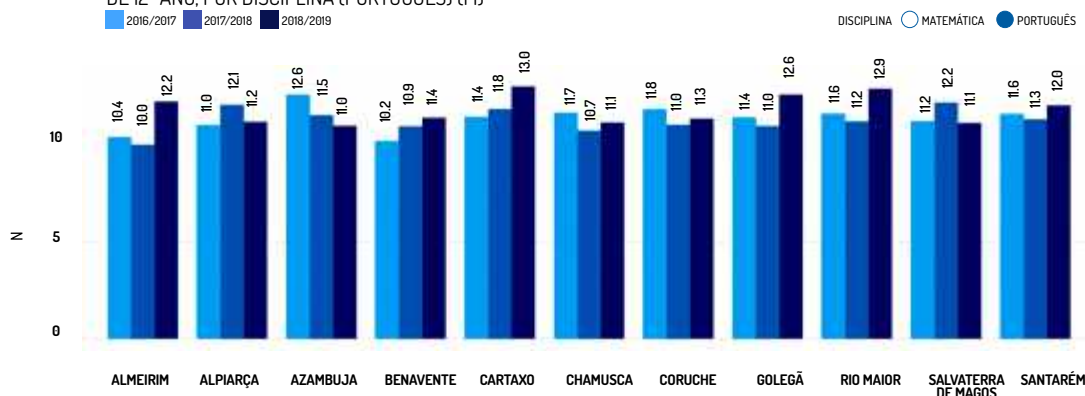


Por outro lado, ao nível do Ensino Secundário, a avaliação média no exame nacional de Português na LT oscilou entre 11.34 no ano letivo 2016/2017 e 11.25 em 2017/2018, aumentando posteriormente para 11.80 em 2018/2019.

A nível municipal, as classificações médias mais elevadas no exame nacional de Português de 12º ano de escolaridade registaram-se na Azambuja (12.58) em 2016/2017, em Salvaterra de Magos (12.17) em 2017/2018 e no Cartaxo (13) em 2018/2019. Por outro lado, as classificações médias mais baixas no exame desta disciplina verificaram-se em Benavente (10.19), Almeirim (10) e na Azambuja (10.96) nos anos letivos de 2016/2018, 2017/2018 e 2018/2019, respetivamente. Na maioria dos municípios, este indicador diminuiu entre 2016/2017 e 2017/2018 (exceto em Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Coruche e Salvaterra de Magos, nos quais aumentou) e aumentou em 2018/2019 (à exceção de Alpiarça, Azambuja e Salvaterra de Magos, nos quais diminuiu) (ver Gráfico 9b).

GRÁFICO 9B. AVALIAÇÃO EXTERNA - CLASSIFICAÇÕES MÉDIAS EM EXAME NACIONAL DE 12º ANO, POR DISCIPLINA (PORTUGUÊS) (M)

FONTE: PÚBLICO / CATÓLICA PORTO BUSINESS SCHOOL
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)

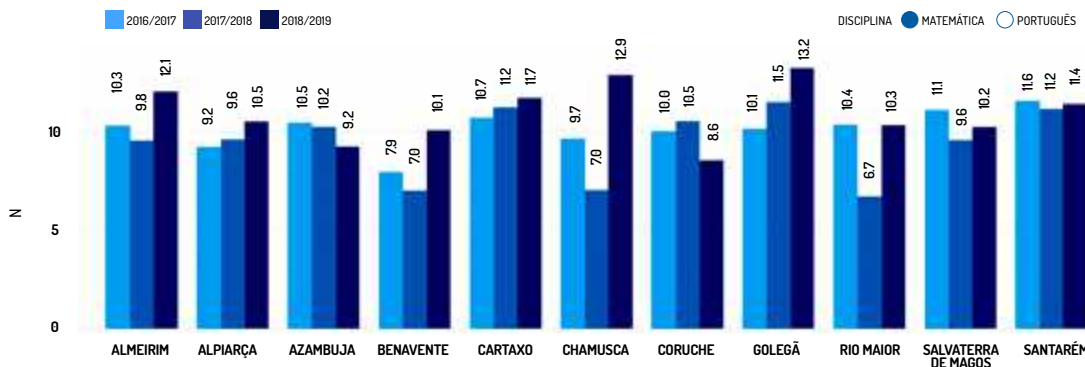


No que diz respeito à disciplina de Matemática, a LT apresentou uma média de 10.13 no exame nacional do 12º ano de escolaridade, em 2016/2017, diminuindo para 9.46 em 2017/2018 e aumentando posteriormente para 10.93 em 2018/2019.

A nível municipal, as notas médias mais elevadas no exame do 12º ano de escolaridade desta disciplina verificaram-se em Santarém (11.56) em 2016/2017 e na Golegã nos dois anos letivos seguintes (11.48 e 13.22 em 2017/2018 e 2018/2019, respetivamente). Inversamente, as notas médias mais baixas no exame desta disciplina registaram-se em Benavente (7.94), Rio Maior (6.69) e Coruche (8.55) nos anos letivos de 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019, respetivamente. À semelhança do verificado na disciplina de Português, a nota média no exame nacional de 12º ano de Matemática diminuiu entre 2016/2017 e 2017/2018 na maioria dos municípios (exceto em Alpiarça, Cartaxo, Coruche e Golegã, nos quais aumentou) e aumentou posteriormente em 2018/2019 (à exceção de Azambuja e Coruche, onde diminuiu) (ver Gráfico 9c).

GRÁFICO 9C. AVALIAÇÃO EXTERNA - CLASSIFICAÇÕES MÉDIAS EM EXAME NACIONAL DE 12º ANO, POR DISCIPLINA (MATEMÁTICA) (M)

FONTE: PÚBLICO / CATÓLICA PORTO BUSINESS SCHOOL
(CONSULTA E ATUALIZAÇÃO EM MARÇO-JUNHO 2020)



COFINANCIADO POR

EM SUMA...

→ No que concerne a avaliação sumativa externa (i.e., classificações médias finais em exame nacional) **ao nível do exame da disciplina de Português do 3º ciclo do Ensino Básico, verificou-se uma tendência de aumento do resultado médio na maioria dos municípios da LT**, entre 2016/2017 e 2017/2018, seguida de diminuição no último ano em análise (2018/2019).

→ **Ao nível do exame da disciplina de Matemática do 3º ciclo do Ensino Básico, verificou-se uma tendência de diminuição do resultado médio na maioria dos municípios da LT**, entre 2016/2017 e 2017/2018, seguida de aumento no último ano em análise (2018/2019).

→ **Ao nível da disciplina de Português do Ensino Secundário, verificou-se uma tendência de diminuição do resultado médio na maioria dos municípios da LT**, entre 2016/2017 e 2017/2018, e posterior aumento em 2018/2019.

→ **Ao nível do exame da disciplina de Matemática do Ensino Secundário, verificou-se uma tendência de diminuição na maioria dos municípios da LT**, entre 2016/2017 e 2017/2018, seguida de aumento no último ano em análise (2018/2019).

4. Conclusões e recomendações

Como ficou expresso na secção introdutória deste documento, o sucesso escolar é uma noção abrangente, que agrega dimensões de natureza instrumental, como os resultados escolares, bem como indicadores de desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Não obstante o Perfil dos Alunos à Saída do Ensino Obrigatório, publicado pelo Ministério da Educação, consubstanciar essa visão holística, o sucesso educativo continua, habitualmente, a ser expresso através dos resultados escolares. Com efeito, a recolha e tratamento sistemático de dados sobre o sucesso escolar, em Portugal, privilegia o desempenho dos alunos, embora faça acompanhar essa tendência com a recolha de outros indicadores sobre o sistema educativo, os quais ajudam a melhor enquadrar o fenómeno.

Neste documento, procurou-se realizar uma caracterização da evolução do sucesso escolar na LT, nos últimos 15 anos, ao nível do ensino público, a qual se focou, necessariamente, nos resultados dos alunos, mas também numa série de fatores que poderão sustentar essa mesma evolução. Partindo de dados oficiais compilados, essencialmente pela DGEEC, mas também por fontes complementares, foram analisados os recursos físicos e humanos alocados ao setor educativo, na LT e nos seus municípios, nomeadamente, a dimensão da rede de estabelecimentos, a constituição do corpo docente e não-docente e, ainda, o rácio entre o tempo letivo dos docentes e o número de alunos inscritos. Prestou-se, também, particular atenção à evolução do número de alunos em respostas educativas formais, na rede pública deste território, tendo em conta quer o número de matrículas, quer as ta-

xas de (pré)escolarização. Por fim, procedeu-se à caracterização de indicadores de desempenho dos alunos, sob a forma de taxas de retenção e desistência e de taxas de transição ou conclusão, assim como de resultados da avaliação nas disciplinas nucleares (Português e Matemática), seja no âmbito da avaliação sumativa interna, através de notas médias, seja sob a forma de avaliação externa, com base nas notas obtidas nas provas nacionais no final do 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Toda esta análise teve por referência os valores nacionais e foi desagregada por municípios e ciclos de ensino, de modo a torná-la mais informativa.

Partindo, precisamente, dos resultados escolares, verifica-se que, ao nível de todos os ciclos do Ensino Básico se assistiu, nos últimos 15 anos, a um incremento considerável das taxas de transição ou conclusão, na LT, seguindo, de resto, a tendência nacional. Já no Ensino Secundário, a evolução é mais errática, com tendências de descida quer no período 2004/2005-2010/2011, quer entre os anos letivos mais recentes (e.g., 2016/2017-2017-2018), com variações consideráveis entre municípios, a este nível. Todavia, também aqui é acompanhada a tendência do país, assinalando-se que em 2018/2019, os resultados da LT, neste indicador, se encontravam acima da média nacional.

Quanto aos resultados escolares, e no que concerne à avaliação sumativa interna, os dados disponíveis para o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, nas disciplinas de Português e de Matemática, indicam uma tendência de subida das notas médias nos diferentes municípios da LT. Os dados de avaliação externa analisados reportam-se, unicamente, aos três últimos anos letivos, registando-se flutuações naturais. Ainda assim, quer no Português, quer na Matemática, o intervalo de resultados médios é bastante amplo nos municípios desta comunidade intermunicipal, oscilando entre valores negativos e positivos.

Em suma, conclui-se que: (a) os resultados escolares na LT, ao nível do Ensino Básico, têm vindo a melhorar, de forma consistente e generalizada, nos diferentes municípios que constituem o território; (b) essa melhoria é evidente quer ao nível da transição ou conclusão, quer ao nível da avaliação sumativa interna, nas disciplinas analisadas; e (c) no Ensino Secundário, a taxa de transição ou conclusão tem tido uma evolução mais volátil, embora aproximando-se das taxas nacionais.

Aqui chegados, interessa discutir que fatores poderão ajudar a explicar esta evolução do sucesso escolar, na LT. Percorrendo todos os indicadores analisados, devidamente confrontados com a literatura, será possível formular algumas conclusões. Começando pela dimensão da rede escolar, verifica-se que o número de estabelecimentos na LT sofreu uma forte contração entre 2004/2005 e 2018/2019, na ordem dos 56%. Verifica-se, ainda, uma maior concentração de escolas, de acordo com a ordem de importância demográfica dos diferentes municípios, levando a que Santarém apresente a rede mais alargada. Esta redução do número de estabelecimentos é evidente em todos os níveis de ensino, incluindo a

Educação Pré-escolar, com exceção do Ensino Secundário. Embora seja gerador de resistências nas populações, o encerramento de escolas, no quadro da reorganização da rede escolar, pode ser um instrumento ao serviço de melhores resultados educativos. Com efeito, uma rede demasiado esparsa, fragmentada e que inclua escolas com poucos alunos tende a ser mais ineficiente do ponto de vista de alocação de recursos e cria condições menos favoráveis ao sucesso escolar. Uma rede sobredimensionada aumenta os riscos de turmas multinível no 1º ciclo do Ensino Básico, diminui a diversidade do corpo discente e está na origem de ambientes educativos menos estimulantes (Hattie, 2018). Acresce que, nessas circunstâncias, alunos oriundos de meios rurais e, tendencialmente, mais desfavorecidos, poderão ser duplamente penalizados, por se manterem envolvidos em meios que perpetuam os saberes locais, ao invés de proporcionarem uma abertura a novas formas de conhecimento, necessariamente complementares (Theodori & Theodori, 2015). Contudo, o dimensionamento adequado de uma rede escolar significa, também, que as zonas mais periféricas de um território não são duplamente penalizadas pelo fecho de escolas, tornando difícil o acesso aos estabelecimentos (e.g., distâncias excessivamente longas), e que os edifícios não se encontram sobrelotados. Pese embora o número de alunos por turma e por escola não ter uma relevância nos resultados escolares como, por exemplo, a qualidade do ensino (Hattie, 2018), é importante assinalar estes desafios na gestão da rede escolar e monitorizá-los. Em todo o caso, a tendência de diminuição de estabelecimentos de ensino na LT parece, sobretudo, ser entendida pelos decisores locais como uma oportunidade que emerge das tendências demográficas do território já retratadas noutros documentos deste observatório, tais como a retração da natalidade e, consequentemente, da população jovem (Observatório 3iS da Educação da Lezíria do Tejo, 2020).

Em termos de alocação de recursos humanos, nas escolas da LT, assiste-se a uma tendência mista. Por um lado, há sinais concludentes de que existe uma aposta na estabilização do corpo docente. Prova disso mesmo é o facto de a proporção de professores com um vínculo efetivo ter aumentado de 74%, em 2011, para 83%, em 2019. Assinale-se ainda que, mesmo nos ciclos de ensino que têm conhecido um incremento do número de alunos, nomeadamente o 3º ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário, tem aumentado, em paralelo, o número de docentes. Acresce que o corpo não-docente, responsável por todo um outro conjunto de missões vitais nos estabelecimentos de ensino, se tem mantido estável. Por outro lado, entre 2010/2011 e 2016/2017, a proporção de alunos (em todos os níveis de ensino) por docentes em ETI aumentou em todos os municípios, exceto em Salvaterra de Magos. De então para cá, são notórias variações mínimas, mas este dado confirma que num contexto de diminuição do número de alunos inscritos, em todos os municípios da LT, especialmente no 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, a aposta

dos decisores passou pelo redimensionamento da rede, por uma estabilização dos vínculos recursos humanos disponíveis por aluno e por um aumento do número de docentes, em alguns dos ciclos de escolaridade, desde 2011. Contudo, regista-se, em paralelo, um aumento generalizado do rácio de tempo letivo de cada professor por aluno, apontando para uma maior sobrecarga dos docentes, no seu tempo letivo. É importante salientar, ainda assim, que a precaridade do serviço docente é um dos fatores que mais contribui para o insucesso escolar, pelos custos que acarreta em termos de descontinuidade pedagógica e ausência de vinculação dos professores com os projetos educativos de cada escola (Hattie, 2018). Esta tendência observada na LT deve, pois, ser realçada, pois terá tido impacto na melhoria de vários dos indicadores educativos tratados. Será, todavia, importante monitorizar as exigências pedidas a cada docente, no seu tempo letivo, de modo a evitar uma sobrecarga, no exercício das suas funções.

Apesar de vários dos indicadores analisados estarem alinhados com aquelas que são boas práticas na alocação de recursos, no domínio educativo, essa gestão conhece sempre riscos. Sendo assim, elencam-se algumas recomendações que poderão ajudar a aprofundar algumas das tendências anteriormente destacadas. Primeiramente, e como já foi mencionado, a contração da rede escolar deve ser parcimoniosa, de modo a garantir a igualdade no acesso. Contudo, coloca-se também a questão da qualidade da oferta. Neste particular, e de forma a sedimentar os resultados que têm vindo a ser obtidos, considera-se muito relevante que seja dada prioridade à Educação Pré-escolar como um instrumento de socialização positiva que terá reflexos, a médio e a longo prazo, na promoção do sucesso escolar. Com efeito, à medida que os indicadores de transição ou conclusão, bem como de resultados escolares, vão melhorando, os riscos de ampliação de desigualdades crescem, dado que são as crianças mais vulneráveis a estar em maior risco de alimentar uma faixa cada vez mais estreita de insucesso escolar. Uma Educação Pré-escolar de elevada qualidade, ora proporcionando o envolvimento de crianças oriundas de contextos sociais mais desfavorecidos em ambientes diversos e estimulantes, ora ajustando as suas respostas às características de contextos particulares de cada município, poderá normalizar, precocemente, as funções da escola junto das famílias e diminuir riscos de insucesso escolar posterior (Aguiar et al. 2017).

O reforço da estabilidade do corpo docente deve ser acompanhado, por outro lado, por um investimento em efetivas condições de desempenho de maior qualidade. Medidas como o reforço de apoios às lideranças dos Agrupamentos de Escolas, a mobilização de recursos técnicos e físicos adicionais, a par do seu alinhamento com projetos educativos (e.g., bibliotecas municipais), ou a priorização de projetos de âmbito local, coordenados pelos Conselhos Locais de Educação, com interesse pedagógico e devidamente articulados com os projetos educativos de

escola, são medidas que estão no âmbito da ação do poder local e que poderão incentivar uma docência pautada por uma maior autonomia profissional (Reagan et al., 2019; Simões & Calheiros, 2019).

Por fim, é importante considerar que, nos próximos anos, se produzirá uma forte pressão sobre a melhoria dos resultados escolares, no Ensino Secundário. Apesar da evolução positiva evidente em vários indicadores nacionais, em linha com as metas europeias (e.g., abandono escolar precoce) (Eurostat, 2020), existem disparidades evidentes entre territórios, a este nível. A LT não é exceção. Essa preocupação alinha-se com a evidência de que outras modalidades de ensino, especialmente o Ensino Profissional, têm pouco peso na oferta educativa pública local. Como é sabido, a oferta profissional em Portugal é essencialmente disponibilizada por entidades privadas. Ainda assim, e apesar de um crescimento, ao longo dos anos analisados, a expressão que a mesma tem nos estabelecimentos da rede pública é residual, sendo de considerar de que modo os estabelecimentos geridos pelo Estado poderão complementar a oferta privada, de forma mais decisiva. Paralelamente, a melhoria da oferta no Ensino Profissional, nomeadamente ao nível do Ensino Secundário, deverá ser feita em consonância com as necessidades e oportunidades locais (criando mais condições de fixação de jovens, nos municípios), a par de uma articulação com a oferta de Ensino Profissional de nível V proporcionada pelo Ensino Politécnico na LT. Estas medidas poderão ampliar o espectro das oportunidades para os jovens, contribuindo, ao mesmo tempo, para melhorar os indicadores educativos, no Ensino Secundário.

Referências Bibliográficas

- Amado, J. S., & Freire, I. P. (2009). *A(s) disciplina(s) na escola: Compreender para prevenir*. Coimbra: Almedina.
- Aguiar, C., Silva, C. S., Guerra, R., Rodrigues, R. B., Ribeiro, L., Pastori, G., and the ISOTIS Curriculum and Pedagogy Team. (2017). *Inventory and Analysis of Promising Curriculum, Pedagogy, and Social Climate Interventions Tackling Inequalities*. Report D4.2 submitted to the European Commission by the ISOTIS Consortium.
- Aqeduto (2020). PISA. <http://www.aqeduto.pt/pisa/>
- Armstrong, D., Armstrong, A. C., & Spandagou, I. (2011). Inclusion: By choice or by chance? *International Journal of Inclusive Education*, 15(1), 29–39.
- Bæck, U. D. K. (2016). Rural location and academic success – Remarks on research, contextualisation and methodology. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 60(4), 435–448. <https://doi.org/10.1080/00313831.2015.1024163>
- Carcillo, S., Fernández, S. Konigs, and Minea, A. (2015). NEET Youth in the aftermath of crisis: Challenges and policies. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, No. 164. OECD Publishing. doi: 10.1787/5js6363503f6-en
- Conselho Nacional da Educação (2015). *O estado da educação*. Lisboa: Conselho Nacional da Educação.
- Davies, B., & Bansel, P. (2007). Neoliberalism and education. *International Journal of Qualitative Studies*, 20(3), 247–259.
- Direção-Geral da Educação (DGE) (2020). *Modalidades de Avaliação*. <https://www.dge.mec.pt/modalidades-de-avaliacao>
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2019). *Estatísticas da educação 2018/2019*. [https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_DSEE_2020_EE20182019.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_DSEE_2020_EE20182019.pdf)
- DGEstE (2020). *A DGEstE*. <https://www.dgeste.mec.pt/index.php/a-dgeste/>
- Diemer, M. A., Mistry, R. S., Wadsworth, M. E., López, I., & Reimers, F. (2013). Best practices in conceptualizing and measuring social class in psychological research. *Analyses of Social Issues and Social Policy*, 13(1), 77–113.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2018a). *Regiões em números 2016/2017 – Alentejo*. Volume IV. Lisboa: DGEEC

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2018b). *O Perfil do Aluno 2016/2017*.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) (2020).

Principais resultados do REBIDES 15 – Docentes 2015/16. Retirado de
[https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=710&file>Name=DGEEC_DSEE_DEES_2016_Destaque_Docentes_2.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=710&file>Name=DGEEC_DSEE_DEES_2016_Destaque_Docentes_2.pdf)

Epstein, J.L. 2001. *School, family and community partnerships*. Boulder, CO: Westview Press.

European Commission (2019). *Education and Training Monitor EU analysis, volume 1, 2019*.
<https://ec.europa.eu/education/sites/education/files/document-library-docs/volume-1-2019-education-and-training-monitor.pdf>

Eurostat (2020). *Early leavers from education and training*.
https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Early_leavers_from_education_and_training

Hattie, J. (2018). *Hattie ranking: 252 influences and effect sizes related to student achievement*. Retirado de <https://visible-learning.org/hattie-ranking-influences-effect-sizes-learning-achievement/>

Lee, B., & Byun, S. yong. (2019). Socioeconomic status, vocational aspirations, school tracks, and occupational attainment in South Korea. *Journal of Youth and Adolescence*, 48(8), 1494–1505. <https://doi.org/10.1007/s10964-019-01056-5>

Ministério da Educação (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*.
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

Observatório 3iS da Educação da Lezíria do Tejo (2020). *Lezíria do Tejo: Situação educativa do território*. Santarém: Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo.

Omer, H. (2011). *The new authority: Family, school and community*. New York: Cambridge University Press.

Organização das Nações Unidas (2020). *Objetivo #4: Educação de qualidade*.
<https://unric.org/pt/objetivo-4-educacao-de-qualidade-2/>

Reagan, E. M., Hambacher, E., Schram, T., McCurdy, K., Lord, D., Higginbotham, T., & Fornauf, B. (2019). Place matters: Review of the literature on rural teacher education. *Teaching and Teacher Education*, 80, 83–93. <https://doi.org/10.1016/j.tate.2018.12.005>

Rimkute, L., Hirvonen, R., Tolvanen, A., Aunola, K., & Nurmi, J. E. (2012). Parents' role in adolescents' educational expectations. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 56(6), 571–590. <https://doi.org/10.1080/00313831.2011.621133>

Simões, F., & Alarcão, M. (2009). *Ser tutor e fazer tutoria em meio escolar: Pistas para a intervenção*. Lisboa: Ministério da Educação.

Simões, F., & Calheiros, M. M (2019). A matter of teaching and relationships: Determinants of teaching style, interpersonal resources and teacher burnout, *Social Psychology of Education*, 22, 991-1013. <https://doi.org/10.1007/s11218-019-09501-w>

Simões, F., & Rio, N. (2020). How to increase rural NEETs professional involvement in agriculture? The roles of youth representations and vocational training packages improvement. *Journal of Rural Studies*, 75, 9-19. doi: 10.1016/j.jrurstud.2020.02.007

Theodori, A.E., Theodori, G.L., 2015. The influences of community attachment, sense of community, and educational aspirations upon the migration intentions of rural youth in Texas. *Community Development*, 46, 380-391. <https://doi.org/10.1080/15575330.2015.1062035>.

Tofler, A. (1986). *A terceira vaga*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.

Anexo I. Rede de Estabelecimentos da LT (2019/2020)



COFINANCIADO POR



MUNICÍPIO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS/ESCOLAS NÃO AGRUPADAS	ESCOLAS
ALMEIRIM	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALMEIRIM	Escola Básica de Benfica do Ribatejo, Almeirim Escola Básica de Cortiços, Almeirim Escola Básica de Almeirim Escola Básica dos Charcos, Almeirim Escola Básica Moinho de Vento, Almeirim Escola Básica Febo Moniz, Almeirim Escola Secundária Marquesa de Alorna, Almeirim Jardim de Infância n.º 1 de Almeirim Jardim de Infância de Benfica do Ribatejo, Almeirim Jardim de Infância n.º 3 de Almeirim
	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FAZENDAS DE ALMEIRIM	Escola Básica de Paço dos Negros, Almeirim Escola Básica n.º 1 de Fazendas de Almeirim, Almeirim Escola Básica de Fazendas de Almeirim, Almeirim Jardim de Infância de Paço dos Negros, Almeirim Jardim de Infância da Raposa, Almeirim
ALPIARÇA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS JOSÉ RELVAS	Escola Básica de Frade de Baixo, Alpiarça Escola Básica de Alpiarça Escola Básica Professor Abel Avelino, Alpiarça Escola Básica e Secundária José Relvas, Alpiarça Jardim de Infância de Frade de Baixo, Alpiarça
AZAMBUJA	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA AZAMBUJA	Escola Básica Professor Inocêncio Carrilho Lopes, Azambuja Escola Básica de Vila Nova da Rainha, Azambuja Escola Básica do Bairro da Socasa, Azambuja Escola Básica Boavida Canada, Azambuja Escola Básica de Azambuja Escola Secundária da Azambuja Jardim de Infância de Vila Nova da Rainha, Azambuja
	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO ALTO DA AZAMBUJA	Escola Básica de Alcoentre, Azambuja Escola Básica de Manique do Intendente, Azambuja Jardim de Infância de Manique do Intendente, Azambuja
	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VALE AVEIRAS, AZAMBUJA	Escola Básica de Aveiras de Cima, Azambuja Escola Básica de Vale do Brejo, Azambuja Escola Básica de Vale do Paraíso, Azambuja Escola Básica Vale Aveiras, Aveiras de Cima, Azambuja Jardim de Infância de Vale do Paraíso, Azambuja Jardim de Infância Vale Aveiras, Aveiras de Cima, Azambuja
BENAVENTE	ESCOLAS DE BENAVENTE	Escola Básica de Foros da Charneca, Benavente Escola Básica n.º 1 de Benavente Escola Básica de Santo Estevão, Benavente Escola Básica de Benavente Escola Básica Duarte Lopes, Benavente Escola Secundária de Benavente Jardim de Infância de Foros da Charneca, Benavente Jardim de Infância de Santo Estevão, Benavente Escola Básica n.º 2 de Benavente Jardim de Infância n.º 3 de Benavente

MUNICÍPIO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS/ESCOLAS NÃO AGRUPADAS	ESCOLAS
BENAVENTE [CONT.]	ESCOLAS DE SAMORA CORREIA	Escola Básica de Fonte dos Escudeiros, Samora Correia, Benavente Escola Básica de Acácias, Samora Correia, Benavente Escola Básica de Samora Correia, Benavente Escola Básica de Porto Alto, Benavente Escola Básica e Secundária Professor João Fernandes Pratas, Samora Correia, Benavente Jardim de Infância de Porto Alto, Benavente Jardim de Infância Prof. António José Ganhão, Samora Correia, Benavente Escola Básica n.º 2 de Porto Alto, Benavente Jardim de Infância da Lezíria, Samora Correia, Benavente
CARTAXO	ESCOLAS D. SANCHO I - PONTÉVEL	Escola Básica de Casais do Vale da Pedra, Cartaxo Escola Básica de Casais Penedos, Cartaxo Escola Básica da Ereira, Cartaxo Escola Básica da Lapa, Cartaxo Escola Básica de Pontével, Cartaxo Escola Básica de Vale da Pinta, Cartaxo Escola Básica D. Sancho I, Pontével, Cartaxo Jardim de Infância de Casais do Vale da Pedra, Cartaxo Jardim de Infância da Lapa, Cartaxo Jardim de Infância de Pontével, Cartaxo Jardim de Infância de Vale da Pinta, Cartaxo
	ESCOLAS MARCELINO MESQUITA DO CARTAXO	Escola Básica José Tagarro, Cartaxo Escola Básica n.º 1 de Vila Chã de Ourique, Cartaxo Escola Básica n.º 2 do Cartaxo Escola Básica n.º 3 do Cartaxo Escola Básica Marcelino Mesquita, Cartaxo Escola Secundária do Cartaxo Jardim de Infância de Vila Chã de Ourique, Cartaxo
CHAMUSCA	ESCOLAS DA CHAMUSCA	Escola Básica da Carregueira, Chamusca Escola Básica do Chouto, Chamusca Escola Básica da Parreira, Chamusca Escola Básica de Vale de Cavalos, Chamusca Escola Básica da Chamusca Escola Básica e Secundária da Chamusca Jardim de Infância da Carregueira, Chamusca Jardim de Infância do Chouto, Chamusca Jardim de Infância da Parreira, Chamusca Jardim de Infância do Pinheiro Grande, Chamusca Jardim de Infância de Semideiro, Chamusca Jardim de Infância de Ulme, Chamusca Jardim de Infância de Vale de Cavalos, Chamusca
CORUCHE	ESCOLAS DE CORUCHE	Escola Básica do Biscainho, Coruche Escola Básica de Fajarda, Coruche Escola Básica de Foros da Branca, Branca, Coruche Escola Básica de Foros do Rebocho, Coruche Escola Básica da Lamarosa, Coruche Escola Básica n.º 1 de Coruche Escola Básica de Azervadinha, Montinhos dos Pegos, Coruche Escola Básica de Santana do Mato, Coruche Escola Básica do Couço, Coruche Escola Básica Dr. Armando Lizardo, Coruche Escola Secundária de Coruche

MUNICÍPIO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS/ESCOLAS NÃO AGRUPADAS	ESCOLAS
CORUCHE [CONT.]	ESCOLAS DE CORUCHE	Jardim de Infância do Biscainho, Coruche Jardim de Infância de Branca, Coruche Jardim de Infância de Erra, Coruche Jardim de Infância de Santana do Mato, Coruche
GOLEGÃ	ESCOLAS DA GOLEGÃ (AZINHAGA E POMBALINHO, GOLEGÃ)	Escola Básica Augusto do Souto Barreiros, Azinhaga, Golegã Escola Básica da Golegã Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia, Golegã Jardim de Infância da Golegã
RIO MAIOR	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHAS DO SAL, RIO MAIOR	Escola Básica de Alcobertas, Rio Maior Escola Básica Latino Coelho, Rio Maior Escola Básica de Santo António, Fráguas, Rio Maior Escola Básica de Marinhas do Sal, Rio Maior
	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FERNANDO CASIMIRO PEREIRA DA SILVA, RIO MAIOR	Escola Básica de Asseiceira, Rio Maior Escola Básica Poeta Ruy Belo, Rio Maior Escola Básica Mina do Espadanal, Rio Maior Escola Básica Fernando Casimiro Pereira da Silva, Rio Maior
	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. AUGUSTO CÉSAR DA SILVA FERREIRA, RIO MAIOR	Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, Rio Maior
SALVATERRA DE MAGOS	ESCOLAS DE MARINHAIOS	Escola Básica de Granho, Salvaterra de Magos Escola Básica n.º 1 de Marinhais, Salvaterra de Magos Escola Básica de Muge, Salvaterra de Magos Escola Bás. de Glória do Ribatejo, Salvaterra de Magos Escola Básica de Marinhais, Salvaterra de Magos Jardim de Infância da Glória do Ribatejo, Salvaterra de Magos Jardim de Infância de Granho, Salvaterra de Magos
	ESCOLAS DE SALVATERRA DE MAGOS	Escola Básica de Salvaterra de Magos Escola Básica dos Foros de Salvaterra e da Várzea Fresca, Salvaterra de Magos Escola Básica e Secundária de Salvaterra de Magos
SANTARÉM	ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES	Escola Básica de Abrã, Santarém Escola Básica de Advagar, Santarém Escola Básica de Amiais de Cima, Santarém Escola Básica de Azoia de Cima, Santarém Escola Básica de Tojosa, Santarém Jardim de Infância de Verdelho, Santarém Escola Básica de Amiais de Baixo, Santarém Escola Básica de Arneiro das Milhariças, Santarém Escola Básica de Casével, Santarém Escola Básica de Pernes, Santarém Jardim de Infância do Sobral, Santarém Escola Básica de Tremês, Santarém Jardim de Infância de Gançaria, Santarém Escola Básica n.º 1 de Alcanede, Santarém Escola Básica de Alcanede, Santarém Escola Básica D. Manuel I, Pernes, Santarém Jardim de Infância de Abrã, Santarém Jardim de Infância de Achete, Santarém

MUNICÍPIO	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS/ESCOLAS NÃO AGRUPADAS	ESCOLAS
SANTARÉM [CONT.]	ESCOLAS ALEXANDRE HERCULANO	Escola Básica de Almofter, Santarém Escola Básica n.º 1 de Vale de Santarém, Santarém Escola Básica do Mergulhão, Santarém Escola Básica da Póvoa da Isenta, Santarém Escola Básica São Domingos, Santarém Escola Básica de Combatentes, Santarém Escola Básica de Fontainhas, Santarém Escola Básica Alexandre Herculano, Santarém Jardim de Infância de Almofter, Santarém Jardim de Infância de Anacoreta, Santarém Jardim de Infância do Choupal, Santarém
	ESCOLAS SÁ DA BANDEIRA	Escola Básica de Abitureiras, Santarém Escola Básica de Alcanhões, Santarém Escola Básica da Moçarria, Santarém Escola Básica de São Bento, Santarém Escola Básica da Ribeira de Santarém, Santarém Escola Básica de Perofilho, Santarém Escola Básica da Póvoa de Santarém, Santarém Escola Básica da Romeira, Santarém Escola Básica da Várzea, Santarém Escola Básica da Portela das Padeiras, Santarém Escola Básica de Vale de Figueira, Santarém Escola Básica Salgueiro Maia, Santarém Escola Básica D. João II, Santarém Escola Secundária Sá da Bandeira, Santarém Jardim de Infância de Alcanhões, Santarém Jardim de Infância da Moçarria, Santarém
	ESCOLAS DR. GINESTAL MACHADO	Escola Básica n.º 7 de Santarém - Leões, Santarém Escola Básica de Pereiro, Santarém Escola Básica do Sacapeito, Santarém Escola Básica Mem Ramires, Santarém Escola Secundária Dr. Ginestal Machado, Santarém



COFINANCIADO POR

